

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O ELOGIO DA VIDA RURAL NO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA

A caracterização do *Perfectus Agricola*

Guilherme Guerreiro Brito Losso

O ELOGIO DA VIDA RURAL NO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA

A caracterização do *Perfectus Agricola*

Guilherme Guerreiro Brito Losso

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Orientador: Professora Doutora Alice da Silva Cunha

Rio de Janeiro
Dezembro de 2016

L879e Losso, Guilherme Guerreiro Brito
O elogio da vida rural no De re rustica de
Columela: a caracterização do perfectus agricola /
Guilherme Guerreiro Brito Losso. -- Rio de Janeiro,
2016.
136 f.

Orientadora: Alice da Silva Cunha.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós
Graduação em Letras Clássicas, 2016.

1. Columela. 2. Prosa técnica. 3. História
Econômica. 4. Estoicismo. 5. Tradição romana. I.
Cunha, Alice da Silva, orient. II. Título.

O ELOGIO DA VIDA RURAL NO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA

A caracterização do *Perfectus Agricola*

Guilherme Guerreiro Brito Losso

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Aprovada por:

Profa. Doutora Alice da Silva Cunha – UFRJ (Presidente)

Profa. Doutora Ana Thereza Basílio Vieira – UFRJ

Prof. Doutor Carlos Eduardo Costa Scherer - UFRJ

Profa. Doutora Mary Kimiko Guimarães Murashima - UERJ

Prof. Doutor Aírto Ceolin Montagner - UFRRJ

Profa. Doutora Arlete José Mota - UFRJ (suplente)

Profa. Doutora Márcia Regina de Faria da Silva - UERJ (suplente)

Rio de Janeiro
Dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Doutora Alice da Silva Cunha, pelo seu zelo e paciência. Também a minha mãe, Suelli Guerreiro Brito Losso, pelo incentivo carinhoso. Enfim, aos colegas da Faculdade de Letras da UFRJ, em especial do Departamento de Letras Clássicas sem cujo apoio este trabalho teria sido impossível.

[...] corrupti post flagitia, quae commiserunt, sub exspectatione successorum rapinis magis quam culturae student. (*De R.R.*, I, Praef., 20)

[...] corrompidos, depois dos atos infames que cometeram, à espera dos sucessores, dedicam-se mais às pilhagens que ao cultivo.

Homo plantavit vineam, et locavit eam colonis: et ipse peregre fuit multis temporibus. (Lc 20, 9)

Um homem plantou uma vinha, depois arrendou-a a vinhateiros e partiu para o estrangeiro por muito tempo.

RESUMO

O ELOGIO DA VIDA RURAL NO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA

A caracterização do *Perfectus Agricola*

Guilherme Guerreiro Brito Losso

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

O presente estudo aborda a caracterização do *perfectus agricola* no *De Re Rustica* de Columela e parte da hipótese de que o autor emprega elementos da filosofia estoica para ratificar um ideal de vida confirmado pela tradição romana do *mos maiorum*. Para a realização deste propósito, examinamos o lugar da obra de Columela na tradição dos *Scriptores Rerum Rusticarum* latinos e sua herança filosófica, considerando sua relação com o pensamento e o contexto político-social e econômico da época. Columela constrói seu ideal de *agricola*, caracterizando-o com as virtudes romanas oriundas de uma tradição ligada à vida rural e revigoradas pelas virtudes cardeais estoicas, as quais contrapõe ao comportamento do homem urbano. O método se fundamenta na análise das fontes e dos recursos retóricos usados pelo autor.

Palavras-chave: Estoicismo. História Econômica. Columela. Tradição romana.

Rio de Janeiro

Dezembro de 2016

ABSTRACT

PRAISE OF THE RURAL LIFE ON COLUMELLA'S *DE RE RUSTICA*

The characterization of *Perfectus Agricola*

Guilherme Guerreiro Brito Losso

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

The present study approach the characterization of *perfectus agricola* on the *De Re Rustica* of Columella and starts from the hypothesis that the author uses elements from the Stoic Philosophy in order to ratify an ideal of life confirmed by the Roman tradition of *mos maiorum*. In order to accomplish this purpose, we will essay the place of Columella's works into the tradition of the latin *Scriptores Rerum Rusticarum* and its philosophical heritage, considering its relation with the politic-social and economic context and thinking of this specific time. Columella built his ideal of *agricola*, characterizing it with the romans virtues originated from a tradition related the rural life and renewed by the stoic's cardinal virtues, which are opposed to the urban man's behavior. The method has its fundamentals in the analysis of the sources and rhetorical devices used by the author.

Keywords: Stoicism. Economic History. Columella. Roman tradition.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2016

LISTA DE ABREVIATURAS

Cato.	Catão
Agr.	<i>De Agricultura</i>
Cic.	
De Or.	De Oratore
Col.	Columela
De R.R.	<i>De Re Rustica</i>
Hes.	Hesíodo
O.	Opera et Dies
Lucr.	Lucrecio
Sen.	Sêneca
Ep.	Epistulae
Varr.	Varrão
R.R.	<i>Rerum Rusticarum Libri Tres</i>
Verg.	Virgílio
Geor.	<i>Geórgicas</i>
Xen.	Xenofonte
Oec.	<i>Oeconomicus</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. COLUMELA E SEU AMBIENTE	14
2.1 O contexto histórico, social e econômico	14
2.1.1 Das Origens ao final da República	18
2.1.2 A situação nos tempos de Columela	27
3. O OLHAR CONTEMPORÂNEO	36
4. O <i>DE RE RUSTICA</i>	48
4.1 As fontes: visões da agricultura na Antiguidade	48
4.2 Columela e seu projeto	64
5. TRADIÇÃO E INOVAÇÃO	85
5.1 O estoicismo do mundo grego ao romano	88
5.2 Columela entre a tradição e a inovação: a caracterização do <i>Perfectus Agricola</i>	91
6. CONCLUSÃO	128
7. BIBLIOGRAFIA	131

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tratado de agronomia *De Re Rustica* de Columela, onde o autor lança as bases de seu projeto de elevar a agricultura a uma verdadeira ciência agrária. O agrônomo latino parte da constatação de que há uma crise de produtividade na região do Lácio de seu tempo e procura examinar suas causas e apresentar soluções. Segundo ele, a principal causa da baixa produtividade dos campos é o desinteresse da aristocracia romana pela atividade rural, que afasta os proprietários de suas terras, deixando-as aos cuidados de indivíduos a quem falta o conhecimento e a capacidade necessários para realizar um cultivo e uma gestão eficazes. No intuito de renovar esse interesse e de despertar a consciência de seus pares para a importância e a complexidade do trabalho rural, o autor escreve um tratado na forma de epístolas dirigidas a seu amigo Públio Silvino, a quem expõe as linhas mestras de seu projeto. Embora ele retome as obras de autores latinos que abordaram o tema antes dele, como Catão, Varrão e Virgílio, seu tratado se diferencia daqueles de seus antecessores pela amplitude do caráter multidisciplinar¹ que confere à ciência agrária, concebida como um estudo que se realiza na confluência de vários campos do conhecimento. Além do aspecto teórico, é enfatizado por ele também o aspecto prático, referência para a eficácia da teoria, e que se manifesta também na consciência da necessidade de uma boa gestão da propriedade. Para exortar ao estudo e à prática da agricultura, o autor constrói uma imagem de um agricultor ideal, o *perfectus agricola*, fundamentada na tradição romana e nas virtudes cardeais da ética estoica. Na construção dessa imagem, que reflete o caráter que o autor julga indispensável àquele que queira se dedicar à tarefa de trabalhar o campo, ele se vale de recursos literários que visam opor o ideal do *perfectus agricola* ao estilo de vida urbano da aristocracia romana e apresentar não só uma caracterização do homem do campo que remete aos valores tradicionais dos costumes dos antepassados (*mos maiorum*), mas também uma caricatura do homem que vive nas cidades, que com ela vai estabelecer um contraste.

¹ O termo *multidisciplinar* aparece aqui em um sentido mais próximo àquele que Edmond Courbaud pretende expressar ao definir o projeto de retórica de Cícero exposto em seu *De Oratore* (CICÉRON, 2009), na introdução que faz à sua tradução desse texto: “Son orateur n’abordera la tribune ou le barreau qu’après une préparation antérieure aussi vaste que possible. Puisqu’il peut avoir à parler sur tout sujet, il faut qu’aucun sujet ne le trouve ignorant ou insuffisamment informé. Droit civil, histoire, poésie, littérature, philosophie, sciences mathématiques ou naturelles, il aura tout embrassé” (COURBAUD, M. E., in CICÉRON, 2009, p xi) (Seu orador não adentrará a tribuna ou a cadeira dos advogados senão após uma preparação anterior tão vasta quanto possível. Uma vez que ele pode ter de falar sobre qualquer coisa, é preciso que nenhum assunto o revele ignorante ou insuficientemente informado. Direito civil, história, poesia, literatura, filosofia, ciências matemáticas ou naturais, ele terá abarcado tudo). Como teremos oportunidade de verificar, Cícero será uma das referências usados por Columela na elaboração de seu projeto de ciência agrária, que terá como pressuposto o conhecimento de diversas disciplinas complementares, de forma semelhante ao modelo sugerido pelo orador romano.

Para compreender a mensagem que Columela deixa transparecer com a imagem do *perfectus agricola* e como os conceitos da filosofia estoica colaboram para ratificar os valores tradicionais romanos na elaboração dessa mensagem, este trabalho começa com um panorama histórico da evolução da economia romana e do papel da agricultura nesse processo. Uma vez que Columela inicia sua obra com uma crítica à prática da agricultura tal como realizada por seus contemporâneos, faz-se necessária uma contextualização que permita compreender a motivação dessa crítica. Com esse objetivo, baseamo-nos, principalmente, nas obras de Grimal (2009) e Bloch & Cousin (1964), e complementamos suas informações com as de autores mais atuais como Garnsey & Saller (2015) e Scheidel (2007). Em seguida, procedemos a uma abordagem sucinta das fontes de Columela no que tange à literatura agrária, procurando ressaltar o essencial para compreender o que a obra do autor em questão apresenta de continuidade e inovação em relação a essas fontes. O capítulo seguinte começa com uma apresentação da estrutura do prefácio ao Livro I, onde o autor se propõe a construir o ideal do *perfectus agricola* e a lançar as bases do estudo da agronomia alicerçadas em um modelo de conhecimento multidisciplinar. Em seguida, em outro capítulo, dedicamo-nos ao exame dos recursos usados na construção desse ideal, mostrando que Columela recorre principalmente aos *exempla* para a caracterização do *agricola*. Para tal, privilegiamos, além do Livro I, onde o autor apresenta uma introdução aos temas que serão desenvolvidos no restante do tratado, alguns dos livros que melhor refletem a caracterização do *perfectus agricola* elaborada no prefácio. Para a análise desses temas foi de fundamental importância a obra de René Martin, *Recherches sur les Agronomes Latins et leurs Conceptions Économiques et Sociales*, editada em 1971, em que o autor se reporta às obras dos autores latinos que escreveram sobre o tema, examinando-as à luz de sua contextualização histórica e social. Além disso, as obras de Arnold (1911) e Long (1986) foram referências de grande importância para o exame de aspectos relativos ao estoicismo presentes na obra de Columela.

Cumpramos assinalar que tomamos como referência para este trabalho a edição do *De Re Rustica* de Columela organizada por R. H. Rodgers e editada pela Oxford Classical Texts, em 2010.

2. COLUMELA E SEU AMBIENTE

Este capítulo tem por finalidade fazer uma exposição do contexto histórico, social e econômico em que Columela escreve sua obra. Para isso, começaremos apontando os principais fatos relacionados ao papel da agricultura no mundo romano desde seus primórdios até a época em que escreve Columela, por volta da metade do século I d.C. Em seguida, deter-nos-emos mais particularmente nesta época que abarca o período de sua vida e da elaboração de seu tratado. Finalmente, apresentaremos um panorama dos principais pontos de vista de alguns dos importantes historiadores que abordaram o tema da história econômica de Roma. Nesta parte, pretendemos ilustrar os diversos problemas com que depararam esses autores para estudar o papel e o desenvolvimento da agricultura na Antiguidade. Trata-se de um assunto em que se está longe de encontrar um consenso. Há muitas divergências entre os autores e, não raro, opiniões contraditórias. No entanto, consideramos tema indispensável para a compreensão da obra do agrônomo de *Gades*. Com efeito, ele escreve acerca desse mesmo tema em um momento específico da história romana, descrevendo-o e analisando-o. Assim, aquele que nos dias de hoje retoma o *De Re Rustica* deve ter em conta que é uma obra indissociável de seu contexto, que deste requer um conhecimento prévio, mas que também contribui para elucidá-lo.

2.1 O contexto histórico, social e econômico

A agricultura está intimamente ligada ao caráter do homem romano desde os primórdios de sua história. O próprio *Latium* recebera esta designação herdada da tradição mítica que associava o deus Saturno dos latinos ao Cronos dos gregos, o qual, destronado por Zeus/Júpiter, esconde-se (*latere*) naquelas terras e ensina a agricultura – arte da qual era patrono – a seus habitantes. Havia, inclusive, referências a uma cidade do Lácio chamada Satúrnia, que se dizia ter sido fundada pelo deus. A questão agrária integra de tal modo a história de Roma, que está presente em muitos de seus momentos cruciais, como as revoltas da plebe e os episódios desencadeados pelos irmãos Graco.

A temática agrária, dada sua importância socioeconômica e cultural, foi desenvolvida por muitos autores da Antiguidade, tanto gregos como romanos. Varrão, em seu *Rerum Rusticarum*, escrito no intuito de deixar orientações para a prática da agricultura para sua esposa Fundânia, deixou uma lista de referências para o caso de ela desejar aprofundar seus estudos, e enumerou vários nomes de autores de língua grega, dentre os quais Hesíodo,

Aristóteles e Teofrasto. Também Columela, em seu *De Re Rustica*, apresenta uma lista de vários autores - mais de 30 deles apenas de língua grega. Além dos gregos e latinos, há um destaque para um cartiginês, Magão, cuja importância Columela e Varrão são unânimes em apontar como crucial para o desenvolvimento dos estudos relativos a essa área do conhecimento. Assim, há uma vasta tradição de autores que se dedicaram ao tema e que inclui poetas, filósofos e tratadistas.

Os latinos não são, pois, pioneiros ao tratar do tema, nem estão sós. É certo que leram os gregos e Magão, mas também eles desenvolveram uma tradição de literatura agrária. Columela se refere a dez autores latinos: M. Catão, o censor, Saserna pai e filho, Tremélio Escrofa, M. T. Varrão, Virgílio, Cornélio Celso, Higino, Júlio Ático e Júlio Grecino. Destes, temos apenas as obras de Catão, Varrão e do próprio Columela, sem incluir aqueles que escreveram em períodos posteriores, como Paládio.

O presente trabalho tem como objeto, pois, a obra de Columela: o *De Re Rustica*. Sobre este autor, no entanto, pouco se sabe. As referências a ele se restringem, basicamente, a sua própria obra. Seu nome era *Lucius Iunius Moderatus Columella* (Lúcio Júnio Moderado Columela). Ele nasceu em *Gades*, cidade do sul da Espanha, atual Cádiz, em data desconhecida, mas que se calcula ser próxima ao início do século I d. C., tendo vivido até, provavelmente, meados da década de 60. Foi oficial do exército romano e tinha propriedades na região do Lácio, nos arredores de Ardea, Carséolo ou Alba, segundo nos refere Armendáriz, além de uma propriedade que seria próxima àquela de seu amigo Públio Silvino, a quem ele dedica seu tratado, e que se situariam na região etrusca de *Caere* ou na região espanhola de *Ceret* (ARMENDÁRIZ, in COLUMELA, 2004). De suas obras sabemos que, além do *De Re Rustica*, escreveu um *De Arboribus*, que durante algum tempo foi considerado como fazendo parte do *De Re Rustica*, sendo posteriormente editado em separado; e uma obra *Aduersus Astrologos*² (*De R.R.*, XI 1, 31), a que ele mesmo faz referência, mas que se perdeu.

A principal obra de Columela, no entanto, é o *De Re Rustica*, um tratado escrito na forma de epístolas a um amigo seu, Públio Silvino, de quem nada se sabe além do que se encontra no próprio Columela, e onde desenvolve os fundamentos da agricultura e o esboço de uma ciência agrária. Trata-se, assim, de uma obra técnica, escrita em prosa, dividida em doze livros, dos quais o primeiro é introduzido por um prefácio e inclui uma exortação ao estudo da agronomia e o estabelecimento de alguns princípios acerca da aquisição e

² Contra os astrólogos

administração da propriedade; o segundo, fala sobre o cultivo da terra, dos cereais e dos legumes; o terceiro e o quarto, acerca das vinhas; o quinto, sobre a agrimensura, o cultivo das vinhas nas províncias e o cultivo das oliveiras; o sexto, sobre os animais de grande porte (principalmente gado bovino); o sétimo sobre os animais de médio porte (suínos e caprinos); o oitavo, sobre os animais de pequeno porte (aves e peixes); o nono, sobre a apicultura; o décimo livro é escrito em versos, em homenagem a Virgílio, sobre o cultivo dos jardins; o décimo primeiro, fala acerca dos deveres do *uilicus*, o capataz à frente da administração da propriedade; e o décimo segundo e último, sobre as qualidades e deveres da *uilica*, a esposa do *uilicus*.

Supõe-se que o tratado de agronomia de Columela tenha sido escrito durante o governo de Nero. Tem ele um claro objetivo de reformar as práticas agrícolas de sua época, que o autor considerava mal utilizadas. Logo no prefácio da obra, ele estabelece as diretrizes para o estudo da disciplina agrária, retomando a retórica ciceroniana, tanto do ponto de vista formal, como inspiração para a elaboração de seu texto, quanto do ponto de vista teórico, como fonte para o estabelecimento das bases de um estudo multidisciplinar da agricultura, que teria sua realização no modelo moral do *perfectus agricola*, um ideal de agricultor construído sobre as bases da tradição romana do costume dos antepassados (*mos maiorum*) e da conceituação da ética estoica.

Segundo Columela, a agricultura não era tomada verdadeiramente a sério pelos romanos de seu tempo, que, além de não administrarem pessoalmente suas propriedades (absenteísmo), trocando a vida no campo pela vida na cidade, ainda deixavam essa administração aos indivíduos tidos por ele como menos capacitados para essa tarefa, provocando uma verdadeira catástrofe nas terras a serem cultivadas. O resultado teria sido, então, o esgotamento dos solos, que, sem receberem o devido cuidado, apresentaram uma acentuada queda nos índices de fertilidade.

Como se não bastasse, os proprietários absenteístas procuravam justificar o esgotamento do solo com teorias as mais diversas: havia aqueles que culpavam simplesmente o clima pouco propício; assim como havia aqueles que, recorrendo a justificativas mais sofisticadas e filosoficamente fundamentadas, como o epicurismo, afirmavam que a falta de fertilidade dos campos era fruto de um processo inerente à própria natureza. Columela se insurgiu contra essa postura e suas justificativas, recorrendo a uma tentativa de resgate dos valores tradicionais romanos, aliados a uma fundamentação filosófica de base estoica, que tinha por finalidade oferecer um arcabouço teórico que permitisse refutar a teoria de base

epicurista que afirmava que a natureza estaria em um processo de esgotamento contínuo, e, portanto, inevitável.

Sua resposta será baseada, em primeiro lugar, na concepção estoica de uma natureza em estado de constante renovação; em segundo lugar, na elaboração de uma ciência agrária de modelo multidisciplinar. Seu objetivo era recorrer a uma base filosófica que pudesse renovar a ética implícita na tradição dos *mores*, que fundamentaria o modelo do agricultor ideal, cuja imagem seria o oposto daquela do proprietário absenteísta, e que era caracterizada através de uma retomada do modelo tradicional do camponês-soldado-cidadão: um homem comprometido com suas terras e que o trabalho no campo temperou com as virtudes romanas, que serão identificadas com as virtudes cardeais do estoicismo.

A vasta erudição de Columela permite a elaboração de um pensamento singular e um estilo único. É certo que ele retoma as obras de Catão e Varrão, tomando-as, inclusive, como parâmetro para a organização de seu trabalho, como teremos oportunidade de verificar. A influência de Cícero em seu estilo e em muitos aspectos de sua concepção da agronomia como ciência multidisciplinar é evidente, assim como é notável a de Virgílio, a quem recorre sempre que se trata de ratificar seu pensamento acerca de algum tópico, além de ter um livro inteiro (o décimo), escrito com base no modelo das *Geórgicas*. Ainda assim, conforme indicamos mais acima, Columela está longe de se limitar a uma imitação servil de suas fontes, conforme nos aponta Armendáriz:

Con todo, esta devoción por Virgilio no impide a nuestro agrónomo impugnar su doctrina cuando lo cree necesario, y lo mismo sucede con los restantes autores. Pues Columela se sirve de las fuentes filtrándolas a través de su propio criterio, seleccionando y valorando lo que en ellas lee. No suele quedarse en mero compilador o divulgador de las teorías expuestas por sus predecesores, sino que valora esa información a la luz de su experiencia personal, abierta a cualquier innovación ventajosa³. (ARMENDÁRIZ, in COLUMELA, 2004, p 28)

Assim, Columela retoma toda uma tradição da literatura agrária para escrever seu tratado, tendo em mente um projeto que tem uma motivação econômica – revitalizar a prática da agricultura nas terras do Lácio -, embasada por um fundamento ético – uma vez que, como veremos no decorrer deste trabalho, é ao afastamento dos valores tradicionais, em primeiro lugar, que ele atribui o descaso com a agricultura do qual se lamenta. Seu projeto, enfim, tem

³ Contudo, essa devoção por Virgílio não impede nosso agrônomo de refutar sua doutrina quando julga necessário, sucedendo o mesmo com os outros autores. Pois Columela se serve das fontes, filtrando-as através de seu próprio critério, selecionando e avaliando o que nelas lê. Não costuma permanecer um mero compilador ou divulgador das teorias expostas por seus predecessores, mas avalia essa informação à luz de sua experiência pessoal, que além do mais está aberta a qualquer inovação que lhe seja vantajosa.

um caráter eminentemente pedagógico, que pretende estabelecer as bases para o estudo da agricultura, alicerçado na elaboração de um modelo multidisciplinar, mas que exige, para sua realização, também a formação de um tipo de homem que possua as qualidades morais necessárias para levar a cabo tal empreendimento.

Como se pode perceber, para compreender de fato o alcance do trabalho de Columela, é preciso ter uma ideia do contexto socioeconômico em que é escrito e de seus pressupostos. Este capítulo pretende descrever o panorama econômico dessa época e a importância da agricultura dentro desse contexto, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Para isso, será preciso traçar as linhas gerais do desenvolvimento da economia romana desde suas origens, mostrando o lugar central que a agricultura ocupa no trajeto desse percurso e na formação do caráter romano.

2.1.1 Das Origens ao final da República

A ideia de civilização sempre esteve associada às cidades. A própria origem da palavra remonta à palavra latina *ciuis*, que se referia ao habitante de Roma, com seus plenos direitos políticos. O adjetivo latino que trazia a ideia da sofisticação ligada à cultura era *urbanus*, formado a partir de *urbs*, palavra usada para se referir à cidade de Roma. No entanto, não só a vida nas cidades seria impossível sem o suporte do meio rural, como a própria cidade nada mais é que uma etapa posterior de um desenvolvimento que se dá, inicialmente, no campo, cuja produção é comercializada em centros onde se encontram os produtores, acumulando as riquezas que serão, posteriormente, usadas na construção da infraestrutura urbana, que constituirá, por fim, o próprio centro de onde emanará o poder político, cuja função é organizar aquela sociedade que, no processo acima descrito, se torna cada vez mais complexa, desenvolvendo a própria cultura, como fruto desse processo.

A imagem de uma cidade, particularmente quando se pensa uma grande metrópole – e Roma era, para seu tempo, uma grande metrópole –, traz à consciência uma ideia de dinâmica. As cidades são caracterizadas como grandes centros comerciais, em que há uma movimentação agitada de pessoas que para lá se dirigem de muitos lugares diferentes. Assim, as ideias de movimento, de trocas e de diferentes culturas que entram em contato em um mesmo tempo e lugar ofuscam uma ideia subjacente de permanência. Em um determinado lugar, começaram a se estabelecer várias pessoas que ali puderam ficar, porque havia, em torno, uma infraestrutura que fornecia alimentos com regularidade e de onde se podiam retirar

as matérias primas usadas para construir as suas edificações. Dessa maneira, seria inconcebível a ideia de cidade sem que o homem tivesse podido, em um dado momento, se fixar na terra, obtendo dela os recursos que lhe ofereciam a estabilidade necessária para ali permanecer.

Nos primórdios da civilização, foi o desenvolvimento da agricultura que possibilitou essa estabilidade sem a qual não seria possível construir as cidades. Conta-se que Rômulo, criado por um casal de pastores, reuniu não só os pastores vizinhos, mas também aqueles expatriados que passavam pelas redondezas para fundar com eles uma cidade. Esses primeiros habitantes formaram suas famílias, cujos chefes foram designados *patres*, para constituir o senado e governar a cidade.

Diversos autores fincam as raízes de Roma no campo, ressaltando a agricultura como a atividade econômica inicial de seus habitantes – e que permanecerá por toda sua existência como seu fundamento. Pierre Grimal, ao tratar da relação dos romanos com a terra, escreve:

Era assim a vida “no campo”: se é verdade que a civilização romana desenvolveu as cidades e, em certos aspectos, se nos pode apresentar como essencialmente urbana, também é certo que as origens rústicas da raça latina nunca foram renegadas pelos descendentes de Rômulo. No seio da aristocracia, pelo menos, procurou obter-se um equilíbrio harmonioso entre as necessidades da vida política, que exigiam a presença do romano na sua cidade, e as preferências profundas da raça, que levavam a viver no campo. (GRIMAL, 2009, p 210)

Essas breves reflexões nos fazem perceber o forte elo que existe entre o meio urbano e o meio rural. E isso vale não somente para as civilizações antigas, mas até mesmo para a nossa sofisticada civilização industrial. O desenvolvimento de Roma, tanto em seus aspectos econômicos como culturais, não pode, portanto, ser compreendido sem se levar em consideração essa relação entre esses dois ambientes. Roma cresce e se sofisticava, e os conflitos que surgem dessa dinâmica, cujas soluções acrescentam novos e importantes elementos à civilização romana, têm, em geral, origem no campo.

Os testemunhos com relação à fertilidade da terra romana são contraditórios. Grimal, falando das origens de Roma (ibid., pp 10-1), cita um trecho do *De Republica*, de Cícero, em que ele afirma que Rômulo escolhera um local de terras férteis e agradáveis para a fundação de sua cidade. No entanto, comentando o trecho, ele começa por negar a afirmação do orador romano, dizendo que, na verdade, essas terras eram pantanosas, e que os romanos tiveram um enorme trabalho para torná-las de fato habitáveis. Varrão, em seu tratado sobre a agricultura, elogia a fertilidade das terras da Itália, enquanto Columela pinta com cores negras o estado

das terras do Lácio, usando justamente o quadro lastimável que constata para demonstrar a necessidade de escrever um trabalho como o seu.

O que parece mais aceitável é que a situação do solo tenha variado de acordo com o tempo e com as localidades consideradas. Do mesmo modo, nos períodos em que se narra uma situação de penúria, deve-se considerar uma série de fatores como responsáveis por tal situação. Desta maneira, logo que os romanos entraram em conflito com seus vizinhos, por quem se sentiam ameaçados, houve um período de grande empobrecimento por conta das guerras que devastavam os campos. Bloch & Cousin comentam a respeito:

Ora, se as informações são insuficientes para explicar as desordens econômicas no princípio do século IV, os dados do problema são mais claros a partir do fim deste mesmo século.

Entre as causas da depressão, há as guerras, que devastam e que retêm no exército grande número de cidadãos. De 509 a 270, Roma está sempre em armas. São as guerras com os Équos, os Volscos, os Etruscos, a invasão gaulesa no fim do século IV, a guerra samnita (343-341), a guerra latina (340-338), a segunda guerra samnita (328-312), a terceira guerra samnita (311-280), a guerra contra Tarento e Pirro. (BLOCH & COUSIN, 1964, pp 81-2)

Além da devastação dos campos, tais conflitos tiveram como consequência, conforme apontam os autores, o abandono do campo exatamente por aqueles que constituiriam a mão de obra qualificada para explorá-lo: os homens em idade de serviço militar, ou seja, em idade produtiva. Quando retornavam, os chefes de família encontravam suas terras insuficientemente cultivadas - o que poderia ser agravado por períodos de desastres naturais (frequentemente apontados pelos autores como algumas das causas do empobrecimento do solo), como secas ou enchentes, que estragavam as colheitas e impediam as sementeiras – e suas famílias empobrecidas e endividadas. Desamparados, esses homens muitas vezes tinham de vender suas terras e seu trabalho para tentar uma recuperação, que nem sempre era bem-sucedida. Com isso, essas terras eram incorporadas àquelas dos grandes proprietários, que possuíam mais recursos e estavam, por isso, menos vulneráveis às incertezas. Esses fatos contribuíram para a crise que resultou nos levantes dos plebeus contra os patrícios nos séculos V a III. Scheidel comenta a respeito:

After a period of crisis in the fifth century BC (characterized by the impoverishment of individuals and of the community as a consequence of continuous warfare with varied outcomes), the fourth century saw the start of lasting Roman expansion in Italy, improved access to land, a general rise in living standards, and “modernization” of the Roman economy⁴. (SCHEIDEL, 2007, pp 495)

⁴ Depois de um período de crise no quinto século antes de Cristo (caracterizado pelo empobrecimento dos indivíduos e da comunidade como consequência de um contínuo estado de guerra com variados resultados), o

Comparando-se as afirmações de Bloch e Scheidel, é possível constatar que é certo que a expansão romana não beneficiou a todos da mesma maneira. O que o autor pretende demonstrar com sua afirmação, em primeiro lugar, é que a anexação de novas terras e sua exploração por aqueles que conseguiram incorporar uma maior extensão de terrenos cultiváveis gerou uma acumulação de capital cujo fluxo favoreceu o crescimento de Roma, embora seus efeitos tenham repercutido de maneira desigual entre os habitantes.

Como resultado disso, os levantes da plebe levaram a uma maior participação desse grupo na vida política e econômica da cidade, transformando, definitivamente, sua configuração social. Assim é que, a partir desses movimentos, são editadas diversas leis que ampliam os direitos políticos dos plebeus, como a que reconhecia a autoridade dos tribunos da plebe, a que possibilitava o casamento entre plebeus e patrícios e a que permitia aos plebeus o acesso ao consulado; assim como as diversas leis agrárias, como a *lex Licinia Sextia* de 367 a. C., que limitava a extensão de terras que um cidadão poderia possuir (ibid., p 496), inibindo, na teoria, a acumulação irrestrita por parte dos mais poderosos.

As Guerras Púnicas acrescentaram alguns fatores a esse processo. Mais uma vez, há o deslocamento de uma grande quantidade de homens para compor as tropas. A partir da Segunda Guerra Púnica, quando Aníbal consegue entrar na Itália, há novamente uma grande devastação de terras por conta da guerra, em geral, como represália pelas alianças formadas entre os povos itálicos e o general cartaginês. Bloch descreve:

Os Romanos, que veem os aldeões voltarem-se para o vencedor, como aconteceu depois da batalha de Canas, reagem com violência e destroem estes rebeldes; em 214, prendem ou matam 25 000 homens na região do Sâmnio, na Lucânia, na Apúlia; queimam as herdades, levam os animais; devastam Átrio e fazem 7 000 prisioneiros. Cápuia e Siracusa são saqueadas pelos Romanos, Crotona pelos Brúlios, Herdónea por Aníbal; as perdas de homens, a devastação das colheitas, a destruição dos *habitats*, tudo conduz ao desastre. (BLOCH & COUSIN, 1964, p 82)

Com o fim das Guerras Púnicas, segundo Scheidel (op.cit., pp 503-5), há um crescimento do comércio por conta do desenvolvimento das cidades e da ampliação de influência territorial. Ele ressalta que, embora a primeira Guerra Púnica tenha tido pouca importância para o desenvolvimento do comércio romano, a segunda, contudo, representou um marco. Se o início da primeira Guerra Púnica interrompeu um processo de integração comercial do Mediterrâneo em que Roma começava a se inserir (Cf. SCHEIDEL, 2007, p 501), a segunda Guerra Púnica vê esse processo se acelerar, com o aumento da influência

quarto século viu o começo de uma duradoura expansão romana na Itália, melhora do acesso à terra, um aumento geral dos padrões de vida e a “modernização” da economia romana.

romana nessa região. Vale lembrar que, ao final da segunda Guerra Púnica, Roma estende sua influência à região da Espanha e começa a se expandir em direção ao leste, atingindo a Macedônia e a Grécia.

A produção agrícola, após a segunda Guerra Púnica, vê o nascimento dos *latifundia*, estimulados também por novas ideias advindas da leitura do tratado de agricultura do cartaginês Magão – traduzido para o latim por ordem do senado. Em 218 é editada a *lex Claudia*, que limitava a atuação dos senadores no comércio e que parece ter sido o resultado de uma tentativa de mantê-los ligados ao campo, o que demonstra um apreço pela tradição de serem os senadores pertencentes a um grupo de cidadãos originalmente proprietários de terras e cujo estilo de vida fundamentou os costumes (*mores*) - a que os romanos sempre retornariam como ponto de referência para os momentos de crise -, além de ser um indício das tentações de enriquecimento que o desenvolvimento do comércio começava a oferecer. Uma das consequências dessas leis foi que os senadores passaram a se dedicar à criação de gado, em detrimento da agricultura, o que acabou por prejudicar a fertilidade do solo em algumas regiões, devido à expansão das pastagens (Cf. BLOCH & COUSIN, 1964, pp 82-4). Começam, portanto, a surgir as causas da crise agrária que culminará nas tentativas de reformas dos irmãos Graco.

Dentre as consequências das Guerras Púnicas para a economia romana, Scheidel lista algumas das principais:

Additional factors included rich plunder from conquests, heavy tributes imposed on the defeated, and more generally the financial resources accumulated by the Roman state, by those in power, by businessmen and “wheeler-dealers” (one might speak of “robber capitalism”); the influx of slaves as well as free specialists, artists, and technicians into an Italy and particularly a capital city where demand for manpower of all kinds and employment opportunities kept growing; and finally, the availability of new resources (e.g., silver and lead), new materials (e.g., marble), and new models for agriculture and crafts. Rome’s absolute domination of central and western Mediterranean stimulated exchange in this area and, in Italy itself, encouraged mass production for export⁵. (SCHEIDEL, 2007, p 504)

Uma das consequências mencionadas acima que se deve considerar com mais cuidado e que traz resultados importantes para o desenvolvimento da agricultura romana é a ampliação

⁵ Fatores adicionais incluíram abundantes saques devidos às conquistas, pesados tributos impostos aos derrotados, e, mais geralmente, os recursos financeiros acumulados pelo Estado romano, por aqueles no poder, pelos homens de negócio e espertalhões (poder-se-ia falar de “capitalismo de rapina”); o influxo de escravos, assim como de especialistas livres, artistas e técnicos para uma Itália, e particularmente para sua capital, onde a demanda por força de trabalho de todos os tipos e oportunidades de emprego continuavam a crescer; e, finalmente, a disponibilidade de novos recursos (como p. ex. prata e chumbo), novos materiais (p.ex. mármore), e novos modelos de agricultura e ofícios. O domínio absoluto que Roma exercia sobre o Mediterrâneo central e ocidental estimulou o comércio nessa área e na própria Itália, encorajando a produção em massa para exportação.

do uso de escravos. O final da segunda Guerra Púnica marca o início do uso massivo de escravos em Roma, principalmente no trabalho rural. Scheidel comenta que essa se torna, inclusive, uma das marcas de um novo modo de produção:

The most emblematic manifestation of these new developments was what has been called the “slave mode of production”, forms of economic activity that fundamentally depended on slaves acquired by conquest in war, by piracy, or born to slave women. (Child abandonment and debt slavery provided additional sources.) From the first half of the second century BC onward, slaves came to constitute a significant proportion of the Italian population⁶. (SCHEIDEL, 2007, p 504)

Os escravos eram utilizados em diversas áreas da atividade econômica. Havia, é claro, aqueles com habilidades técnicas mais desenvolvidas e que participavam de atividades especializadas, como os vários gêneros de artesãos. Alguns desses tinham a oportunidade de trabalhar diretamente com seus senhores e até gozar de sua confiança, levando uma vida de relativa tranquilidade. Os restantes, contudo, menos capacitados, atuavam em geral em áreas onde o trabalho era mais pesado, como nas construções e no trabalho rural. Esses escravos trabalhavam muitas vezes sob supervisão e até acorrentados, como era frequente acontecer no campo. Todavia, e especialmente a partir do Império, o trabalho escravo convivia com um tipo de trabalho assalariado a respeito do qual trataremos mais adiante e do qual participavam cidadãos livres ou libertos. A organização do trabalho nas propriedades rurais será assunto de especial interesse dos tratados de agricultura latinos, notadamente em Catão e Columela.

A exploração escravagista favorecia a produção em larga escala. Os tratados de agricultura que circulavam no período após as Guerras Púnicas, como o de Magão e Catão, também se fundamentavam nesse tipo de produção ou o defendiam. Embora houvesse limitações legais para a apropriação de terras, em especial das terras conquistadas aos povos vencidos (o *ager publicus*), era a aristocracia que se apropriava da maior quantidade dessas terras. A produção de subsistência começava a ser substituída por aquela voltada para a exportação de vinho e azeite, levando pequenos proprietários com menor condição de competir nesse mercado a uma situação de penúria. Grande quantidade de escravos e homens livres empobrecidos, cujas famílias mandaram os homens para a guerra e que muitas vezes voltavam endividados para casa, acabavam indo para Roma em busca de oportunidades. O uso intensivo de trabalho escravo não só desorganizava o mercado de trabalho dos homens

⁶ A mais emblemática manifestação desses novos desenvolvimentos foi o que tem sido chamado de “modo de produção escravagista”, formas de atividade econômica fundamentalmente dependentes de escravos adquiridos em conquistas de guerra, em pirataria ou nascidos de mulheres escravas (o abandono de crianças e a escravidão por dívida forneciam fontes adicionais). Da primeira metade do segundo século antes de Cristo em diante, escravos vieram a constituir uma proporção significante da população italiana.

livres, que não tinham como concorrer com o evidente menor custo daquele, como freava a inovação tecnológica – fato apontado por vários autores -, devido ao baixo custo da produção proporcionado pelo uso da mão de obra escrava. Esse cenário era o prenúncio de um conflito iminente.

É nesse contexto que Tibério Graco, antecipando os potenciais perigos de tal situação, consegue se eleger como tribuno e sugerir uma série de leis para tentar minimizar suas consequências negativas. Dentre essas leis, algumas tinham por finalidade retomar ou reformar, atualizando para a nova realidade, aquelas antigas leis que limitavam a quantidade de terras que poderia ficar nas mãos de um determinado proprietário, redistribuindo o que sobrasse entre aqueles que precisassem. No entanto, uma reação dos aristocratas inviabilizou a realização desses projetos, culminando com a morte de Tibério em 133 a. C.

Embora dez anos depois o irmão de Tibério, Caio Graco, tivesse tentado retomar os projetos de seu irmão, mais uma vez a empreitada foi mal sucedida, e acaba novamente por terminar em tragédia, com a morte deste. Esses fatos servem para mostrar a importância da questão da terra na vida dos romanos. Tivesse sido concretizada a reforma dos irmãos Graco, ela teria realizado uma mudança não só de grande amplitude jurídica – com a modificação da legislação vigente -, mas também de notáveis consequências sociais e econômicas. Ainda que não tenha tido como efeito sua realização, a iniciativa colocou em jogo uma disputa de forças políticas que teria grande repercussão até o final da República.

A questão da redistribuição de terras, assim como de outras soluções para realocar cidadãos - como tentativas de colonização - foram o centro das disputas políticas internas em Roma a partir desse período. E mesmo aquelas disputas que parecem não ter tanta relação com esse tópico, como as Guerras Sociais – em que territórios sob tutela política de Roma se rebelaram para obter o direito pleno de cidadania romana -, ou tinham alguma relação com o assunto, ou acabaram por gerar situações que tiveram consequências para as políticas agrícolas.

Desde as Guerras Púnicas, um grande fluxo de escravos começa a se dirigir para Roma. A conquista da Grécia acrescenta outra grande quantidade de escravos. O campo é o lugar de origem dos grandes conflitos internos na Itália. Bloch comenta:

Qual é então o estado da economia romana? E o da sociedade? Na base há os escravos, os pobres, os infelizes refugiados cujos bens foram roubados, gente endividada, devedores que não podem pagar, *incensi* que não figuram no registro do censor. Não se conhece a distribuição destes homens entre o campo e a cidade; mas o que é certo, é a série de revoltas que ensanguentaram a República romana nas regiões agrícolas: trata-se de um fato cuja natureza não foi ainda suficientemente

explicada. Foi, com efeito, do campo que partiram as grandes revoltas, as de 185 na Apúlia, de 135-132 e de 104-101 na Sicília. (BLOCH & COUSIN, 1964, p 122)

Sabe-se como esses conflitos foram o prenúncio das Guerras Sociais, que eclodiram na Itália central, quando as colônias, que alegavam cansaço por pagar impostos aos romanos e fornecer soldados para suas conquistas, recebendo em troca apenas uma pequena parte dos espólios e sendo tratados com desdém pelos magistrados romanos, sem direito de participar verdadeiramente do poder e das decisões que acabavam por dizer respeito também a suas famílias, revoltaram-se para reivindicar os direitos de cidadania plena, pelos quais seriam considerados em pé de igualdade com os romanos. Bloch coloca em dúvida se essa teria sido, pelo menos, a única das motivações, acrescentando que a questão agrária estava aí presente. Segundo ele, estava em jogo o efeito das leis semprônias e de outras que vieram em seguida, que atingiam de certa forma a partilha de terras na Itália, deixando os povos aliados em posição de desvantagem, pois ficavam de fora de novas repartições, dado que não eram considerados cidadãos (ibid., p. 214).

Essas guerras, que duraram de 91 a 88 a.C. e terminaram com o reconhecimento do direito de cidadania aos revoltosos, foi um conflito fratricida e sangrento, que terminou com a ascensão de Sila ao poder e que inaugurou uma nova fase de conflitos, após a sua morte, como a revolta de Sertório. A expansão do sistema latifundiário escravagista vai gerar as revoltas dos escravos chefiados por Espártaco, que disseminaram o terror pela Itália, pilhando propriedades e devastando terras, até serem derrotados por Crasso.

As ameaças externas, como as invasões dos Cimbros e dos Teutões, a guerra da Numídia e as campanhas contra Mitridates, assim como as ameaças internas, como as Guerras Sociais, lançaram as bases para a ascensão ao poder de chefes militares ambiciosos e com amplo apoio popular conquistado com suas vitórias. Esses fatos levam a uma modificação nas estruturas dos exércitos na época de Mário, que se tornam então exércitos profissionais, cujos soldados recebiam salários, participavam da partilha dos despojos e almejavam um pedaço de terra ao final de sua carreira como recompensa pelos serviços prestados. O enriquecimento de alguns desses militares e sua ambição pelo poder serão a origem de disputas entre os grupos políticos de Roma, e é nesse contexto que aparecerá César.

A essa altura, o poder em Roma é disputado por pelo menos três grandes personagens, como Crasso, Pompeu e César. Há ainda outras, não menores, que, se não disputam (ainda) diretamente o poder, participam, acompanhando de perto, os acontecimentos, como Cícero e Marco Antônio. Outras personagens à altura ainda estão por vir. Crasso sufocou as revoltas dos escravos. César estendeu o domínio romano à Gália, e Pompeu ao oriente. Quando César

se torna soberano, concentrando em suas mãos o poder e antecipando o que seria o Principado, Roma já atingira boa parte da extensão que conquistará em seu auge, o que ocorrerá com Trajano. A anexação de novas províncias amplia as opções de fontes de produtos importados, possibilitando uma maior especialização da produção da Itália, que se concentra ainda mais no vinho e no azeite. César dá andamento a uma série de reformas, com o objetivo de diminuir as tensões políticas, e distribui terras a ex-combatentes. Para ele, o governo de Roma tem agora uma nova responsabilidade internacional e não pode ficar submetido a interesses regionais. Nesse contexto, segundo Bloch:

O problema agrário encontrava finalmente uma solução econômica, o problema econômico, uma solução social, o problema social, uma solução política. Através do sentido da terra, e na própria contingência dos acontecimentos, formara-se lentamente, um sentido nacional mais amplo; era o fim da oligarquia romana tradicional, o aparecimento de uma nova força ou de uma força renovada, sobre a qual o principado ia assentar a sua autoridade. (BLOCH & COUSIN, 1964, p 233)

Essa, contudo, não é ainda a nova configuração do poder em Roma. Com a morte de César, há um novo período de disputas até a ascensão de Otaviano. Esse período, traz, de fato, uma nova conjuntura política e, sob certos aspectos, econômica. Otaviano consegue pacificar os conflitos internos do Império, trazendo a possibilidade de desenvolvimento do comércio. No plano rural, ainda prevalece a grande propriedade e sua produção escravagista. Alguns autores falam de uma melhora nas condições de vida dos escravos, talvez por conta da traumática experiência das revoltas do I século a.C. Há, assim, um início de mudança de postura. Columela registra a necessidade de se ter em conta o tratamento dado aos escravos, evitando excessos que, no fim das contas, acabam trazendo apenas queda da produtividade. Embora não haja ainda um questionamento da escravidão como instituição, já se vê seu uso como fundamento da economia de maneira mais atenuada. Começa a crescer o número de libertos, a ponto de, em dado momento, serem editadas leis que limitem seu crescimento; assim como cresce o trabalho remunerado de homens livres ou libertos. No entanto, o uso do trabalho escravo ainda é um inibidor da inovação tecnológica, que não obtém grandes avanços – embora haja alguma diversificação nas técnicas de cultivo, devido a uma difusão de tecnologias aprendidas no contato com as províncias -, uma vez que o baixo custo da mão de obra não estimulava sua busca.

2.1.2 A situação nos tempos de Columela

Qual era o panorama na época em que escreve Columela? Do ponto de vista da produção rural, ainda predomina a produção de vinho e azeite na Itália. Roma continua dependendo da importação de cereais para suprir sua demanda. Segundo Bloch (op. cit. p 279), Augusto chega a aumentar as importações do Egito quando se estabiliza ali a situação política. Na Itália, a pacificação favorece a produção rural, o crescimento das cidades, o aumento da demanda e as trocas comerciais, o que provoca uma reorganização da economia segundo as vantagens comparativas de cada região. No entanto, segundo alguns autores (Cf. GARNSEY, 2015), as cidades são ainda, principalmente, centros de consumo. Com a produção e comercialização de excedente, há um fluxo de riquezas para as cidades, embora essa riqueza tenha como destino, em geral, bens de luxo, e não o investimento em atividades que gerem maior desenvolvimento tecnológico e econômico. Esse investimento permanece concentrado nas propriedades rurais, que trazem não só a segurança de um lucro mais certo, como o prestígio social e político (Cf. SCHEIDEL, 2007, pp 543-7; GARNSEY, 2015).

O real desenvolvimento do comércio é uma questão controversa. Scheidel, por exemplo, (2007) fala de um crescimento dessa atividade no início do Império, por conta de uma maior estabilidade da situação política, e pelo intercâmbio entre a Itália e as províncias. Garnsey (2015) chama a atenção para o fato de esta ser uma atividade sujeita a muitas dificuldades - como conservação e transporte - para ter um grande desenvolvimento, e que, além de ser difícil por meio terrestre, enfrentava o risco de roubos e a fúria da natureza.

Scheidel, que chama a atenção para o aumento e diversificação das transações, movimento e troca de mercadorias no início do Império, as quais nem sempre podiam ser considerados comércio no sentido estrito da palavra, comenta, dando uma ideia da complexidade dessas atividades, que envolviam, muitas vezes, transporte de suprimentos para tropas localizadas em regiões distantes:

The task of supplying the Roman empire's urban population involved both the state and private producers in a complex network of exchange. Rome was fed with grain imported from Africa and Egypt. As the physical evidence of amphoras indicates, wine produced on Italian estates in the late Republic and early principate supplied Rome as well as markets in Gaul and in other provinces. Soon Rome's demand for wine was met by production from Spain, which also produced olive oil in large quantities for export to Rome and other destinations. Beginning in the second century and increasingly in the third century, north Africa emerged as a major producer of olive oil, which was exported from that region to markets all over the

Mediterranean. Indeed, the same regions could both produce and export agricultural products and at the same time import them⁷. (SCHEIDEL 2007, pp 543-6)

Tal situação vai gerar também, em dado momento, uma competição entre as regiões. De fato, a diferença de qualidade entre os produtos de diversas localidades seria uma explicação plausível para uma mesma região exportar e ao mesmo tempo importar um determinado produto. Dessa maneira, se uma região produzia determinado produto a um baixo custo, mas com uma qualidade igualmente baixa, podia exportar sua produção e importar o mesmo produto feito com uma qualidade superior para abastecer os consumidores mais exigentes. Essa diferença de custo de produção e de qualidade dos produtos seria uma explicação para a decadência da produção verificada por Columela na região do Lácio. Com efeito, na época da República, a produção de grãos já havia sido substituída – pelo menos nos latifúndios – pela vinha e pela oliveira, devido ao menor custo do grão importado em grande escala e à maior lucratividade do vinho e do azeite. A partir do Império, o que se vê são províncias competindo com a Itália naquelas produções que se tornaram sua especialidade. Esse fenômeno, no entanto, é motivo de controvérsias e suas causas e consequências devem ser objeto de uma atenção mais cuidadosa em outra etapa deste estudo.

Toda a questão da produção rural e de seu destino é de grande importância, pois não só esses produtos vão abastecer os centros urbanos, como é sua renda que vai movimentar os mercados desses centros. Scheidel ressalta, apesar disso, a dificuldade de avaliar a real dimensão dessa dependência que o meio urbano tinha do meio rural:

If the Roman imperial peace created opportunities for economic growth, it is still very difficult to assess the overall scale of the Roman economy. The urban economy in the Roman empire was to a large extent fueled by a transfer of wealth from the countryside, especially in the form of rents exacted by the landowning elite, whose economic and social dominance depended on their ability to exact a large share of the agricultural surplus produced in the countryside. In the “consumer city” model, much of the economic activity in the cities resulted from the elite’s spending the wealth they gained from agriculture. Since the growth of the urban economy was so closely linked to agricultural production, the possibilities for economic growth were limited⁸. (SCHEIDEL, 2007, p 546)

⁷ A tarefa de abastecer a população urbana do Império romano envolvia produtores tanto estatais quanto privados, numa complexa rede de trocas. Roma era alimentada com grãos importados da África e do Egito. Como indica a evidência física das ânforas, o vinho produzido nas propriedades italianas no final da República e início do Principado abastecia Roma, assim como mercados na Gália e em outras províncias. Em breve, a demanda de Roma por vinho foi confrontada pela produção da Espanha, que também produzia óleo de oliva em grandes quantidades para exportar para Roma e outros destinos. O norte da África também emerge como grande produtor de óleo de oliva, que era exportado desta região para mercados por todo o Mediterrâneo, começando no segundo século e aumentando progressivamente no terceiro. Na verdade, as mesmas regiões podiam produzir e exportar produtos agrícolas, e importá-los ao mesmo tempo.

⁸ Se a paz romana do tempo do Império criou oportunidades para o crescimento econômico, é muito difícil julgar em sua totalidade a escala da economia romana. A economia urbana no Império romano era em grande extensão

Garnsey, inicialmente, oferece uma visão negativa da economia romana – posteriormente, contudo, ele atenua essa visão nos *addenda* que acrescenta a seu trabalho na edição de 2015. Segundo ele, essa era uma economia subdesenvolvida, onde a maior parte da população vivia em nível de subsistência. Embora fique a impressão de que o autor compara a economia romana com uma economia industrial, cuja produção racionalizada e mecanizada é pensada em larga escala, ele não deixa de ter razão em certos aspectos, principalmente se suas ideias são comparadas a de outros autores com uma visão bem mais otimista. Com efeito, se alguns autores descrevem a agricultura romana do Império como o resultado de inovações herdadas da troca de experiências com as províncias, com notável desenvolvimento técnico e um comércio pujante, Garnsey minimiza esses fatores, apontando as reais dificuldades de transporte da época como um inibidor do comércio, além do relativamente baixo desenvolvimento tecnológico, que só conhecerá inovações significativas alguns séculos mais tarde – como exemplo, ele compara com o período medieval, em que moinhos movidos a vento já existiam, enquanto no mundo romano as principais fontes de energia ainda eram animal e humana (Cf. GARNSEY, 2015); no entanto, as técnicas agrícolas da Idade Média ainda são, em sua essência, as do mundo romano, lembrando que as grandes referências em termos de tratados de agronomia durante esse período ainda são Paládio e Columela, que permanecerá como importante referência até praticamente o século XVII (John Milton ainda recomendava sua leitura).

Garnsey, todavia, ressalta que a economia romana da época do Império ainda tem sua base na agricultura. Quanto à manufatura, sua produção ainda é eminentemente artesanal e de baixa escala. Grande parte dos produtos manufaturados são produzidos nas próprias propriedades rurais, de onde eram extraídas as matérias primas, e em caráter doméstico. Há alguns produtos feitos em escala maior, mas ainda são poucos. Há outros cuja produção é notável, como cerâmica e produtos têxteis, mas o autor ressalta que ainda há pouca acumulação de capital envolvida nesses setores. Ele afirma também que o capital que poderia ser dirigido à manufatura e seu comércio era, na verdade, dirigido a outras atividades, como ao empréstimo. De fato, a manufatura tinha, em geral, pouco retorno, dado o baixo rendimento da população em geral, e o comércio era uma atividade, como se disse anteriormente, arriscada – Catão, por exemplo, já insistia nesse ponto. Assim, o capital que

abastecida por uma transferência de riqueza do campo, especialmente na forma de rendas extraídas pela elite fundiária, cuja predominância econômica e social dependia de sua habilidade de obter uma larga parte do excedente agrícola produzido no campo. No modelo de “cidade consumidora”, grande parte da atividade econômica das cidades resultava dos gastos da elite financiados pelos ganhos com a agricultura. Uma vez que o crescimento da economia urbana estava intimamente relacionado com a produção agrícola, as possibilidades de crescimento econômico eram limitadas.

poderia ser investido nessas áreas ou para o consumo, ou para os empréstimos, que tinham um rendimento atrativo, por conta das altas taxas de juros. Cabe observar que os empréstimos, naquele tempo, eram considerados uma atividade improdutiva, pelo menos teoricamente, já desde Aristóteles. Diferentemente de grande parte dos empréstimos nos dias de hoje, que são dirigidos para financiar aumento de produção (ampliação de instalações, compra de máquinas, de matérias primas, contratação de mão de obra), na Roma antiga, de maneira geral, esse dinheiro não era dirigido a investimentos em produção, mas para o consumo de bens de luxo por parte da aristocracia.

Já no século I d.C., é possível notar uma evolução dos processos que se iniciaram na República e que resultaram no desenvolvimento de um sistema econômico cujas características são, principalmente: a expansão gerada por atividades de rapina - que foi a grande fonte de riqueza e mão de obra a partir do século III a.C. (e cujo desenvolvimento impulsionou outras áreas da economia romana), tendo sido, inclusive, um dos poucos empreendimentos romanos a receber investimentos em capital -, a produção escravocrata e a circulação mercantil (Cf. GIARDINA & SCHIAVONE, 1999). Como vimos, até o final da República, a economia romana se desenvolveu a partir das conquistas, como consequência de sua expansão territorial, que, apesar de justificada com uma argumentação de natureza geopolítica (a defesa do território romano), era claramente uma fonte de enriquecimento para a nobreza romana - a chamada expansão de rapina. Esta expansão era caracterizada, em primeiro lugar, pelas terras adquiridas nas conquistas, que poderiam ser colocadas diretamente sob o comando dos romanos na forma do *ager publicus*, ou que poderiam permanecer sob a administração de seus proprietários originais, que deviam pagar tributos ao governo de Roma. Além disso, havia o enorme fluxo de escravos gerado pelas conquistas, que constituiu fonte de mão de obra para as propriedades em poder dos romanos. Esses foram os dois fatores responsáveis pelo crescimento do latifúndio como principal unidade produtora do Império.

A literatura de caráter técnico acerca da agricultura nasce nesse contexto. Já no séc. II a.C., Catão, vivendo o início desse processo, escreve seu *De Agricultura* como um projeto que espelha ao mesmo tempo sua estima pela tradição romana e sua empolgação com o modo de exploração da terra que começa a se desenvolver, a partir do enorme fluxo de escravos que chega a Roma. A propriedade perfeita (*uilla perfecta*)⁹, que Varrão descreveu em seu *De Re*

⁹ O termo latino *uilla* se refere a uma propriedade rural que pode ter uma finalidade recreativa e/ou produtiva. No contexto dos tratados de agricultura, em especial deste que é objeto de nosso trabalho, o termo se refere a uma propriedade rural destinada a uma produção voltada para o mercado e equivaleria ao nosso conceito de

Rustica, ao final da República, servirá de modelo, posteriormente, para exemplos reais, identificados pela arqueologia atual, como a *Villa de Settefinestre* (CARANDINI, in GIARDINA & SCHIAVONE, 1999, p 792). Há, portanto, já na Roma daquela época, uma necessidade de se refletir sobre o modelo de produção que começa a surgir, no intuito de promover uma maximização da produtividade e, por conseguinte, da lucratividade. Columela vai escrever no intuito de aprimorar essa reflexão.

Embora nos dias de hoje associemos o latifúndio à monocultura, tal ideia não corresponde exatamente à realidade da exploração agrícola romana. É certo que o latifúndio se desenvolveu a partir da apropriação do *ager publicus* pela aristocracia romana – incorporando, inclusive, as terras daqueles pequenos produtores endividados que já não tinham como pagar seus compromissos. No entanto, não só a mão de obra não era exclusivamente escrava, como o cultivo não se restringia a uma monocultura exclusiva. Na verdade, embora houvesse uma cultura predominante, destinada a produzir um excedente para o comércio de exportação, esta era compartilhada com outras culturas, que poderiam ser comercializadas ou abastecer o consumo de subsistência daqueles que habitavam a propriedade. Havia, assim, uma hierarquia entre as diversas culturas ali praticadas, ou uma policultura paralela à monocultura, que lhe servia de auxiliar – como dizia Elio Lo Cascio, uma “[...] policultura al servizio della monocultura [...]”¹⁰ (LO CASCIO, in GIARDINA & SCHIAVONE, 1999, p 516).

É certo, também, que havia, nessas propriedades, uma preferência pelas produções de vinho e óleo de oliva – que eram produtos de exportação e que auferiam grandes lucros aos proprietários -, mas, além de outros produtos agrícolas que também eram cultivados, como o trigo, havia também outras produções, como, por exemplo, a de matérias primas, como a argila. Essas, aliás, eram de grande importância para o desenvolvimento urbano que se acelerava, uma vez que constituíam os materiais usados nas mais diversas construções – não só das residências, mas também dos mais diversos prédios públicos, dentre os quais os destinados ao lazer das massas -, que serviam, inclusive, como instrumentos políticos de demonstração de poder e conquista de *status*, nas disputas de poder entre os integrantes da elite romana. Assim, é possível perceber o estreito elo que havia entre a cidade e o campo no mundo romano. A cidade se tornava um centro onde se encontrava a classe dirigente e onde

fazenda. Columela distingue o terreno, o *fundus*, da parte construída, que é dividida em três: a *urbana*, que são as acomodações do proprietário e sua família; a *rustica*, destinada aos trabalhadores; e a *fructuaria*, que funciona como um armazém. Para efeito de simplificação, usaremos para a tradução do termo *uilla* a palavra propriedade ou a própria palavra latina.

¹⁰ “[...] policultura a serviço da monocultura [...]”

se tomavam as decisões político-administrativas, enquanto o campo fornecia os meios materiais que sustentavam a cidade. Desta forma, ficava caracterizado o modelo de cidade consumidora, sugerido por Weber (e retomado por Finley), em que a cidade dependia de uma contraparte rural que provia os recursos que possibilitavam sua subsistência. Garnsey comenta a respeito deste modelo:

According to this model, the ancient city, was primarily a centre of consumption, in contrast with a medieval city, which was primarily a centre of production. By a consumption city is meant 'one which pays for its maintenance ... not with its own products, because it does not need to. It derives its maintenance rather on the basis of a legal claim such as taxes or rents, without having to deliver return values'. The essential power and truth of the consumer city model can be admitted; so can its role of confirming the supremacy of agriculture in the economy. The city was both the base of the major landowners, who were also the wealthiest residents, and the centre and focus of their expenditures, which were funded in large part by their rural investments.¹¹ (GARNSEY, 2015, p 76)

A produção dos latifúndios, além de escoar para as cidades, era direcionada também para os exércitos, fosse para fornecer alimentos para as tropas – principalmente trigo -, ou matérias primas para a fabricação de armas, como lanças e escudos, fosse para fornecer matérias primas para a construção dos acampamentos e outras estruturas militares. O fluxo dessas mercadorias era controlado pelo Estado, embora os produtores fossem, em grande parte, particulares que abasteciam essa demanda, seja porque tinham de pagar ao governo com uma parte de sua produção por conta de alguma obrigação legal (áreas colonizadas, arrendamentos, p. ex.), seja porque eram contratados para vendê-la.

À medida que o Império se consolidava e a situação política interna se tornava menos turbulenta, foi possível estabilizar o fluxo de recursos para as cidades, que já não contavam tanto com o fator expansionista como fonte de recursos, criando uma circulação mercantil que adquiria uma importância cada vez maior na sua economia. A relativa estabilidade política do período em questão proporcionou também um forte crescimento populacional e conseqüentemente um grande desenvolvimento urbano, que ocorreu tanto na península itálica como nas províncias, e que ajudou a promover a diversificação e crescimento das atividades

¹¹ De acordo com este modelo, a cidade antiga era principalmente um centro de consumo, em contraste com a cidade medieval, que era principalmente um centro de produção. Uma cidade consumidora é 'aquela que paga por sua sustentação ... não com seus próprios produtos, porque ela não precisa. Ela deriva sua sustentação, ao contrário, com base em um direito legal, como taxas ou arrendamentos, sem ter de entregar serviços'. A força e a verdade essenciais do modelo de cidade consumidora pode ser admitido; e assim seu papel de confirmar a supremacia da agricultura na economia. A cidade era tanto a base dos principais proprietários de terras, que eram também seus mais ricos residentes, quanto o centro e foco de suas despesas, que eram financiadas em grande parte por seus investimentos rurais.

comerciais. Esse processo gerou uma demanda por uma maior produção agrícola no intuito de abastecer as cidades, o que impulsionou a necessidade de uma racionalização da produção com o claro objetivo de aumentar a eficiência - e cujas manifestações teóricas identificamos nas obras dos agrônomos romanos. Parece haver aí, pois, um movimento, para o qual Columela já chamava a atenção, de tornar a exploração da terra mais intensiva. Contudo, Garnsey (2017, p 72) sugere que essa intensificação não era fruto de investimentos em tecnologia, pois o capital comercial não retornava como investimento deste tipo a sua fonte de origem, mas se tornava consumo nas cidades. Em geral, o capital que retornava como investimento era direcionado para a compra de terras – o que caracterizaria uma tendência de desenvolvimento de uma cultura mais extensiva, e não mais intensiva. No entanto, é certo que a produção das propriedades alimentava esse comércio que ganhou força no referido período.

Deve-se ter em mente, contudo, as observações de Finley - acatadas em grande parte por Garnsey - acerca das condições do comércio na Antiguidade e às quais nos referimos anteriormente. O autor lembrava que essas condições eram sempre muito adversas, principalmente no que diz respeito ao transporte das mercadorias, em especial quando feito por terra – razão pela qual levanta sérias objeções à ideia de um comércio pujante naquela época. Por conta disso, o comércio de longa distância devia se limitar àqueles produtos mais resistentes à degradação. Assim, o comércio de bens alimentícios mais perecíveis deveria ter sido feito localmente. Compreende-se, desta forma, que a localização das propriedades era de fundamental importância quando se tratava de propriedades que visavam à produção para o comércio, pois o fácil escoamento dos produtos deveria ser um fator essencial para o sucesso do empreendimento – e esse ponto é ressaltado por Columela ao tratar da localização da propriedade.

Quanto ao fluxo de escravos, que teve grande impulso na época da expansão territorial de Roma nos tempos da República, ele começa a declinar no Império. Embora permanecesse a base da produção romana, a escravidão não era a única fonte de mão de obra. O trabalho livre convivia com o trabalho escravo em diversos graus, inclusive complementando-o. Havia mesmo um debate acerca da eficácia produtiva do trabalho livre em contraposição ao escravo. Embora os romanos considerassem o trabalho escravo mais produtivo, uma vez que se ajustava de maneira mais flexível à racionalidade que começou a ser imposta à produção para suprir os mercados que se desenvolviam, o trabalho livre era usado como complemento nas épocas de grande demanda por mão de obra. Como o trabalhador livre era contratado por um salário, devia estar à disposição, nas épocas apropriadas, nas redondezas das grandes propriedades, razão pela qual se admite que, assim como o trabalho escravo convivia com o

livre, o latifúndio convivia, em certa medida, com a pequena propriedade, que fornecia os trabalhadores livres em momentos de necessidade de ampliação da mão de obra empregada. Além de contribuir com trabalho assalariado, os trabalhadores livres também agiam como arrendatários, administrando um pedaço de terra pelo qual deviam pagar com uma parte da produção. Desta maneira, a economia agrícola romana apresentava uma complexidade que precisa ser levada em consideração quando se examina o papel da propriedade nesse tipo de economia e seu funcionamento. Ademais, Columela já apontava para um equilíbrio entre a preferência pelo trabalho escravo ou livre.

Outros dois fatores começaram a contribuir para diminuir a intensidade do uso do trabalho escravo a partir do Império. Em primeiro lugar, a diminuição do movimento expansionista romano reduziu o fluxo de escravos que eram usados na produção agrícola. Em segundo lugar, os próprios romanos começaram a modificar, por motivos diversos, sua visão acerca da escravidão. A difusão do estoicismo, por exemplo, que considerava que os seres humanos possuíam todos as mesmas capacidades inerentes, foi um dos fatores que facilitou o aumento do número de libertos. O advento do Cristianismo também colaborou no mesmo sentido.

Há ainda que considerar a questão da produtividade da terra, que parece ser central para os agrônomos romanos, em especial para Columela, que vai divergir dos demais autores em sua visão acerca do assunto. Enquanto Varrão chamava a atenção para a fertilidade abundante das terras da Itália, Columela lamentava exatamente o que ele identificava como um processo de perda dessa fertilidade. É certo que vários fatores poderiam estar por detrás desse processo e explicá-lo. O próprio Columela citava a influência de um clima desfavorável sobre a fertilidade do solo, por exemplo. Além desse fator, há também o efeito deletério das guerras, que deslocavam massas de trabalhadores, destruíam propriedades e arrasavam a terra. Convém lembrar que os fatores geradores de crises para as economias antigas estavam muito mais relacionados à influência das catástrofes naturais ou humanas – como no caso da guerra. As crises geradas por ciclos econômicos que envolvem variações drásticas na oferta e demanda são características das economias modernas.

Desta forma, Columela se encontra em uma posição peculiar, pois registra uma perda na fertilidade do solo naquela época, em contraposição a outros autores. Em sua obra, ele se refere a um debate acerca do assunto, que ele retoma com seu interlocutor, Públio Silvino. Não nos cabe aqui emitir juízo sobre esse assunto. Se não é possível defender sua posição, também parece desarrazoado ignorá-la. Devemos encará-la como o testemunho de um romano

da época e procurar entender sua argumentação a partir dos elementos que ele apresenta para justificá-la.

No entanto, parece certo que a produção itálica começou a sofrer forte concorrência da produção provincial, concorrência esta que atingiu exatamente seus principais produtos de exportação: o vinho e o óleo de oliva. Sabe-se, contudo, que esse processo só alcançou seu ápice na fase final do Império. Até então, as produções itálica e provincial conviveram e mesmo se complementaram. Uma mesma localidade poderia, conforme já explicitado, exportar e importar vinho, quando era o caso de produzirem vinho de uma qualidade inferior e importarem um vinho de melhor qualidade para consumo. Havia uma produção de trigo local, principalmente para subsistência, mas, para grandes quantidades, era mais barato importar o trigo. Assim, o trigo que era usado para políticas distributivas ou para alimentar as tropas era, em geral, importado das províncias especializadas nesse tipo de produção.

A competitividade das províncias fez com que houvesse um aumento da riqueza nessas localidades e um aumento do poder de suas elites. Por esse motivo, a partir de um dado momento, começou a aumentar a participação política da aristocracia das províncias no comando do Império.

3. O OLHAR CONTEMPORÂNEO

O *De Re Rustica* de Columela, como vimos, tem como objeto a agricultura, vista como um conjunto de técnicas que integram uma determinada prática. A plena compreensão de seu conteúdo depende de um entendimento da conjuntura econômica do mundo romano. A breve exposição da evolução da economia romana através da história a que nos dedicamos acima desperta algumas considerações acerca dos tipos de abordagens que desenvolveram os autores que se dedicaram ao tema. Por volta do século XIX, a história da Antiguidade, e conseqüentemente aquela de Roma, assume uma posição de destaque nos debates acadêmicos, quando a perspectiva histórica desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento das ciências humanas. Naquele momento, desenvolvia-se também, de maneira incipiente, a ciência econômica, impulsionada pelas revoluções que, a partir do século XVIII, vinham ocorrendo na ciência, na tecnologia e no mundo político e social, tornando central, na vida das sociedades contemporâneas, o fenômeno econômico.

A partir de então, cada vez mais, a compreensão dos fatos econômicos se torna uma necessidade para aqueles que se dedicam às ciências humanas. Esta necessidade, já prenunciada em Adam Smith, adquire a primazia no pensamento de Karl Marx e se torna a essência dos pensamentos sociológico e histórico inspirados nessa escola e em outras que se lhe seguiram. Também é assim para aqueles historiadores herdeiros da Escola Histórica Germânica (REIBIG, 2001, pp 198-201). Não poderia, portanto, ser diferente no que tange ao estudo da história romana, e pensadores como Finley, Weber ou Rostovtzeff põem em evidência os fatores econômicos como um elemento fulcral em suas análises. No entanto, além da filiação ideológica e conseqüente inclinação para determinada escola econômica, deve-se considerar a maneira como é encarada a estrutura da economia romana e como se explicam os fatos que dela derivam, pois este é o ponto de partida de suas obras.

De maneira geral, para grande parte dos pensadores do século XX – e esse debate entrará pelo século XXI -, a economia romana ou era vista como subdesenvolvida - e, portanto, como apresentando um crescimento muito baixo ou quase nulo, que mantinha seus habitantes em um estado quase que de subsistência -; ou admitia-se um papel algo mais relevante do comércio que possibilitava um crescimento mais considerável. Dois autores alemães do século XIX foram os responsáveis pela disseminação desses pontos de vista e já em sua época geraram um debate que ficou conhecido como a Controvérsia Bücher-Meyer.

De acordo com Reibig (2011), Karl Wilhelm Bücher (1847-1930) nasceu em Wiesbaden, cidade alemã próxima a Frankfurt, de uma família de agricultores. Karl Bücher

obteve o grau de Doutor em História Antiga na Universidade de Bonn, mas seus estudos o levaram a interessar-se pelo desenvolvimento das economias nacionais, ramo de investigação que florescia dentro da Escola Histórica Alemã. Esta escola surgiu por volta de 1840 e teve várias fases, uma das quais teve Max Weber como um de seus expoentes. Em seus primórdios, tal escola defendia que a História era o fundamento para o estudo da Economia, que devia partir da análise dos fatos para a compreensão dos fenômenos econômicos, contrapondo-se a uma visão mais abstrata e estatística derivada das escolas clássica e marginalista.

Bücher concebia a formação de uma economia nacional a partir de três estágios de desenvolvimento econômico:

a) a economia familiar/doméstica fechada (*geschlossene Hauswirtschaft*)– que correspondia ao estágio do mundo antigo e se caracterizava por uma produção de subsistência, conceito que se baseava na ideia de *oikos economy* de Rodbertus, influente economista da época, cujas ideias eram discutidas nos debates da Escola Histórica, segundo Reibig:

Bücher arrived at his classification of antiquity as a ‘*geschlossene Hauswirtschaft*’ from Karl Rodbertus’s premise that the ancient economy was based on the *oikos* and that this institution remained economically predominant throughout antiquity and even until the middle ages. By doing so, Bücher focused in particular on the purpose of production and consumption as the key or criterion for his theory of economic stages. According to Bücher the ‘*oikos economy*’ is characterised by ‘production for personal use (*Eigenproduktion*)’, whereas in the ‘city economy’ ‘production on demand’ was dominant.”¹² (REIBIG, 2011, p 19);

b) a economia citadina/urbana – que correspondia à alta Idade Média e já admitia uma produção ditada pela demanda;

c) a economia nacional – correspondia à economia moderna e tinha como diferencial a produção para o mercado. Essa teoria enfatizava que o desenvolvimento da economia se dava por estágios, cada um apresentando suas características próprias, e que correspondiam, em sua formulação, mais a modelos teóricos concebidos para auxiliar na compreensão dos fatos passados, do que a tentativas de descrever fielmente esses fatos. Segundo o autor, muitos autores falharam em compreender as economias antigas, porque as viam como economias nacionais, pois aplicavam a elas conceitos modernos, sem tentar levar em consideração suas

¹² Bücher chegou a sua classificação da Antiguidade como *geschlossene Hauswirtschaft* a partir da premissa de Karl Rodbertus de que a economia antiga era baseada no *oikos* e de que esta instituição permaneceu economicamente predominante através da Antiguidade e até a Idade Média. Por isso, Bücher atentou particularmente no propósito da produção e do consumo como chave ou critério para sua teoria dos estágios econômicos. De acordo com Bücher, a ‘economia do *oikos*’ é caracterizada por uma ‘produção para uso próprio (*Eigenproduktion*)’, enquanto na ‘economia urbana’ a produção por demanda predominava.

peculiaridades. Uma vez que a economia doméstica fechada tinha um papel fundamental de prover a subsistência e sua produção permanecia privada e restrita aos limites da família, o comércio tinha um papel restrito, inclusive com conotação negativa. Nessa situação, o crescimento econômico era muito baixo e com um desenvolvimento muito lento, razão pela qual essa visão ficou conhecida como primitivista.

O grande rival de Bücher foi Eduard Meyer (1855-1930), nascido em Hamburg, também era um professor de História Antiga. Meyer criticava Bücher exatamente pelo fato de ele apresentar uma tendência a minimizar a existência e o papel dos mercados na Antiguidade, via um progresso mais homogêneo no desenvolvimento da economia doméstica para a economia nacional. Para ele, havia elementos de economia escravocrata, feudal e capitalista em cada momento da história, que se diferenciavam apenas pela proporção em que apareciam. Assim, era possível ver elementos da economia capitalista na economia grega ou romana. Esses elementos predominavam mais ou menos conforme a época, o que caracterizava uma visão cíclica da evolução da economia. Meyer foi muito criticado, principalmente por Bücher, por se valer dessa tentativa de ver alguma equivalência entre períodos diversos da história, sendo acusado de usar categorias modernas para compreender fatos relativos a outras épocas, arriscando seriamente incorrer em anacronismo do ponto de vista conceitual:

Meyer suggests instead of a linear and steady progressing economic development from *oikos* to the 'Volkswirtschaft' à la Bücher, that each period [of] civilization, for exemple antiquity, lives through a stages of slavery, feudalism and capitalism. He argues that 'the first epoch of antiquity, the Homeric period...stands in one line with the epoch of Christian-Germanic nations and deserves to be regarded as the middle ages'. The classical or aristocratic period of ancient Greece correlates the 'early modern' period. Consequently, this meant for Meyer that slavery did not dominate the productive life in the classical period. Instead flexible capital in the form of wage labour and private property dominated, which makes classical antiquity economically comparable with the early ages of modern capitalism.¹³(REIBIG, 2011, p 41)

A tendência de Meyer de ver nas economias antigas elementos comparáveis aos das economias modernas ficou conhecida como modernista ou modernizante.

¹³ Meyer propõe, ao invés de um desenvolvimento econômico de progresso linear e constante do *oikos* para a 'Volkswirtschaft' à la Bücher, que cada período da civilização, como a Antiguidade, passa por estágios de escravidão, feudalismo e capitalismo. Ele argumenta que 'a primeira época da Antiguidade, o período Homérico ...fica alinhado com a época das nações Cristãs e Germânicas e merece ser equiparado à Idade Média'. O período clássico ou aristocrático da Grécia antiga corresponde à 'modernidade recente'. Consequentemente, isso significa, para Meyer, que a escravidão não dominava a vida produtiva no período clássico. Ao invés, dominava o capital flexível na forma de trabalho remunerado e propriedade privada, o que tornaria a Antiguidade Clássica economicamente comparável aos primeiros momentos do capitalismo moderno.

Em sua tese de doutoramento, Reibig (2011), que explora os detalhes da Controvérsia Bücher-Meyer, mostra a extensão desse debate no ambiente acadêmico da Alemanha do século XIX e sua importância para o desenvolvimento posterior da Escola Histórica Alemã. Um herdeiro desse debate foi Max Weber (1864-1920), que, segundo Reibig, elaborou parte de seu pensamento exatamente numa tentativa de resolver algumas das questões levantadas pelo desenvolvimento dessa controvérsia. Em primeiro lugar, Weber participou de um debate com Meyer acerca dos motivos da queda de Roma. Meyer procurava identificar dentre as causas da queda o declínio moral do fim do Império e procurava traçar paralelos com sua época. Weber, por seu turno, procurava mostrar que o interesse acerca daqueles fatos tinha um caráter meramente histórico, sem implicações para o presente. Reibig, comentando a argumentação de Weber, diz que, para ele “A proletarian of today and an ancient slave understand each other like a European to a Chinese man”¹⁴ (REIBIG, 2011, p 227) Essa tendência a ressaltar os elementos peculiares às sociedades antigas aproximava seu pensamento daquele de Bücher, embora ele tenha chegado a essa conclusão por outras vias. No entanto, Weber concordava com Meyer no sentido de que havia uma grande participação de trabalho assalariado no mundo antigo, contrariando a visão Bücher de que a economia antiga permanecia fechada dentro dos limites da propriedade familiar. Nesse particular, ele via a economia antiga como sustentada por um tripé, cujas bases de sustentação eram as cidades, o estabelecimento de uma rede comercial marítima e a produção escravocrata. Contudo, segundo Reibig: “Weber rejected attempts to interpret the ancient economy as essentially modern (17th, 18th century) though, and to apply modern economic terminology in a methodologically unsound manner”¹⁵ (ibid., p 230). No entanto, alguns autores entendem que certos elementos do pensamento de Weber o aproximam de uma visão modernizante, principalmente pelo reconhecimento, de sua parte, da importância do comércio na Roma imperial, muito embora ele apontasse algumas das limitações desse comércio, como o fato de apenas alguns poucos privilegiados se beneficiarem dele. Weber também admitia uma espécie de “capitalismo antigo”, baseado em certas práticas como empréstimos e especulação com propriedades, embora ressaltasse que este era fundamentalmente diferente do capitalismo moderno e negasse qualquer elemento industrial, já que não havia o desenvolvimento de uma produção voltada para o consumo de massa, pelo menos de caráter industrial (Cf. REIBIG., p 233).

¹⁴ Um proletário dos dias de hoje e um antigo escravo se compreendem como um europeu e um chinês.

¹⁵ Weber rejeitava tentativas de interpretar a economia antiga como essencialmente moderna (séculos XVII e XVIII) e de aplicar a moderna terminologia econômica de uma maneira metodologicamente imprecisa.

De fato, Weber dialoga tanto com Bücher quanto com Meyer, incorporando conceitos de um e de outro, mas sempre se destacando por uma marca própria. Assim, embora admitisse uma espécie de capitalismo antigo, perguntava-se acerca de qual seria o significado da palavra capitalismo nesse caso. Sua atenção estava voltada para as características essenciais das economias antigas e, para além dos rótulos, ele procurava descobrir qual seria o melhor aparato teórico e crítico para abordá-las:

Proponendosi, nel capitolo introduttivo, di individuare, di quella vita economica, le caratteristiche essenziali, Weber si poneva parimenti il problema di quali strumenti concettuali risultassero adeguati a intenderne davvero in profondità queste caratteristiche essenziali.” “[...] tuttavia, Weber avvertiva la necessità di individuare i caratteri peculiare del capitalismo come si era presentato nell’antichità, del ‘capitalismo antico’[...] (LO CASCIO, in GIARDINA & SCHIAVONE, 1999, p 496)¹⁶

Deste modo, segundo Lo Cascio, Weber se distanciava de Meyer quanto a ver na economia antiga uma prefiguração do capitalismo, assim como se distanciava de Bücher, que via ali sua pré-história (ibid., p 497). Nesse sentido, Weber desenvolveu uma maneira de olhar para a economia antiga que buscava superar as insuficiências dos modelos de seus antecessores.

Um autor cuja obra veio a dialogar com a de Weber foi o ucraniano M. I. Rostovtzeff (1870-1952), que tinha uma posição mais próxima à perspectiva modernizante, herdeira de Meyer. Rostovtzeff, tratando da história de Roma, apresenta uma primeira fase imperial marcada por um crescimento sem precedentes, embora esse movimento decline posteriormente, devido a uma aristocracia que dissipava seus bens em artigos de luxo, ao invés de destinar seus ganhos a uma tentativa de aumento da produtividade. Rostovtzeff via, pois, esta época como uma fase de grande desenvolvimento do comércio. Na verdade, a questão da existência, natureza e extensão de um comércio na Antiguidade - e, mais particularmente, na Roma Antiga - é a questão central em torno da qual se define a posição dos historiadores da economia antiga. Conforme teremos oportunidade de verificar mais adiante, Finley vai se distanciar da visão de Rostovtzeff, reafirmando, por sua vez, a natureza limitada do comércio na Antiguidade. Zuiderhoek comenta a respeito:

¹⁶ Ao se propor, no capítulo introdutório, a identificar as características essenciais daquela vida econômica, Weber se colocava igualmente o problema de quais instrumentos conceituais resultariam adequados a compreender de fato em profundidade essas características essenciais.” “[...] contudo, Weber percebia a necessidade de identificar as características próprias do capitalismo tal como se apresentava na antiguidade, do ‘capitalismo antigo’ [...]”

Most ancient economic historians in the period prior to the work of M. I. Finley (with the notable exception of some sociologists and anthropologists interested in the ancient world, such as Max Weber and Karl Polanyi) would have answered such a question in the affirmative. The work of scholars like Tenney Frank and Michael Rostovtzeff, to mention only two of the most famous names from that generation, is generally empiricist. They had little time for explicitly applied interpretative models, social scientific or otherwise. At basis, however, and quite implicitly, their arguments were broadly and vaguely (neo)classical in kind: the economy of the Roman Empire was ruled by the laws of supply and demand, and economic actors were chiefly motivated by profit. Naturally, conditions for many peasants were primitive, the state did interfere on behalf of the population of Rome and the army, and cities strived for a degree of self-sufficiency, but overall market exchange was the leading factor in the economy. Thus Rostovtzeff could for instance describe the developments in Italy in the second century BCE preceding the Gracchan crisis as the introduction of a new ‘capitalist’ commercial agriculture by Rome’s leading *ordines* and a new ‘city bourgeoisie’, producing for an Italian urban and international market” (ZUIDERHOEK, in ERDKAMP, pp 4-5)¹⁷

Um dos pontos de discordância entre Rostovtzeff e Weber era o de que este via o período da *Pax Romana* como o início da decadência do modo de produção que se desenvolveu em Roma a partir do final do século III a.C. - quando o fluxo de riquezas na forma de espólios de guerra e de escravos na forma de prisioneiros diminuiu -, enquanto que para Rostovtzeff seria justamente o oposto, já que esse seria um período de grande florescimento econômico, devido às oportunidades que um tempo de estabilidade proporcionava para uma intensificação do cultivo da terra, que estava livre das ameaças da guerra, e para os empreendimentos mercantis. No entanto, o historiador ucraniano via uma concentração crescente de riquezas nas mãos dos imperadores – em detrimento da própria aristocracia – e apontava as dificuldades geradas pela necessidade de grandes somas de dinheiro para a sustentação da ordem tanto interna quanto externa, além daquelas geradas pela concentração dos investimentos na agricultura, fato que teria impossibilitado um maior desenvolvimento de inovações técnicas – posteriormente, Finley vai ressaltar não só que a posse de terras era fator de *status* e símbolo de poder, mas também que os lucros obtidos com

¹⁷ A maioria dos historiadores da economia antiga do período anterior ao trabalho de M.I. Finley (com a notável exceção de alguns sociólogos e antropólogos interessados no mundo antigo, como Max Weber e Karl Polanyi) teriam respondido tal questão com uma afirmativa. O trabalho de eruditos como Tenney Frank e Michael Rostovtzeff, para mencionar apenas dois dos nomes mais famosos desta geração, é no geral empiricista. Eles tinham pouco tempo para a aplicação explícita de modelos interpretativos, sociais, científicos ou outros quaisquer. Na base, contudo, e bastante implicitamente, seus argumentos eram larga e vagamente de tipo (neo)clássico: a economia do Império Romano era regida pelas leis da oferta e demanda, e os atores econômicos eram principalmente movidos pelo lucro. Naturalmente, as condições para muitos camponeses eram primitivas, o Estado interferia no interesse da população de Roma e o exército e as cidades se esforçavam por algum grau de autossuficiência, mas o mercado era o fator condutor da economia. Assim, Rostovtzeff poderia descrever o desenvolvimento da Itália no segundo século antes de Cristo, antes da crise dos irmãos Graco, como a introdução de uma nova agricultura comercial ‘capitalista’ pelas *ordines* dirigentes de Roma, e uma nova burguesia cidadina, que produzia para os mercados urbano italiano e internacional.

sua exploração vertiam para o esbanjamento, que era, ele também, uma maneira de afirmação do *status*.

Numa tentativa de se contrapor à tendência modernizante de abordagem do estudo das economias antigas, o historiador americano Moses I. Finley (1912-1986) vai retomar algumas das teses de Bücher, e vai se dedicar a sua polêmica com Meyer a ponto de organizar uma coletânea de seus textos mais relevantes acerca das limitações dos mercados na antiguidade. Finley vai se basear nas abordagens de Weber e do economista e sociólogo Karl Polanyi, que afirmavam ser a economia antiga qualitativamente diferente das economias modernas. Ao retomar as teses primitivistas, Finley ressalta, tal como Bücher, a sua qualidade estática, negando-lhe praticamente qualquer desenvolvimento que não viesse das conquistas (fator exógeno), uma vez que o comércio era limitado e que, por exemplo, em Roma, a aristocracia não direcionava sua riqueza para investimentos destinados a incrementar a produção. Essas constatações levaram-no a se perguntar sobre o porquê de as economias antigas não terem evoluído para um estágio industrial, cujo desenvolvimento teria requerido o investimento de parte das riquezas obtidas com as guerras no desenvolvimento de novas técnicas mais produtivas e em atividades que multiplicassem o capital nelas aplicado. De fato, segundo ele, a aristocracia romana estava imbuída de valores que a desviava dessas perspectivas, pois não tinha consciência de uma instância econômica da sociedade que tivesse uma existência autônoma. A economia romana existia apenas em sua relação com as instituições e valores que moldavam a sociedade e que lhe determinavam o funcionamento.

De acordo com Alain Bresson (in SALES, 2011), Finley não se debruçara, como teria sido conveniente para um historiador, sobre a arqueologia e seus resultados. Essa seria uma postura desenvolvida por autores mais recentes, que puderam contar com a grande evolução que ocorreu nesse campo em épocas mais recentes. A partir do surgimento da NIE (*New Institutional Economics*) – escola que surge principalmente ligada ao pensamento de Ronald Coase e Douglass North e seus continuadores -, os dados arqueológicos têm assumido um papel de grande importância, ao possibilitarem comprovar ou não hipóteses acerca de como se dava a produção, consumo e comércio na antiguidade. Essa escola parte da premissa de que o diferencial entre duas economias detentoras de recursos relativamente equivalentes é o funcionamento de suas instituições, entendidas como as regras do jogo estabelecidas para aquelas sociedades e como os fatores que moldam seu comportamento – sejam eles formais ou informais, conforme comenta o autor: “The character and structure of a society’s

institutions is determined by that society's shared mental models, that is, its value systems, mentalities, world view"¹⁸. (ZUIDERHOEK, in ERDKAMP, p 12).

Sobre o foco dos estudos da NIE, afirma Bresson:

Avec le courant néo-institutionnaliste [...] les institutions cessent d'être une simple variable d'ajustement, un élément périphérique ou marginal. Elles sont au contraire au centre de la réflexion, dans leur fonctionnement comme dans leur genèse historique. On comprend tout l'intérêt de cette réflexion pour les historiens." (BRESSON, 2007, p 21)¹⁹

E conclui, afirmando que: "Les théoriciens néo-institutionnalistes s'attachent à analyser les institutions qui conditionnent et déterminent la performance d'un système économique." (ibid., p 21)²⁰

Um conceito fundamental para os autores dessa escola é o de custo de transação. De maneira geral, a ideia de transação é vista a partir de uma perspectiva mais ampla, em que significa qualquer interação entre os indivíduos baseada na troca de informações e que atinge toda a sociedade, vindo a se manifestar de maneira especial na economia. Bresson aponta quatro tipos de instituições:

Les institutions d'une société donnée peuvent être ordonnées en quatre grands secteurs: politique (État au autres formes d'autorité collective), symbolique (religion et autres conceptions du monde), reproduction des hommes (parenté et démographie), et biens matériels (économie)." (ibid., p 28)²¹

A noção de custo de transação se estende a toda a gama das instituições, manifestando-se de variadas formas de acordo com o setor a que corresponde, o custo de transação se define, de maneira geral, como o esforço necessário para que se cumpra o tipo de troca implícita naquele setor (política, simbólica, reprodutiva, econômica). Do ponto de vista econômico, as instituições de uma sociedade são fundamentais na definição do custo de transação ali vigente, ou seja, da promoção da viabilidade das transações de mercado. Se as instituições de uma sociedade promovem práticas que facilitam as transações, proporcionando

¹⁸ O caráter e a estrutura das instituições de uma sociedade são determinados pelos modelos mentais compartilhados por essa sociedade, ou seja, seus sistemas de valores, mentalidades e visão de mundo.

¹⁹ Com o neo-institucionalismo corrente [...] as instituições cessam de ser uma simples variável de ajustamento, um elemento periférico ou marginal. Elas são, ao contrário, o centro da reflexão, em seu funcionamento como em sua gênese histórica. Compreende-se todo o interesse desta reflexão para os historiadores.

²⁰ Os teóricos neo-institucionalistas se dedicam a analisar as instituições que condicionam e determinam a performance de um sistema econômico

²¹ As instituições de uma dada sociedade podem ser ordenadas em quatro grandes setores: político (Estado ou outras formas de autoridade coletiva), simbólico (religião e outras concepções do mundo), reprodução dos homens (parentesco e demografia), e bens materiais (economia)

segurança civil e jurídica, estimulando a produção e facilitando o comércio através do desenvolvimento da comunicação e transportes, ou seja, proporcionando uma certa estabilidade, há uma grande chance de desenvolvimento de uma grande rede de intercâmbio cultural e comercial que impulse essa sociedade. A maneira como se dá a intervenção dessas instituições, através das taxas que elas impõem e do retorno que elas proporcionam, do uso de violência ou de coerção como fator de manutenção da ordem e da promoção de valores através dos costumes, são formas de atuação que são examinadas dentro dessa abordagem.

A abordagem da NIE coloca em questão uma visão compartilhada por Weber e Finley de que, na Antiguidade, as pessoas, por não possuírem uma noção da economia como uma instância em particular, não tomavam decisões que implicassem uma ideia de racionalidade econômica – como as relativas ao aumento da produtividade -, e que, portanto, a economia das sociedades antigas tinha um caráter irracional. Na verdade, o que o neo-institucionalismo mostra é que essas decisões seguiam os critérios das instituições vigentes naquela sociedade, o que não significava uma ausência de racionalidade, mas uma racionalidade própria que deve ser compreendida dentro de seu contexto.

A partir das considerações feitas acima, é possível identificar a filiação ideológica de alguns dos autores usados como fontes para a redação do capítulo deste trabalho referente à evolução da agricultura romana como elemento fundamental de sua economia. Raymond Bloch e Jean Cousin, por exemplo, consideravam a economia romana em seus estágios iniciais como uma economia fechada (BLOCH & COUSIN, 1964, p 84) e afirmavam que, desde a República, a agricultura vinha sendo substituída pelas pastagens (principalmente de carneiros), com efeitos devastadores sobre o solo, e concluem, dizendo que, no Império, essa situação perdurava. Além disso, consideravam que o desenvolvimento tecnológico até o Império tinha sido ínfimo e com pouco efeito sobre a produtividade da terra:

Não é provável, por outro lado, que os métodos de cultura dos cereais tenham melhorado: semeado entre os renques de videiras, o trigo não encontrava solo favorável nem beneficiava duma insolação feliz; em pleno campo, o arar da terra, o adubar, a monda e a colheita não tinham variado desde os tempos antigos [...] Com efeito, em Itália, nas melhores terras, a colheita eleva-se só ao quádruplo da sementeira e vemos inclusive a Apúlia, que foi até perto do período Júlio-Claudio boa produtora de trigo, voltar-se, no dizer de Sêneca, para os benefícios da criação de gado” (BLOCH & COUSIN, 1964, p 279)

Peter Garnsey e Richard Saller, por sua vez, apresentam a economia romana como fundamentalmente subdesenvolvida, voltada para a subsistência e com um comércio restrito e de circulação extremamente limitada. Na segunda edição de seu *The Roman Empire* (2015), porém, Garnsey & Saller acrescentaram vários *addenda* aos textos dos capítulos da primeira edição, em que apresentam a evolução dos temas ali tratados, enriquecidos de ampla bibliografia atualizada e comentada, em que apontam para as interpretações possibilitadas pelas recentes descobertas arqueológicas e por novas abordagens como o neo-institucionalismo, em relação a antigos debates sustentados nesse campo de estudos. Tome-se, a título de ilustração, o que dizem acerca da questão do subdesenvolvimento da economia romana, amplamente sustentada por eles na primeira edição de seu trabalho:

A reasonable question to ask of our chapter is: an ‘underdeveloped economy’ in comparison with what? The debate over how far the Roman economy developed has continued over the past twenty-five years without decisive resolution, but the range of views has narrowed with the accumulation of archaeological studies and the application of modern economic theory. It is now broadly recognized that to cast the debate in terms of ‘autarkic primitivism’ versus ‘modernism’ obscures more than it illuminates (after all, no one self-identifies as part of either camp). Furthermore, to characterize the imperial economy as having enjoyed ‘significant growth’ or ‘significant trade’ begs for more precision through comparisons with economic development in other periods and places. (GARNSEY & SALLER, 2015, p 88-9)²²

Mais adiante, os autores complementam:

Approaches and methods continue to be debated with Finley’s *Ancient Economy* as the starting point (Morris, 1994, 1999). More explicit attention has been devoted recently to possible causes of growth and its limits (Hopkins, 1995/96, Saller 2002, Scheidel 2009a, Wilson 2009, Harris 2011, Temin 2013). The most-discussed causes are trade (‘Smithian growth’), technological improvements, and institutions. (ibid., p 89)²³

E acrescentam que a visão de Finley, que considerava lento o progresso tecnológico da época, tem sido desafiada por alguns autores, assim como ressaltam os avanços alcançados

²² Uma questão razoável para nosso capítulo é: uma ‘economia subdesenvolvida’ em relação a quê? O debate acerca de quanto a economia romana se desenvolveu tem continuado pelos últimos vinte e cinco anos sem solução decisiva, mas a gama de visões se estreitou com a acumulação de estudos arqueológicos e a aplicação da teoria econômica moderna. É agora largamente reconhecido que colocar o debate em termos de ‘primitivismo autárquico’ e ‘modernismo’ o obscurece mais que ilumina (afinal, ninguém identifica de que lado do campo está). Além do mais, caracterizar a economia imperial como tendo gozado de um ‘crescimento significativo’ ou ‘comércio significativo’ requer mais precisão nas comparações com o desenvolvimento econômico em outros períodos e lugares.

²³ Abordagens e métodos continuam a ser debatidos tendo o *Ancient Economy* de Finley como ponto de partida (Morris, 1994,1999). Uma atenção mais explícita tem sido dada recentemente às possíveis causas do crescimento e seus limites (Hopkins, 1995/96, Saller 2002, Scheidel 2009a, Wilson 2009, Harris 2011, Temin 2013). As causas mais discutidas são o comércio (crescimento smithiano), desenvolvimentos tecnológicos e instituições.

pelos neo-institucionalistas ligados ao pensamento de Douglass North no que toca ao contexto institucional do comportamento econômico e ao papel do Estado no estímulo ao crescimento do comércio através de sua política de cobrança de taxas (GARNSEY & SALLER, 2015, pp 89-90).

Dentre os autores ligados ao neo-institucionalismo, Paul Erdkamp (ERDKAMP, 2015) ressalta a divergência de pontos de vista ainda existente, em debates recentes, com relação a alguns pontos. Assim, por exemplo, no que tange ao desenvolvimento tecnológico, ele compara o pensamento de autores como Scheidel, que considera baixo o desenvolvimento tecnológico no mundo antigo, apresentando, inclusive, uma fraca resposta ao crescimento populacional, com o de outros autores que afirmam, ao contrário, que esse crescimento pressionava por uma produção mais intensiva, que tinha como pressuposto exatamente o desenvolvimento tecnológico.

Let me start, however, with an assumption underlying a predominantly pessimistic scenario that is prevalent in recent publications regarding the Roman world. Bruce Frier, Walter Scheidel, and Peter Temin all seem to agree that, lacking any significant technological progress, the ancient world could not escape the detrimental effects of population growth. Walter Scheidel has argued that insufficient innovation and technological change in the ancient world merely allowed economic expansion, but ruled out significant economic growth. The main processes that furthered economic growth did so mostly in terms of lateral expansion and not so much in terms of intensification and innovation. [...] Ester Boserup's model of economic growth famously postulated that population growth was not merely a dependant of changes in productivity, but was itself a determinant of changes in production. Land is a limited good, and as population grew, the cultivators of the soil were forced to make better use of it, leading to changes in agricultural technology that generally meant an increase in labour input in order to increase soil productivity. However, Scheidel sees little evidence for technological responses to population pressure in the ancient world beyond mainland Greece in classical times. Giving low levels of technological change, living standards may more commonly have been manipulated through institutional arrangements that governed the rate of surplus extraction via rents, taxes, tribute, serfdom, and slavery, without significantly altering average consumption levels in the population as a whole. (ERDKAMP, 2015, p 22)²⁴

²⁴ Deixe-me começar, contudo, com uma suposição que sublinha o predominante cenário pessimista que prevalece em recentes publicações acerca do mundo romano. Bruce Frier, Walter Scheidel e Peter Temin concordam em que, na falta de qualquer progresso tecnológico significativo, o mundo antigo não poderia escapar aos efeitos deletérios do crescimento populacional. Walter Scheidel tem argumentado que a insuficiente inovação e transformação tecnológicas no mundo antigo permitiram apenas expansão econômica, mas excluíam crescimento econômico significativo. Os principais processos que estimulavam o crescimento econômico o fizeram apenas em termos de expansão lateral e não tanto em termos de intensificação e inovação. [...] O modelo de crescimento econômico de Ester Boserup é famoso por ter postulado que o crescimento populacional não era apenas dependente das transformações na produtividade, mas era ele mesmo um determinante das transformações na produção. A terra é um bem limitado, e à medida que a população crescia, os cultivadores do solo eram forçados a fazer melhor uso dele, levando a transformações na tecnologia agrária que geralmente significavam um aumento no *input* de trabalho para aumentar a produtividade do solo. No entanto, Scheidel vê pouca evidência de uma resposta da tecnologia a pressões populacionais no mundo antigo para além da Grécia continental na época clássica. Dados os baixos níveis de transformação tecnológica, os padrões de vida teriam sido mais comumente manipulados através de arranjos institucionais que administrariam a taxa de extração de

Outro autor ligado ao neo-institucionalismo que merece destaque é o italiano Elio Lo Cascio, que contribuiu com um capítulo da obra acima citada de organização de Erdkamp, e que, em seu trabalho em conjunto com Giardina e Schiavone (GIARDINA & SCHIAVONE, 1999), dois autores de tendência marxista, apresenta argumentos em defesa de uma evolução dos mercados na época imperial – Peter Temin, economista americano contemporâneo, vai defender (Cf. TEMIN, 2013), na mesma linha, que o comércio conheceu um grande crescimento nessa época -, e ressalta a expansão do modelo de agricultura baseado na *uilla*, através da incorporação de trabalho livre ou semi-livre, que vinha complementar o trabalho escravo que até então tinha sido seu fundamento, nas épocas de intensificação da colheita e de sua extensão para as áreas provinciais.

Como é possível verificar através da exposição acima, o debate acerca da natureza e evolução da economia romana está longe de chegar a uma conclusão definitiva. As controvérsias são muitas, principalmente no que tange à extensão do crescimento econômico, do comércio e do progresso tecnológico. No entanto, uma argumentação a favor de um comércio mais desenvolvido do que se admitia há algumas décadas e de sua participação num processo de crescimento econômico acentuado parece estar ganhando força, principalmente dentre os autores ligados aos estudos da NIE.

Cabe ressaltar que a abordagem multidisciplinar da NIE, focada no papel das instituições, não apenas reforça a necessidade de se compreender aquelas instituições simbólicas, que se revelam nas visões de mundo cultivadas em uma sociedade, seja através da religião, das tradições ou da produção cultural, e de compreender seu papel dentro de um espectro mais amplo de instituições e práticas sociais, mas aponta também para sua especial participação na configuração econômica em que se inserem e que, de maneira incisiva, ajudam a moldar.

4. O DE RE RUSTICA

Em capítulo anterior, examinamos o contexto em que foi escrita a obra de Columela, com o cuidado de demonstrar a importância da agricultura no mundo romano, remontando a suas origens e traçando sua evolução até os dias do agrônomo espanhol. Em seguida, apresentamos um panorama das abordagens de diversos autores e escolas acerca deste tema. De fato, o *De Re Rustica* é uma obra que só pode ser plenamente compreendida a partir de seu contexto, tendo-se em conta a finalidade com que a escreve seu autor. Além disso, nosso conhecimento do processo da evolução histórica de Roma e do papel de sua agricultura neste particular está envolvido nas brumas dos séculos, tendo nos chegado através da interpretação de historiadores que se debruçaram sobre os autores de um passado longínquo que escreviam sem nenhum compromisso científico e sobre dados arqueológicos cuja leitura padece de grande dose de subjetividade. Assim, quanto mais informações o leitor contemporâneo possuir acerca da riqueza e das dificuldades do tema, menos inclinado estará a sucumbir a simplificações grosseiras. Embora escape ao alcance deste trabalho uma exposição que dê conta de todas as possibilidades de abordagem do texto escolhido como seu objeto, não seria possível abordá-lo sem uma compreensão prévia daqueles elementos externos (contexto histórico, social e econômico) e internos (fontes) que contribuíram para sua elaboração.

Neste capítulo, daremos sequência a essa investigação, examinando as fontes usadas por Columela na elaboração de seu *De Re Rustica*. Objetivo aqui perseguido foi o de esclarecer não só quais autores fazem parte do repertório cultural do autor deste tratado de agronomia, mas também que elementos desses autores foram usados nessa obra. Columela não é um autor que abra mão de sua experiência e personalidade. Ele recorre a vários autores de renome, aproveitando informações, mas também estilos e visões de mundo, usados como matéria prima que organiza a sua maneira. O resultado é uma obra singular em sua originalidade e plural em suas referências, que dialoga a todo momento com a tradição e com o mundo de seu tempo, buscando compreendê-lo e oferecendo soluções para seus impasses.

4.1 As fontes: visões da agricultura na Antiguidade

A obra de Columela é herdeira de uma longa tradição do mundo antigo que possui representantes notáveis tanto dentre os autores gregos quanto dentre os latinos. Embora a identificação minuciosa de suas fontes constitua um trabalho à parte, Columela, seguindo uma

tradição nelas presente, poupa ao leitor um esforço inicial nesse sentido, ao listar, ele mesmo, os autores conhecidos em sua época que se debruçaram sobre o tema da agricultura. Ali, ele cita cerca de 40 autores do mundo grego, além do cartaginês Magão, que ele considerava como sendo o grande fundador da ciência agrônômica, e mais dez romanos.

Dentre os autores citados, cabe destacar, quanto aos gregos, Hesíodo, Xenofonte, Aristóteles e Teofrasto, cujas obras chegaram até nós, além de Demócrito e Arquitas de Tarento. Esses autores merecem atenção porque suas obras não são exatamente exemplos de obras técnicas acerca da agricultura, uma vez que elas tratam do tema por outras vias – como os aspectos éticos e políticos postos em evidência nas obras de Hesíodo, Xenofonte e Aristóteles, que destacam seja as qualidades morais do agricultor, seja a importância da agricultura para a cidade. Dentre os romanos, ele cita Catão, os Saserna pai e filho, Tremélio Escrofa, Varrão, Virgílio, Higino, Cornélio Celso, Júlio Ático e Júlio Grecino. Assim, se por um lado Columela anuncia suas fontes, por outro ficamos sem informações claras acerca de muitas delas. Além disso, o próprio autor nem sempre identifica suas fontes no decorrer do texto. Em alguns momentos ele cita nominalmente o autor, inclusive, procurando fazer a citação literal, muito embora, em muitos momentos, fique claro que ele cita de cabeça. Jean Dumont, comentando a respeito das citações que Columela faz de Virgílio e de algumas diferenças entre o texto virgiliano e as citações do agrônomo, afirma que: “In both cases, the explanation seems to be obvious. Columella, when writing his own work, does not copy any book: he knows Vergil by heart. When his memory is failing, he reconstructs correct hexameters with more or less Vergilian elements”²⁵ (DUMONT, 2008, p 52). Em outros momentos, ele se refere ao que disse um certo autor sem sequer nomeá-lo - como ocorre com Lucrécio, por exemplo, com quem estabelece uma importante discussão em seu texto -, confiando na erudição do leitor para atribuir a ideia ao seu autor. Assim, sabendo que ele se utiliza de muitas obras que desconhecemos e que nem sempre ele põe o leitor a par da autoria de alguma ideia mencionada, podemos, pelo menos, estar conscientes de que existe, com relação a esse tópico, uma zona obscura, na qual fica difícil afirmar a originalidade ou não de suas afirmações. No entanto, não assumimos, neste trabalho, a tarefa de fazer um levantamento exaustivo dessas fontes, apresentando sua ocorrência apenas quando necessário e evidente. No mais, uma vez que se sabe que Columela dialoga com vários autores e que incorpora muitas ideias alheias, além de inserir suas próprias no que trouxe de sua vasta

²⁵ “Em ambos os casos, a explicação parece óbvia. Columela, ao escrever sua própria obra, não copia nenhum livro: ele conhece Virgílio de cor. Quando sua memória falha, ele reconstrói hexâmetros perfeitos com elementos mais ou menos virgilianos.”

bagagem cultural, admitimos o que ele afirma, senão como pensamento seu, pelo menos como fazendo parte do conjunto de suas ideias, para que seja possível apresentar a visão de mundo do autor em seu conjunto.

Conforme afirmamos acima, dos vários autores gregos citados por Columela, apenas de uns poucos temos as obras. Daqueles que se supõe terem tratado mais especificamente da agricultura com uma abordagem mais técnica à maneira de Varrão ou Columela, nenhuma obra sobreviveu. Com relação àqueles de cujas obras dispomos e que enumeramos acima, cabem algumas observações.

A obra de Hesíodo que trata mais especificamente da agricultura é *os Trabalhos e os Dias*. Martin (1971) supõe ter havido uma outra obra deste autor que tratava mais especificamente deste tema com uma abordagem mais técnica. Ele afirma que:

[...] on sait que les Ancients semblent avoir connu un autre poème attribué à Hésiode, qui devait être, en ce que concerne les techniques agricoles, beaucoup plus complet que *les Travaux et les Jours*, car il était vraisemblablement consacré entièrement à l'agriculture sous tous ses aspects: céréaliculture, viticulture, arboriculture." (MARTIN, 1971, p 56)²⁶

No que diz respeito aos *Trabalhos e os Dias*, porém, é uma obra que aborda o tema por uma perspectiva moral e não técnica. Está ali presente a agricultura em seu aspecto familiar e artesanal, e Hesíodo procura fazer uma defesa da agricultura enquanto provedora do sustento e formadora do caráter. Com efeito, ali se destaca uma ética do trabalho que ecoará, como veremos, nas *Geórgicas* de Virgílio. O trabalho é ali apresentado como uma atividade nobre: “O trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é!” (*O.*, 311), fonte das virtudes que o homem deve cultivar e comparável ao esforço que se deve fazer para obtê-las: “Mas diante da excelência, suor puseram os deuses / imortais, longa e íngreme é a via até ela [...]” (*ibid.*, 289-290). Hesíodo apresenta o trabalho - e fala aqui do trabalho rural - como o caminho para virtude, mas, para além desta vantagem temporal, o trabalho é, também, recompensado pelos deuses:

Mas tu, lembrado sempre do nosso conselho,/ trabalha, ó Perses, divina progênie, para que a fome/ te deteste e te queira a bem coroada e veneranda Deméter, enchendo-te de alimentos o celeiro;/ pois a fome é sempre do ocioso companheira;/deuses e homens se irritam com quem ocioso/ vive; na índole se parece aos zangões sem dardo,/ que o esforço das abelhas, ociosamente destroem,/ comendo-o; que te seja caro prudentes obras ordenar,/para que teus celeiros se

²⁶ [...] sabemos que os Antigos parecem ter conhecido um outro poema atribuído a Hesíodo, e que devia ser, no que concerne às técnicas agrícolas, bem mais completo que *os Trabalhos e os Dias*, pois era de fato consagrado inteiramente à agricultura sob todos os seus aspectos: cultivo de cereais, viticultura e arboricultura.

encham do sustento sazonal./ Por trabalhos os homens são ricos em rebanhos e recursos/ e, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais. [...] (O., 298-310).

Como se pode constatar pelos versos 309-310, Hesíodo estabelece uma relação entre o trabalho no campo, a produção de riquezas e a conquista da boa vontade divina. Essas ideias serão retomadas nas obras dos autores latinos que trabalharam o tema da agricultura, particularmente em Columela. Esse fato merece ser ressaltado, pois conforme afirma Martin, há um senso comum que vê nos gregos um povo mais afeito à vida urbana, enquanto que os romanos seriam mais apegados à terra e aos valores tradicionais. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que os gregos tinham tanto apego à terra quanto os romanos e que tanto Varrão quanto Columela citam muito mais autores gregos que latinos.

On a en effet trop fréquemment tendance à opposer de façon systématique le *mos maiorum*, d'essence terrienne et paysanne, tel qu'il s'est incarné dans une certaine mesure en un homme comme Caton l'Ancien, à l'hellénisme, fondamentalement urbain et en tout cas séparé du monde paysan et de la mentalité terrienne: 'plus que toute autre nation antique, écrit M. Bardon, Rome a eu l'amour de la terre'. En fait cette affirmation demande à être fortement nuancée." (MARTIN, 1971, pp 71-2)²⁷

Outra noção importante e já destacada acima é a de que a agricultura, além de gerar riquezas, é agradável aos deuses. Essa ideia será retomada de maneiras diversas por vários autores latinos. Ela estará presente de maneira marcante nas *Geórgicas* de Virgílio, mas ecoa na afirmação de Catão de que a agricultura é a atividade econômica mais nobre para o homem (*Agr. I, Praef.*) – afirmação que será retomada por Columela. Juntamente com o louvor ao trabalho da terra, Hesíodo acrescenta uma censura à rapina: “Doar é bom, roubar é mau e doador de morte;” (O., 356). Essa censura estará presente também, de certa forma, em Catão, que desdenha o usurário; ela será desenvolvida por Virgílio, que louvará a paz e lamentará a guerra (*Georg.*, I, 473 e ss); mas será Columela (*De R. R. I, Praef.*) que lhe dará uma amplitude maior, ao apresentar as várias atividades econômicas em que o ganho deriva da transferência ilegítima da riqueza de outrem, ao invés da geração natural de valor proporcionada pela atividade rural, que produz riqueza pela interação do homem com a terra. No entanto, essa censura às atividades de rapina, dentre as quais a guerra é a mais evidente, não implica de maneira alguma, para os autores latinos, uma apologia do pacifismo, pois o ideal que estará presente tanto em Catão, como em Varrão e Columela, é o tradicional modelo

²⁷ Temos frequentemente uma tendência a opor de maneira sistemática o *mos maiorum*, de essência terrena e rústica, tal como ele se encarnou de uma certa maneira em um homem como Catão o Velho, ao helenismo fundamentalmente urbano e, em todo caso, separado do mundo rural e da mentalidade campestre: 'mais que qualquer outra nação antiga, escreve M. Baron, Roma teve o amor pela terra'. Na verdade, essa afirmação deveria ser fortemente matizada.

do homem camponês-cidadão-soldado destacado por Schiavone (GIARDINA & SCHIAVONE, 1999, p 716), encarnação do *mos maiorum* romano.

Em Xenofonte, o trabalho rural aparece sob uma perspectiva bem diferente daquela de Hesíodo, embora mantenha a ideia fundamental de que o trabalho rural é o mais nobre:

Ce récit, Critobule, dit Socrate, te montre que les personnages les plus oppulents ne peuvent se passer de l'agriculture: tu le vois, cette occupation est à la fois une source d'agrément, un moyen d'accroître sa maison, un moyen d'entraîner son corps à tout ce qu'il sied qu'un homme libre soit capable de faire. (*Oec.*, V, 1)²⁸

Seu *Econômico* trata da administração da propriedade rural. Contudo, em sua obra, ainda não aparece o caráter técnico que dominará as obras de Catão, Varrão e Columela. Se, em Hesíodo, o foco é a propriedade familiar e a produção de subsistência, em Xenofonte a propriedade rural já aparece sob um regime de exploração escravagista. O senhor da propriedade é apresentado pelo viés tradicionalista do camponês-cidadão-soldado, relacionando-o, enquanto administrador, ao governante que rege o Estado e ao general que comanda seu exército. Assim, ao trinômio camponês-cidadão-soldado equivale o trinômio propriedade-cidade-exército

Aurions-nous honte, par hasard, dit Socrate, d'imiter le roi des Perses? Ce roi, dit-on, convaincu que l'agriculture et l'art de la guerre figurent au nombre des occupations les plus belles et les plus nécessaires, se préoccupe de l'une et de l'autre avec une égale ardeur. (*ibid.* IV, 4)²⁹

Cabe ressaltar, que esse administrador é considerado através da ótica da excelência, ou seja, Xenofonte, no início do *Econômico* (*ibid.*, I, 1-3), propõe a questão de se a administração dos bens é ou não uma arte e se o homem que a domina o faz como um médico ou um carpinteiro em relação a suas disciplinas. De uma certa maneira, essa perspectiva será retomada por Columela, cujo objetivo é a formação do *perfectus agricola*, que, além de possuir a ciência da administração da *uilla*, faz da própria agricultura uma ciência. No entanto, esse é um ponto em que Columela parece querer superar Xenofonte, pois este tinha mais apreço pela prática que pela teoria (*ibid.*, XVI, 1), enquanto Columela insiste na complexidade da agricultura e na necessidade de estudar diversas disciplinas para dominá-la

²⁸ Essa narrativa, Critobulo, diz Sócrates, te mostra que até as pessoas mais ricas não podem viver sem a agricultura: veja, essa ocupação é, ao mesmo tempo, uma fonte de satisfação, uma maneira de aumentar o patrimônio e um modo de treinar o corpo para tudo que convém que um homem livre seja capaz de fazer.

²⁹ Teremos, por acaso, diz Sócrates, vergonha de imitar o rei dos Persas? Esse rei, diz-se, convencido de que a agricultura e a arte da guerra figuram dentre o número de ocupações mais belas e necessárias, se dedica a uma e outra com igual ardor.

plenamente: “Ce n’est pas la science ni l’ignorance des agriculteurs qui font que les uns mènent une vie facile tandis que les autres sont aux prises avec les difficultés [...]”³⁰ (*Oec.*, XX, 2), (MARTIN, 1971, p 61).

No que diz respeito aos filósofos enumerados por Columela (e que Varrão também cita) dentre os autores que trataram da agricultura, estão Aristóteles e seu discípulo Teofrasto. Segundo Martin (MARTIN, 1971, pp 64-70), esses autores aparecem nas listas de Varrão e Columela enquanto naturalistas, ou seja, a partir das obras de zoologia escritas por Aristóteles e de botânica escritas por Teofrasto, que podem ter servido como base para suas considerações acerca desses temas. Além disso, há uma discussão acerca da obra *Econômico*, que alguns atribuem a Aristóteles, mas que outros atribuem a Teofrasto e que trata basicamente dos mesmos temas daqueles desenvolvidos por Xenofonte em sua obra homônima.

Conforme indicamos mais acima, grande parte das obras dos autores do mundo grego citados por Varrão e Columela, assim como a obra do cartaginês Magão, não chegaram até nós. Assim também as obras dos Saserna pai e filho, a quem Columela se refere como tendo sofisticado a disciplina “[...] qui eam [agricolationem] diligentius erudiuerunt [...]”³¹ (*De R.R.*, I, I, 12). Dos autores gregos de quem podemos ler as obras, todos escrevem mais acerca da administração da propriedade ou tecem elogios à atividade agrícola, ressaltando seus aspectos moral ou político. Uma vez que essas obras não chegaram até nós, é possível apenas especular sobre seu conteúdo a partir do que se pode depreender daqueles autores que manifestamente as usaram como fontes. Com os autores latinos, já surgem exemplos de obras de caráter mais técnico, que descrevem mais minuciosamente as etapas do cultivo, os tipos de solo e as variedades dos vegetais. Nessas obras, destacam-se o cultivo com o claro objetivo do enriquecimento e a necessidade do aperfeiçoamento da agronomia, ou seja, do desenvolvimento de uma técnica que visa incrementar a produtividade.

Essa mudança de postura já pode ser detectada no discurso de Tremélio Escrofa que consta na obra de Varrão, que fez dessa personagem histórica, autor de uma obra sobre agricultura, segundo consta, uma das personagens de seu diálogo. Embora ali Escrofa seja uma personagem literária, talvez seja razoável supor que as palavras que Varrão põe em sua boca reflitam, ainda que imperfeitamente, seu pensamento original. De fato, era comum os autores de diálogos homenagearem personagens históricas, inserindo-as em suas obras para

³⁰ Não é a ciência ou a ignorância dos agricultores que faz com que uns levem uma vida fácil, ao passo que outros são tomados de dificuldades

³¹ [...] Que mais cuidadosamente a refinaram [...]

debater suas ideias – como ocorre em Platão e Cícero. René Martin, comentando essa mudança de atitude que ocorria já com Varrão acerca da obra de Catão, afirma que:

Il apparaît ainsi que le traité de Caton, s'il restait un 'classique' en raison surtout de la personnalité de son auteur (*magni illius Catonis*), n'en était pas moins considéré, par les grands propriétaires qu'étaient Varron e ses amis, comme très insuffisant et très largement 'dépassé', sinon en raison de son contenu, du moins en raison de son esprit, qui semblait être celui d'un 'paysan', et non d'un exploitant agricole 'moderne' et soucieux avant tout de méthodes rationnelles.”(MARTIN, 1971, p 81-2)³²

Mais adiante em uma nota que insere para comentar o trecho citado, Martin afirma acerca de uma fala de Escrofa na obra de Varrão que:

Ce souci de méthode et de technique se marque bien dans l'emploi du mot *ars*, dont Scrofa se sert pour définir l'agriculture [...] L'agriculteur est donc, dans cette perspective, un *technicien*, qui applique une *science* en vie du *profit maximum* [...]” (ibid., p 82)³³

Desta maneira, se não podemos afirmar com certeza que Escrofa tinha da agricultura essa concepção, pelo menos podemos afirmar que Varrão a concebia dessa forma, pois, além de usar *ars* para referir-se à agricultura (*R.R.*, I, III), usa *scientia* para referir-se ao domínio que o agricultor tem da matéria: “haec vitia emendari solent domini scientia” (*R.R.* I, IV, 4)³⁴.

Com efeito, Catão escrevia exatamente na época em que, com a expansão romana na Itália e o fim da segunda Guerra Púnica, uma grande quantidade de escravos começava a ser usada como força de trabalho nas propriedades da aristocracia. Catão já começa a pensar na produção como tendo o mercado por finalidade: “[...] et siquid aliut supersit, vendat. Patrem familias vendacem, non emacem esse oportet” (*Agr.*, II, 7)³⁵. No início de seu *De agricultura*, ele questiona sobre qual o modo mais honesto de obter riquezas, concluindo pela superioridade moral da agricultura sobre o comércio e a usura. Assim, Catão já começa a assumir uma postura diferente daquela do pequeno produtor familiar cujo objetivo principal é a subsistência. Contudo, ele ainda pensa na extensão da propriedade com algumas limitações

³² Assim, parece que o tratado de Catão, se permanecia um ‘clássico’ em razão sobretudo da personalidade de seu autor (*magni illius Catonis*), era considerado, pelos grandes proprietários que eram Varrão e seus amigos, como bastante insuficiente e ‘ultrapassado’, se não em razão de seu conteúdo, pelo menos em razão de seu espírito, que parecia ser aquele de um ‘camponês’, e não de um empreendedor agrícola ‘moderno’ e interessado antes de tudo em métodos racionais.

³³ Esse interesse pelo método e pela técnica é bem marcado pelo emprego da palavra *ars*, da qual Escrofa se serve para definir a agricultura [...] O agricultor é, portanto, nesta perspectiva, um *técnico*, que aplica uma *ciência* em vista de um *lucro* máximo [...]

³⁴ [...] esses males costumam ser corrigidos pela ciência do senhor.

³⁵ [...] e se algo mais exceder, venda. Convém que o chefe de família seja antes um vendedor que um comprador.

– pensamento que será compartilhado por outros autores agrícolas -, pois recomenda uma extensão de cerca de 100 jeiras* para a propriedade agrícola – o que ratificaria a reflexão de Martin citada mais acima de que Catão não pertencia a uma classe de empreendedores agrícolas da estirpe daqueles que aparecem na obra de Varrão. Todavia, Catão, ao elencar a hierarquia dos cultivos, coloca a vinha em primeiro lugar e o trigo em sexto, o que confirma sua inclinação para a produção de mercado, e sugere que, em sua época, a produção de trigo estava se deslocando para as províncias, para que as terras italianas pudessem dar prioridade a uma produção de exportação (vinhas e oliveiras).

O *De agri cultura* é uma coletânea de conselhos e exortações relativos à administração da propriedade rural e seus afazeres, alicerçada na exaltação da tradição romana do *mos maiorum*: “Et virum bonum quom laudabant, ita laudabant, bonum agricolam bonumque colonum” (*Agr.*, I, Praef., 1)³⁶. Ali encontram-se, basicamente, uma série de orientações de caráter prático e moral, escritas em um estilo em que predomina a coordenação, e o uso frequente do subjuntivo volitivo na caracterização das exortações. O apreço pela tradição agrária também é notável e a agricultura é ali considerada como a verdadeira ocupação do homem honesto. Essa configuração de sua obra faz de Catão uma personagem ambígua e intrigante, pois ele pertence a uma época de mudanças econômicas, sociais e culturais, em que a pequena propriedade familiar está cada vez mais sendo substituída pela grande propriedade, e a produção de subsistência vem perdendo lugar para a extensiva produção de exportação; mas ele, ainda que estimule a participação nesse novo estilo de produção, adverte para certos limites, no que diz respeito, por exemplo, às atividades a que se pode dedicar um cidadão romano, assim como ao tamanho recomendável da propriedade, além de ter sempre em conta a preservação dos costumes dos antepassados. Desse ponto de vista, Catão é a encarnação do homem que vive um período de transição, procurando se adequar a uma nova realidade econômica e social, mas mantendo aqueles valores que julga serem o alicerce de uma sociedade que soube se sobrepôr às demais e os considera, por isso, o fundamento de sua prosperidade. Deste modo, aquele homem que é conhecido como o sisudo e rígido censor romano mostra uma face de um tradicionalismo que busca se adaptar às circunstâncias, embora procurando não perder uma identidade construída a partir de um conjunto de experiências passadas através das gerações.

Columela, compartilhando do mesmo espírito tradicionalista de Catão e fazendo ecoar em sua obra os ensinamentos de seus antepassados, vincula sua obra à de seu antecessor. Ele

³⁶ E quando louvavam um homem bom, assim o louvavam: bom agricultor e bom lavrador!

*Unidade agrária equivalente a 28.000 pés quadrados (24,98 ares).

herda de Catão a ideia de que a vida no campo é aquela mais capaz de promover uma vida virtuosa (*Agr.*, I, Praef.) e abre seu *De Re Rustica* tecendo, como Catão, um elogio à vida rural. Assim como o velho Censor contrapõe a agricultura ao comércio, que ele considera uma profissão arriscada, e à usura, que ele considera desonesta, Columela vai ampliar essa comparação em seu texto, comparando o ofício do agricultor a várias atividades, e ilustrando os modelos de virtude com vários *exempla*.

Outro aspecto em que a obra de Columela reflete aquela de Catão pode ser constatado na sequência inicial da obra. Já vimos que ambos abrem seus textos com um elogio ao homem do campo e ao trabalho agrícola. Em seguida, os dois agrônomos tecem considerações acerca da aquisição da propriedade. Há, na verdade, muitos pontos coincidentes, como aquele em que ambos insistem na proximidade de vias de transporte para escoar as mercadorias, para citar apenas um. Esses pontos serão explorados com mais cuidado à medida que examinarmos mais detalhadamente a obra de Columela. Há outros temas do trabalho de Catão que serão, certamente, retomados por Columela. No entanto, o agrônomo do império não segue à risca o programa do Censor, como veremos mais adiante. De fato, Columela elabora seu *De Re Rustica* com elementos retirados dos outros agrônomos, mas esses elementos são sempre a argamassa que usa para erigir uma obra caracterizada por um conjunto de conhecimentos e um estilo próprio.

O apego à tradição não era uma particularidade de Catão. Praticamente todos os outros escritores agrícolas vão compartilhar essa característica. Varrão, que escreve sobre o assunto no período final da República, vai fazer coro aos que entoam seus louvores aos costumes dos antepassados, considerando-os o fundamento para o êxito econômico e social dos cidadãos romanos. Assim, ele abre o prefácio ao segundo livro de seu *Rerum Rusticarum* afirmando que: “*Viri magni nostri maiores non sine causa praeponerent rusticos Romanos urbanis*” (*R.R.*, II, Praef., 1)³⁷.

A obra de Varrão, ao mesmo tempo em que retoma o tema catoniano, difere em alguns pontos fundamentais de seu trabalho. Quanto à forma, por exemplo, Varrão, que escreve um manual destinado a sua mulher, Fundânia, que acabara de adquirir uma propriedade, o faz na forma de um diálogo, onde coloca em cena alguns nomes da ciência agrícola latina, como Licínio Estolão e Tremélio Escrofa, que se encarrega de conduzir grande parte da discussão que ali se desenrola. O estilo também é mais elaborado que o de Catão, revelando uma intenção de tornar a leitura mais fluida e agradável.

³⁷ Não sem razão, nossos antepassados, grandes homens, antepunham os homens dos campos aos das cidades.

Enquanto Catão lista suas orientações sem um cuidado maior de estabelecer-lhes os princípios, Varrão já encara a agricultura como uma técnica passível de aperfeiçoamento e de lugar de destaque dentre as outras disciplinas: “[...] non modo est ars, sed etiam necessaria ac magna; eaque est scientia, quae sint in quoque agro serenda ac facienda, quo terra maximos perpetuo reddat fructus” (*R.R.*, I, III)³⁸. Essa postura, inclusive, já é aquela que encontraremos em Columela, que vai discursar longamente sobre os conhecimentos indispensáveis para desenvolver a agricultura e sobre a necessidade de aprimorá-los, mas já concedendo uma outra dimensão à disciplina, bem mais sofisticada que a presente em Varrão.

Ao considerar a agricultura uma *ars* e uma *scientia*, Varrão a insere em uma tensão entre tradição e inovação que veremos mais nítida e aperfeiçoada em Columela, mas que, como já notamos, existia em Catão, quando buscava considerar o papel da agricultura em um ambiente socioeconômico que se transformava. Esta tensão se faz presente, de modo especial, na explicitação de suas fontes. Quando Columela lista os autores do mundo antigo que trataram do tema da agricultura, está, certamente, retomando texto análogo de Varrão, que, no início de seu *Rerum Rusticarum*, procede do mesmo modo e, após uma invocação aos deuses relacionados ao campo e seus trabalhos, apresenta uma lista de autores: “[...] indicabo a quibus scriptoribus repetas et Graecis et nostris” (*ibid.*, I, 7)³⁹. Essa lista contém basicamente autores gregos e termina com Magão, tido por ele como a maior autoridade sobre o assunto – “Hos nobilitate Mago Carthaginiensis praeteriit” (*ibid.*, I, 10)⁴⁰.

Os autores latinos estarão presentes no diálogo que começa logo em seguida e que constitui o manual propriamente dito. Os dois Saserna e Catão serão citados ao decorrer do texto e Tremélio Escrofa e Licínio Estolão serão incluídos como as personagens do diálogo de quem procedem a maioria dos ensinamentos. Mas Varrão não remete exclusivamente à tradição e cita, dentre as fontes de onde retira os ensinamentos, sua própria experiência, além da troca de informações com aqueles de notória habilidade e conhecimento “Ea erunt ex radicibus trinis, et quae ipse in meis fundis colendo animadverti, et quae legi, et quae a peritis audii” (*ibid.*, I, 10-11)⁴¹. Esse recurso à experiência revela que o conhecimento adquirido pela tradição está longe de ser considerado como um conjunto fechado e acabado. Trata-se, na verdade, de um conhecimento dinâmico (*ars et scientia*), passível de inovações advindas de

³⁸ [...] não apenas é uma arte, mas uma arte necessária e nobre; e ela é também uma ciência, das coisas que se devem cultivar em cada tipo de campo e das que devem ser feitas para que a terra conceda muitos frutos continuamente.

³⁹ [...] indicarei de que escritores retomarás, tanto gregos como latinos.

⁴⁰ A estes, Magão o Cartaginês supera em reputação.

⁴¹ Esses assuntos serão de três fontes: as coisas que eu mesmo notei em minhas fazendas quando cultivava, as coisas que li e as coisas que ouvi das pessoas experimentadas.

diferentes fontes. Columela vai fazer o mesmo apelo, em primeiro lugar, como vimos, à tradição, na enumeração das fontes; em segundo lugar à própria experiência: “Experto mihi crede, Siluine [...]” (*De. R. R.*, IV, III, 5)⁴²; e, finalmente, em terceiro, comentando a consulta aos autores consagrados, à experiência alheia, que deve ser consultada, tendo-se em mente as diferenças de localidade e de tempo, pois, assim como há variações no solo de uma localidade para outra, a própria passagem do tempo se encarrega de impor mudanças ao clima e ao solo das localidades. Assim, a consulta aos autores é uma fonte legítima, desde que se tenha em mente a própria experiência e a consciência de que muitos fatores estão sujeitos a transformações, e, por isso, o conhecimento deve se adaptar às circunstâncias.

Varrão considera, ainda, que a propriedade rural não tem apenas um caráter utilitário com vista à obtenção de riquezas, mas é também um local do qual se pode usufruir para deleite próprio “Hinc profecti agricolae ad duas metas dirigere debent, ad utilitatem et voluptatem. Utilitas quaerit fructum, voluptas delectationem; priores partes agit quod utile est, quam quod delectat” (*R.R.*, I, IV, 1-2).⁴³ A ideia de que a *uilla* conjuga a *utilitas* e a *uoluptas* está já presente em Catão: “Quotiens ibis, totiens magis placebit quod bonum erit” (*Agr.* I, 1-2)⁴⁴; e ainda: “In bono praedio si bene aedificaveris [villam urbanam], bene posiveris, ruri si recte habitaveris, libentius et saepius venies [...]”: (*ibid.*, IV, 1)⁴⁵.

Essa ideia será retomada posteriormente por Columela, cujo ideal de proprietário rural é aquele que habita em suas terras, como o faziam os antigos romanos, ou, pelo menos, se exerce alguma magistratura ou desempenha alguma outra função na cidade, que vai à propriedade com frequência, conforme já anunciava Catão.

Com relação às atividades a serem desenvolvidas na propriedade rural, Varrão lista três principais, a agricultura propriamente dita, a criação de rebanhos e a criação de animais de pequeno porte, às quais dedicará, respectivamente, cada um dos três livros de sua obra, conforme ele mesmo explicita ao anunciar a *Fundânia*, logo no prefácio ao livro I (que introduz também o restante da obra) as intenções de sua composição: “Quo brevius de ea re conor tribus libris exponere, uno de agri cultura, altero de pecuaria, tertio de villaticis pastionibus, hoc libro circumcisis rebus, quae non arbitror pertinere ad agri culturam” (*R.R.*, I,

⁴² Confia em mim que sou experimentado, Silvino [...]

⁴³ Os agricultores devem se dirigir a dois objetivos: à utilidade e ao prazer. A utilidade busca o lucro, o prazer o deleite; aquilo que é útil precede o que deleita.

⁴⁴ Quantas vezes fores ali, tanto mais te agradaará, porque te será bom.

⁴⁵ Se construíres bem (uma *uilla* urbana) em uma boa propriedade, e bem a estabeleceres, e se habitares no campo com tranquilidade, de mais boa vontade e mais frequentemente ali irás.

I, 11)⁴⁶. Essa sequência será semelhante àquela que Virgílio vai seguir em suas *Geórgicas*, onde tratará da agricultura no Livro I, da arboricultura no Livro II, da criação de animais no Livro III e da apicultura no Livro IV – sequência essa que servirá, por sua vez, de orientação para Columela, embora ele imponha ao *De Re Rustica* uma configuração própria.

Logo ao início do diálogo, no começo do livro I do *Rerum Rusticarum*, começa uma controvérsia acerca da inclusão do tema da criação de animais em uma discussão sobre agricultura. Ali as personagens começam a debater se a criação de animais é uma atividade que pertença ou não à agricultura, e chegam à conclusão de que, ainda que obviamente ela não pertença à mesma categoria, é uma atividade intimamente relacionada à agricultura:

Scrofa, Prius, inquit, discernendum, utrum quae serantur in agro, ea sola sint in cultura, an etiam quae inducantur in rura, ut oves et armenta [...] Quare tota pastio, quae coniungitur a plerisque cum agri cultura, magis ad pastorem quam ad agricolam pertinere videtur. (*R.R.*, I, II, 12-4)⁴⁷

E, finalmente, conclui um pouco adiante:

Certe, inquit Fundanius, aliut pastio et aliut agri cultura, sed adfinis et ut dextra tibia alia quam sinistra, ita ut tamen sit quodam modo coniuncta, quod est altera eiusdem carminis modorum incentiva, altera succentiva. (*ibid.*, I, II, 15-6)⁴⁸

Ao final do debate, contudo, chegam à conclusão de que se trata, na verdade, de duas atividades distintas, ainda que irmanadas, e que a pecuária deve ser discutida à parte. Assim, embora a criação de animais seja excluída como tema de discussão do Livro I, ela será retomada nos livros seguintes, tão relacionados estão os dois temas. Na verdade, a controvérsia presente na obra de Varrão terá consequências para os autores posteriores. Como vimos acima, Virgílio também vai escrever sobre os dois temas, mas tendo o cuidado de mantê-los em livros distintos. Do modo análogo, Columela vai tratar das duas disciplinas com o mesmo cuidado de reservar um livro distinto para cada uma em sua obra, mas anuncia logo no prefácio ao Livro I que vê uma relação estreita entre elas:

⁴⁶ Por isso, sobre este assunto, eu tento expor mais brevemente em três livros, um sobre a agricultura, outro sobre a criação de rebanhos e um terceiro sobre a criação de animais menores, neste livro estão suprimidos aqueles assuntos que julgo não pertencerem à agricultura.

⁴⁷ Escrofa, diz: ‘Antes devemos discernir se as coisas que são geradas no campo são apenas aquelas que pertencem ao cultivo, ou se também aquelas que são conduzidas pelos os campos, como as ovelhas e o gado. [...] Pois toda a criação de animais, que é acrescentada pela maioria dos autores à agricultura, parece pertencer mais ao pastor que ao agricultor.

⁴⁸ Certamente, diz Fundânio, uma coisa é a criação, outra a agricultura, mas são coisas afins, como a parte direita da tibia é diferente da esquerda, mas estão assim de certo modo tão unidas que uma dá a melodia do canto e a outra acompanha.

[...] rationem quoque dispiceret et in arboribus uineisque, quarum infinita sunt genera, conserendis ac tuendis et in pecoribus parandis conservadisque?
 Quoniam et hanc adsciimus quasi agri culturae partem, cum separata sit ab agricolatione pastoralis scientia; (*De R. R.*, I, Praef. 25-6)⁴⁹

A separação das disciplinas, cuja discussão está presente em Varrão, é, portanto, um tema que vai orientar a organização tanto da obra deste autor, quanto de autores posteriores como Virgílio e Columela. De fato, Virgílio, ao escrever suas *Geórgicas*, segue, como vimos, uma divisão semelhante à de Varrão, começando pela agricultura e passando à criação de animais. Enfim, ele acrescenta um último livro dedicado à criação das abelhas. René Martin, comentando a divisão das *Geórgicas*, levanta a hipótese de que Virgílio teria elaborado um plano inicial de escrever um poema sobre a agricultura, obedecendo a uma divisão binária que contemplasse o cultivo de frutas, verduras e legumes, por exemplo, e aqueles itens que constituíam o principal da agricultura de subsistência; em seguida, ele trataria daquelas plantações cuja produção visava a exportação, e que constituía a produção de grandes fazendas especializadas, como as oliveiras e vinhas, objetos da parte que trata da arboricultura. No entanto, Virgílio teria ampliado sua obra a pedido de Mecenas para incluir a criação de animais. Segundo Martin (1971, pp 109-160), essas criações, que envolviam grandes extensões de terras destinadas às pastagens, pertenciam a grandes proprietários como teria sido Mecenas. Enfim, Virgílio acrescentou um quarto livro para tratar da apicultura, buscando completar o quadro de acordo com a sequência que lhe dá Varrão, pois ele mesmo explica ao início da terceiro livro de seu *Rerum Rusticarum* que as atividades dos pastores se dividem em duas, sendo uma a da criação de animais de rebanhos (*pastio agrestis*), e a outra a criação de animais de cativeiro (*pastio villatica*):

Quae ipsa pars duplex est, tametsi ab nullo satis discreta, quod altera est villatica pastio, altera agrestis. Haec nota et nobilis, quod et pecuaria appellatur, et multum homines locupletes ob eam rem auto conductos aut emptos habent saltus; altera villatica, quod humilis videtur, a quibusdam adiecta ad agri culturam, cum esset pastio, neque explicata tota separatim, quod sciam, ab ullo. (*R.R.*, III, I, 7-9)⁵⁰

Columela, por sua vez, tem o núcleo de sua obra organizado de maneira análoga à das *Geórgicas*. Os livros II a V são dedicados a temas relacionados à agricultura propriamente

⁴⁹ [...] e discernir também o método de plantar e cuidar das árvores e das vinhas, cujas espécies são inúmeras, e de adquirir e manter os rebanhos, uma vez que admitimos que esta atividade é quase uma parte da agricultura, embora a ciência pastoral esteja separada da agricultura?

⁵⁰ Esta matéria tem ela mesma uma dupla divisão, embora isso não tenha sido discernido suficientemente por nenhum autor, que uma é chamada criação de animais da *uilla*, e a outra criação de animais do campo. Esta é conhecida e ilustre, e é chamada pecuária, e, por essa razão, frequentemente os homens ricos têm propriedades arrendadas ou compradas; a outra, a da *uilla*, porque parece modesta, é adicionada à agricultura por alguns, embora seja criação de animais, e não é ela toda explicada, que eu saiba, separadamente, por ninguém.

dita, passando pelo cultivo dos cereais, das vinhas e, em seguida, da arboricultura; os livros VI a IX são dedicados à criação de animais, passando pelos animais de rebanho de grande e pequeno porte e os animais de cativeiro - as abelhas são tratadas à parte, no livro IX. Assim, temos uma divisão binária correspondente à usada por Virgílio: nas *Geórgicas*, como vimos, há dois livros dedicados à agricultura e dois dedicados à criação de animais; na obra de Columela são quatro dedicados à agricultura e quatro à criação de animais. Quanto aos outros livros - sabemos que são doze -, o primeiro é uma introdução geral (MARTIN, 1971, p 122), que retoma alguns dos pontos discutidos por Catão, como a nobreza da agricultura e seu lugar de destaque em relação às outras atividades econômicas – incluindo uma defesa da necessidade da manutenção desse lugar -, assim como os fatores a serem considerados quando da aquisição da propriedade; outros por Varrão, como sua caracterização como ciência e suas disciplinas auxiliares; e outros enfim, por Catão, Varrão e Virgílio conjuntamente, como a contraposição da vida rural à vida urbana e a superioridade da primeira, como podemos ver em Catão: “[...] ex agricolis et viri fortissimi et milites strenuissimi gignuntur”⁵¹ (*Agr.*, I, Praef., 1); e em Varrão: “Igitur quod nunc intra murum fere patres familiae correperunt relictis falce et aratro et manus movere maluerunt in theatro ac circo, quam in segetibus ac vineis.” (*R.R.*, II, Praef., 3)⁵² (*De R.R.*, I, Praef. 15; *Georg.*, II, 458-474 e 495-519). Essa passagem de Varrão, inclusive, é citada por Columela em seu prefácio ao Livro I (*De R.R.*, I, Praef., 15-6).

Virgílio, ao exaltar a vida e o trabalho no campo, elabora uma ética do trabalho que será retomada na obra de Columela. Nas *Geórgicas*, o trabalho não é visto como um castigo, como parece sugerir Hesíodo nos momentos iniciais de *Os trabalhos e os dias*, que apresenta o trabalho como fruto da passagem da Idade de Ouro para a Idade de Ferro. Em Virgílio, o trabalho aparecerá como uma atividade nobre, da qual o homem retira dignamente sua subsistência sem depender de outrem, em uma concepção mais próxima àquela apresentada em momentos posteriores dessa mesma obra. Essa ética do trabalho remete à economia de subsistência que seria a base da tradição dos antigos costumes e que vinha sendo desvirtuada pela crescente urbanização da vida dos romanos tão criticada por Varrão e que se vai também refletir em Columela. Esse parece ser um ponto que une todos esses autores e aponta para uma ambiguidade em suas visões de mundo. Todos louvam o trabalho, particularmente o rural. No entanto, aquela mesma produção destinada aos mercados que todos incentivam é a

⁵¹ [...] dos agricultores são gerados tanto os homens mais corajosos quanto os soldados mais valentes.

⁵² Em suma, a maior parte dos chefes de família, abandonados a foice e o arado, se esgueiraram para dentro dos muros, e preferiram antes mover as mãos no teatro e no circo que nas colheitas e nas vinhas.

mesma que vai gerar riquezas suficientes para suprir a vida urbana e sua crescente sofisticação. Talvez por isso mesmo Catão, Varrão e Columela imaginem um limite para o tamanho das propriedades e encorajem os proprietários a dividir suas vidas entre a cidade e o campo. Cabe lembrar que a situação econômica e social vinha se transformando desde uma época anterior a Catão e havia uma necessidade de se adaptar a essas mudanças, ainda que houvesse uma consciência de algumas de suas consequências negativas.

Outro ponto em que convergem Virgílio e Columela é na condenação da guerra como atividade econômica. Virgílio vê na guerra uma atividade destrutiva, que traz a morte para os homens e as terras, que se tornam improdutivas. Columela, por sua vez, vê na guerra uma atividade de rapina - que ele compara a outras atividades que considera improdutivas de maneira semelhante, como a usura e a exploração da boa vontade alheia -, e na agricultura a única atividade verdadeiramente nobre, pois, com ela, o homem gera sua própria riqueza, tal como indicava Virgílio ao louvar o homem que produz com seu próprio trabalho. Há, pois, em Virgílio e Columela uma ética de valorização do trabalho, mas especialmente aquele do campo, que é visto como uma atividade que compartilha uma característica geradora com a natureza, característica essa que é uma qualidade essencial da natureza.

A influência de Virgílio sobre Columela, contudo, vai além dos pontos destacados acima, com relação à organização da obra e da ética do trabalho. Columela se vale das recomendações de Virgílio em muitos pontos. Não raro, o agrônomo cita sua obra, às vezes com o cuidado de designá-lo pela alcunha de “o poeta”, demonstrando a grande admiração que tem pelo autor como atesta esse trecho que abre o Livro III:

‘Hactenus aruorum cultus’, ut ait praestantissimus poeta. Nihil enim prohibet nos, P. Siluine, de isdem rebus dicturos celeberrimi carminis auspicari principio. Sequitur arborum cura, quae pars rei rusticae uel maxima est. Earum species diuersae et multiformes sunt, quippe uarii generis, sicut auctor idem refert,

nullis hominum cogentibus ipsae
sponte sua ueniunt,

multae etiam nostra manu satae procedunt⁵³. (*De R. R.*, III, I, 1)

⁵³ ‘Até aqui o cultivo dos campos’, como diz o eminente poeta. Pois nada nos impede, Públio Silvino, como estamos para falar das mesmas coisas, de tomar, no início, os auspícios do famosíssimo poema. Segue o cuidado das árvores, que é, talvez, a maior parte da agronomia. Suas espécies são diversas e multiformes, pois, sendo de variada origem, como relata o mesmo autor:

nenhum dos homens as forçando
brotam por elas mesmas

muitas também brotam plantadas por nossa mão.

Além disso, o Livro X de seu *De Re Rustica* é dedicado a Virgílio, escrito em versos que tratam da horticultura, tema que o poeta havia deixado em aberto em suas *Geórgicas*.

No entanto, se considerarmos as motivações que esses autores tiveram para elaborar suas obras, veremos que há pontos em comum, assim como outros em que não há coincidência. René Martin, especulando sobre as motivações que teria tido Virgílio ao escrever as *Geórgicas* e sobre o público ao qual essa obra se dirige, cita Sêneca, que, escrevendo sobre Virgílio, afirmava que este não tinha como finalidade, ao escrever as *Geórgicas*, ensinar agricultura. Vejamos o trecho a que se refere Martin: “O nosso poeta, aliás, cuidava menos da verdade que da beleza literária, interessado como estava em proporcionar prazer aos seus leitores, e não em dar lições aos homens do campo!” (*Ep.*, 86, 15-6). Comentando esse trecho, ele afirmava:

Qui étaient ces hommes au temps de Virgile? De toute évidence, ceux-là mêmes auxquels s’adressait Varron: cette classe de riches propriétaires esclavagistes, exploitants agricoles avisés mais en même temps hommes cultivés et sensibles aux choses de l’esprit. (MARTIN, 1971, p 116)⁵⁴

E adiante:

[...] la véritable opposition n’est pas entre *agricolas* et *legentes*; elle est entre *docere* et *delectare*: Virgile, veut dire Sênèque, ne s’est pas adressé à nous en tant qu’*agricolae*, pour nous faire la leçon, mais en tant que *legentes*, pour nous charmer par ses vers [...] (ibid., p 116)⁵⁵

Martin conclui seu pensamento, retomando a ideia de que o empreendedor agrícola não tinha necessidade de um manual tal como o preparado por Virgílio, pois já dispunha dos conhecimentos necessários para seu ofício (recordar a menção explícita que Varrão e Columela fazem à prática que fundamenta suas obras): “[...] nous sommes certes l’un et l’autre à la fois, mais en nous c’est le lettré, bien plutôt que l’exploitant agricole, qui se plaît à la lecture des *Géorgiques*.” (loc.cit.)⁵⁶.

Columela, contudo, escreve uma obra de caráter bem mais técnico que a obra de Virgílio. Apesar disso, sua obra, embora em grau bem menor que a do poeta, pelo menos, não

⁵⁴ Quem eram os esses homens no tempo de Virgílio? Pelas evidências, os mesmos aos quais se dirige Varrão: essa classe de ricos proprietários escravagistas, empreendedores agrícolas instruídos, mas, ao mesmo tempo cultos e sensíveis às coisas do espírito.

⁵⁵ [...] a verdadeira oposição não é entre *agricolae* e *legentes*; é entre *docere* et *delectare*: Sêneca quer dizer que Virgílio não se dirigiu a nós como *agricolae*, para nos ensinar, mas como *legentes*, para nos encantar com seus versos [...].

⁵⁶ [...] é certo que nós somos um e outro – *agricolae* e *legentes* – ao mesmo tempo, mas, para nós, é o homem letrado, mais que o explorador agrícola, que se agrada da leitura das *Geórgicas*.

está totalmente destituída da intenção de agradar ao leitor. Além disso, ele escreve para o mesmo público que Varrão e Virgílio, e anuncia isso logo na abertura de sua obra, quando identifica seus interlocutores como “ciuitates nostrae principes” (*De R.R. I, Praef.*, 1), o que parece demonstrar que ele se dirige a esses mesmos *agricolae et legentes* a que Martin se refere.

Vemos, portanto, que Columela retoma explicitamente aqueles autores que escreveram sobre o tema antes dele, independentemente do caráter específico da obra e do viés da abordagem do autor. O que ele procura é resgatar uma tradição de reflexão sobre o trabalho agrícola que atravessa os séculos e assume diversas formas, para daí tirar as lições que julgar válidas para seu tempo e acrescentar suas próprias contribuições.

4.2 Columela e seu projeto

O Livro I do tratado *De Re Rustica* de Columela é constituído de um prefácio e do conteúdo do Livro I propriamente dito, que apresenta alguns tópicos preliminares, em conformidade com a estrutura já usada no trabalho sobre o mesmo assunto de Varrão, assim como nas *Geórgicas* de Virgílio. Dentre os escritores latinos que abordaram a agricultura, todos iniciam suas obras com prefácios, tanto Catão, quanto Varrão, Virgílio ou Columela.

Catão, em seu *De Agri cultura*, apresenta o mais breve prefácio, constituído de um pequeno parágrafo. Ali o Censor não lista os tópicos de que vai tratar, mas insere já seu escrito em um contexto e dá o tom da obra. De fato, ele começa comparando a agricultura a outras atividades como o comércio e a usura: “Est interdum praestare mercaturis rem quaerere, nisi tam periculosum sit, et item fenerari, si tam honestum sit”⁵⁷ (*Agr.*, I, 1). Ao comparar o agricultor ao usurário, ressalta como esta profissão era tida como desonesta pelos antigos, e afirma que o agricultor por seu lado, era associado ao homem honesto: “Et virum bonum quom laudabant, ita laudabant, bonum agricolam bonumque colonum” (*ibid.*, I, 2) (Cf. *supra*, p 54, nota 36). Ao comparar o agricultor ao comerciante, ele destaca que a atividade do cultivo da terra fazia nascer nos homens que a ele se dedicavam aqueles valores caros aos romanos e que constituíam seu ideal representado nas antigas tradições: “At ex agricolis et viri fortissimi et milites strenuissimi gignuntur, maxime pius quaestus stabilissimusque

⁵⁷ Ocasionalmente, seria melhor obter riquezas do comércio, se não fosse tão perigoso, e igualmente emprestar a juros, se fosse tão honesto.

consequitur minimeque invidiosus, minimeque male cogitantes sunt qui in eo studio occupati sunt”⁵⁸ (*Agr.*, I, 4).

O prefácio de Catão insere a agricultura no mundo romano, tanto demarcando seu caráter econômico (*rem quaerere*), quanto anunciando seu valor social. Com efeito, sua obra é um importante testemunho de como os romanos consideravam sua identidade ligada à vida rural, dela derivando não apenas a robustez e o vigor físico que eram consequência do trabalho da terra, mas também os valores morais que fundavam o seu caráter. Ao associar a agricultura a esses valores logo no início de sua obra, ele deixa evidente seu propósito de exortar a uma vida que esteja de acordo com tais princípios. De fato, Catão vivia em uma época em que o grande afluxo de estrangeiros trazia para Roma toda uma nova variedade de estilos de vida, e uma de suas principais batalhas era exatamente a preservação dos valores tradicionais. Esse mesmo esforço será retomado também pelos outros escritores que abordaram o tema da agricultura, e Varrão, Virgílio e Columela, cada um a sua maneira, vão ecoar a preocupação e a atitude de Catão.

Em seu *Rerum Rusticarum*, Varrão também vai censurar a adoção de valores estrangeiros pelos seus conterrâneos, em detrimento do caráter original do homem romano. No entanto, ele vai deixar esse tema para ser tratado ao longo de sua obra, escrita na forma de um diálogo, a exemplo das obras de outros pensadores importantes que se dedicavam à tarefa da difusão de ideias. No prefácio a sua obra, contudo, ele vai assumir um tom distinto daquele de seu antecessor e também do restante de sua própria obra. Na verdade, se o conjunto do *Rerum Rusticarum* tem a forma de um diálogo, no prefácio, o erudito romano assume quase um tom epistolar, ao dirigir-se familiarmente a Fundânia, sua esposa, para introduzir o tema de seu texto, que escreve para fornecer-lhe orientações que a ajudem a tornar produtivas as terras que acabara de comprar. Após indicar-lhe a intenção de sua obra, ele faz uma invocação às divindades, começando por Júpiter e Terra Mãe, protetores do céu e da terra e estreitamente ligados, por isso, à prática da agricultura. Essa invocação marca uma particularidade da obra de Varrão. De fato, ele faz questão de estabelecer uma diferença entre ele e os poetas, dado o caráter técnico de seu escrito, e afirma que: “Et quoniam, ut, aiunt, dei facientes adiuuant, prius invocabo eos, nec, ut Homerus et Ennius, Musas, sed duodecim deos Consentis [...]”⁵⁹ (*R.R.*, I, I, 4). Em seguida, ele apresenta uma relação de autores por ele

⁵⁸ Mas dos agricultores são gerados tanto os homens mais corajosos quanto os soldados valentes, sua profissão é sobremaneira honesta e a mais estável, segue-se que é a menos odiada e menos indispostos os que se ocupam nessa profissão.

⁵⁹ E uma vez que, como dizem, os deuses ajudam os que fazem, primeiramente eu os invocarei, não, como Homero e Ênio, as Musas, mas os doze deuses Consentes [...]

consultados, reconhecendo a limitação de seu trabalho e fornecendo um roteiro para o aprofundamento dos estudos nessa área: “[...] indicabo a quibus scriptoribus repetas et Graecis et nostris.”⁶⁰ (ibid., 7). Enfim, apresenta a sua esposa os temas de que tratará: “[...] de ea re conor tribus libris exponere, uno de agri cultura, altero de re pecuaria, tertio de villaticis pastionibus [...]”⁶¹ (R.R., I, I, 11)

Também Virgílio começa suas *Geórgicas* com um breve prefácio. Ele abre o texto anunciando o assunto de seu poema a Mecenas, a quem ele é dedicado:

Quid faciat laetas segetes, quo sidere terram
uertere, Maecenas, ulmisque adiungere uitis
conueniat, quae cura boum, qui cultus habendo
sit pecori, apibus quanta experientia parcis,
hinc canere incipiam.⁶² (*Georg.*, I, 1-5)

Em seguida, o poeta faz uma invocação às divindades protetoras das atividades agrícolas, começando por Baco e Ceres (*Liber et alma Ceres*)(*Georg.*, I, 7), associados à vinha e ao trigo, e também invocados por Varrão, e, em seguida, incluindo divindades mais próximas aos trabalhos dos campos, como os Faunos. A essa introdução Virgílio faz seguir logo o assunto do poema, apresentando o início da primavera, quando começa o tempo de cultivar a terra.

O prefácio de Columela difere substancialmente daqueles de seus predecessores. Com efeito, seu prefácio é o mais extenso de todos. Ele também não faz nenhuma invocação inicial. Apesar disso, ele menciona a Terra Mãe (*Tellus*) logo no primeiro parágrafo, com uma referência a sua divindade. Ali, porém, ela aparece mais como personificação divina da natureza do que como ente sobrenatural, pois são suas qualidades terrenas que ele vai mencionar, como sua fertilidade. Há também uma menção a uma força criadora que ele não nomeia (*primus ille mundi genitor*) (*De R. R.*, I, Pref., 2). Essa força, como veremos, parece mais associada aos conceitos filosóficos que permeiam sua obra, particularmente ao lógos dos estoicos, que ao panteão de divindades romanas de culto oficial.

⁶⁰ [...] indicarei de que autores retomarás, tanto gregos como romanos. (Cf. supra p 56, nota 39)

⁶¹ [...] sobre esse assunto, tento expor em três livros, um sobre a agricultura, outro sobre a criação de rebanhos e um terceiro sobre a criação de animais menores [...] (Cf. supra p 58, nota 46)

⁶² O que faz férteis as terras, sob que constelação convém revolver a terra, Mecenas, e juntar as vinhas aos olmeiros, qual o tratamento dos bois, que cuidado se deve ter para com o rebanho menor, e quanta habilidade para com as econômicas abelhas,] começarei, agora, a cantar.

Algumas particularidades do prefácio do *De Re Rustica* devem ser notadas. Em primeiro lugar, o texto é escrito em forma epistolar. Essa forma coloca, de início, o problema do objetivo da obra. Com efeito, a forma epistolar era usual em textos de caráter didático já desde a época de Platão, que escrevia, ele mesmo, textos filosóficos nesse formato, muito embora a forma mais comum de seus textos por nós conhecida seja o diálogo, que será, além do mais, muito difundida em Roma, tendo como expoentes Cícero e o próprio Varrão a quem nos referimos acima. Ao contrário do diálogo, cuja perspectiva herdeira do gênero dramático coloca o leitor na posição de expectador, a epístola faz do leitor um interlocutor, a quem o autor se dirige pessoalmente (veja-se o uso da 2ª pessoa do singular). O diálogo abre a possibilidade da apresentação de pontos de vista diferentes pelos seus próprios personagens, muito embora o autor tenha um perfeito controle da direção da argumentação. Já a epístola apresenta um discurso em que fala apenas uma voz, e em que argumentos contrários, se são apresentados, o são pelo próprio autor. No prefácio, o conteúdo dessa primeira epístola é um discurso. A epístola, neste caso, se constitui em uma forma que oferece pelo menos uma ótima vantagem, pois faz de seu leitor o equivalente privilegiado de um público, o público de uma pessoa só, a quem o autor se dirige de maneira imediata.

Em segundo lugar, o autor ali apresenta um discurso de tipo deliberativo em que faz uma exortação ao estudo e à prática da agricultura. Trata-se de um discurso em que ele introduz o assunto da obra, juntamente com as motivações que o levaram a escrevê-la, a partir de um conjunto de constatações que ele enumera logo no primeiro parágrafo. Depreende-se do trecho inicial que há uma crise de produtividade na agricultura de seu tempo. Os contemporâneos de Columela vão estabelecer algumas hipóteses para as causas dessa crise, mas estas serão rejeitadas pelo autor, que vai formular as suas próprias hipóteses como uma refutação das anteriores. O texto do agrônomo, contudo, não tem como objetivo desenvolver as teorias que ele cita para refutar as teses de seus adversários, mas apresentar uma solução para os problemas ali apontados. Essa solução é a instituição de uma verdadeira ciência agrária, que é identificada não só como o estudo de um vasto e complexo campo do conhecimento, mas se confunde com um estilo de vida que remonta à antiga tradição romana. Esses dois aspectos são indissolúveis, e o autor marca essa posição com clareza em seu prefácio.

Após o prefácio, o conteúdo do Livro I propriamente dito é dividido em nove capítulos em que são apresentados alguns pontos de caráter mais geral que dizem respeito à prática da agricultura, conforme o próprio autor anuncia ao final do prefácio, quando afirma que: “[...] quoniam quidem cunctae partes eius destinatis aliquot uoluminibus explicandae

sunt, quas ordine suo tunc demum perseguar cum praefatus fuero quae reor ad uniuersam disciplinam maxime pertinere”⁶³ (*De R.R.*, I, Praef., 33). Esses pontos se referem mais especificamente à constituição, organização e administração da propriedade rural, correspondendo aos temas tratados no início do *De Agricultura* de Catão e no prefácio do Livro I do *Rerum Rusticarum* de Varrão.

Vejamos, pois, como se estrutura o prefácio ao Livro I. Ele começa com um breve exórdio em que Columela lança o leitor em meio ao debate que constitui a motivação da escrita de seu tratado. Conforme nos indica René Martin (1971), o texto de Columela começa lançando o leitor *in medias res*: “Dès le début – dès la première phrase – de son traité, Columelle (L. Junius Moderatus Columella) place le lecteur non seulement *in medias res*, mais encore dans une atmosphère que l’on peut qualifier de dramatique”⁶⁴ (MARTIN, 1971, p 289). O agrônomo espanhol faz uma lamentação inicial que traz o leitor para dentro do tema a ser desenvolvido e apresenta, ao mesmo tempo, a motivação de seu empreendimento literário. Neste primeiro parágrafo, com efeito, ele apresenta, inicialmente, duas das principais teses que correm em seu tempo entre seus pares acerca das causas da infertilidade do solo verificadas em sua época. Em seguida, ele se lança na tarefa de refutar essas afirmações. A primeira tese tem um caráter eminentemente filosófico. Ela apresenta como causa da infertilidade do solo um argumento de base epicurista que concebe a natureza como sujeita aos mesmos processos dos seres vivos individuais e, portanto, sujeita aos ciclos de nascimento, envelhecimento e morte. A refutação de Columela parte de um argumento de natureza estoica que introduz uma concepção de natureza que corrobore sua ideia de que uma intervenção humana em seus ciclos não é um empreendimento em vão, além de sugerir uma ética que integre o homem no conjunto dos processos naturais. Esse argumento se apoia na ideia de que a natureza é inesgotável e de que a fertilidade é a sua própria essência. No entanto, sua obra não tem como objetivo o desenvolvimento e comprovação da tese estoica da natureza em processo de eterna renovação, o que seria a tarefa de um filósofo, mas se vale desta tese como fundamento para justificar a viabilidade de uma ciência agrária. Essa justificativa será, como dissemos, o objeto do exórdio que abre o prefácio. Uma vez comprovada a viabilidade de seu projeto, ele vai se empenhar, através dos 12 livros que compõem o tratado, em estabelecer suas diretrizes. Vejamos o trecho que abre a obra:

⁶³ [...] uma vez que evidentemente todas as suas partes devem ser explicadas nos volumes a elas dedicados, e de que só então tratarei em sua ordem, quando eu tiver introduzido aqueles assuntos que julgo serem especialmente pertinentes a toda a disciplina.

⁶⁴ Desde o começo – desde a primeira frase – de seu tratado, Columela (L. Iunius Moderatus Columella) lança o leitor não somente *in medias res*, mas além disso em uma atmosfera que se pode qualificar de dramática.

Saepenumero ciuitatis nostrae principes audio culpantis modo agrorum infecunditatem, modo caeli per multa iam tempora noxiam frugibus intemperiem, quosdam etiam praedictas quaerimonias uelut ratione certa mitigantis, quod existiment ubertate nimia prioris aeui defatigatum et effectum solum nequire pristina benignitate praebere mortalibus alimenta⁶⁵. (*De R.R.*, I, Praef., 1)

Após apresentar as opiniões correntes que constataam o péssimo estado da agricultura, ele afirma que as razões apresentadas para justificar esse estado são, na verdade, falsas: “Quas ego causas, P. Siluine, procul a ueritate abesse certum habeo [...]” (ibid., I, Praef., 2)⁶⁶. O agrônomo de Gades toma partido, com essa afirmação, acerca daquelas opiniões. Sua tarefa, a partir de agora, será a refutação dessas teses. Assim, na sequência, ele se empenhará em mostrar que, se a situação denunciada nessas opiniões por ele citadas é considerada pela maioria como um fato, seu diagnóstico, por outro lado, é errôneo. Vejamos como evolui a argumentação por ele usada para refutar os pontos ali destacados.

Columela fala, de início, do esgotamento da fertilidade do solo, identificando, na raiz da argumentação apresentada, uma posição filosófica⁶⁷, que Martin (1971) atribui ao epicurismo de Lucrécio – reconhecível na expressão “[...] effectum solum [...]” (*De R.R.*, I, Praef. 1) (solo exaurido – ou exausto, por ter acabado de produzir, de *ex + fetus*, a, um, prenhe; (Lucr. II, 1150-1174); assim como no uso da expressão *Rerum Naturam* (*De R.R.*, I, Praef., 1). Como teremos oportunidade de demonstrar posteriormente, Columela exhibe uma nítida influência do pensamento estoico, que fundamenta muitas de suas posições e se manifesta, especialmente, na resposta que ele dá ao argumento epicurista:

[...] quod neque fas est existimare Rerum Naturam, quam primus ille mundi genitor perpetua fecunditate donauit, quasi quodam morbo sterilitate adfectam, neque prudentis est credere Tellurem, quae diuinam et aeternam iuuentam sortita communis omnium parens dicta sit, [...] uelut hominem consenuisse⁶⁸. (*De R.R.*, I, Praef., 1)

⁶⁵ Muitas vezes ouço os líderes de nosso Estado culpando ora a infertilidade dos campos, ora a inconstância do clima, já por muito tempo nociva aos produtos da terra, alguns ainda atenuando as mencionadas queixas com uma determinada teoria, porque julgam eles que o solo, cansado e exaurido da excessiva fecundidade de um tempo passado, não pode fornecer os alimentos aos mortais com a antiga generosidade.

⁶⁶ Mas eu, P. Siluino, tenho por certo que essas razões estão longe da verdade.

⁶⁷ “[...] ratione certa [...]” (*De R.R.* I, Praef., 1)

⁶⁸ [...] porque nem é lícito julgar que a Natureza, que aquele criador primeiro do universo dotou de perpétua fecundidade, estivesse abatida pela esterilidade, como que por uma doença, nem é próprio do homem sensato crer que a Terra, que é chamada de mãe comum de todas as coisas, tendo recebido por quinhão uma juventude divina e eterna, envelhecesse como o homem.

O trecho citado mostra claramente a oposição entre a posição epicurista que Columela procura refutar e a fundamentação estoica de sua resposta. Martin (1971), comentando acerca da filiação filosófica de Columela e do tema por ele refutado, afirma:

La formulation que donne ici l'agronome de la théorie de la stérilité croissante du sol est sans doute la plus précise qui nous en soit parvenue. En écrivant *defatigatum et effectum solum*, l'agronome reprend évidemment l'expression lucretienne *effeta tellus*, qui implique une comparaison anthropomorphique. Si cette comparaison se trouve chez Lucrèce, elle se trouvait également chez Tremelius Scrofa, dont Columelle nous dit au livre II qu'il comparait la terre à une vieille femme devenu stérile⁶⁹. (MARTIN, 1971, pp 291-2)

E ainda:

La terre est usée, elle a perdu ses forces: c'est, pourrait-on dire, l'explication "philosophique"; elle s'intègre dans une conception du monde, qui est notamment – mais pas uniquement – la conception épicurienne, et elle reprend ce qu'écrivait Lucrèce au dernier vers du chant II: *spatio aetatis defessa uetusto*. Cette "usure" était sans doute inévitable, mais elle a été accélérée par le fait que la terre s'est montrée à l'origine trop prodigue de ses dons: c'est ce à quoi Columelle faisait allusion dans le préface du livre I, en employant l'expression *ubertate nimia prioris aeui*⁷⁰; (ibid., p 297)

A resposta do agrônomo, conforme observamos mais acima, apresenta um fundamento estoico evidente. Para ratificar essa visão, ele remete ao criador primeiro do universo, identificado ao *lógos* dos estoicos, que é a origem do universo e a fonte das leis que o regem, assim como faz menção à *diuina iuuenta telluris*, em referência à natureza, que lhe imprime uma caracterização divina que se opõe frontalmente ao materialismo epicurista. Comentando esse trecho, Martin conclui:

Ainsi pouvons-nous affirmer que tout ce passage a une résonance très nettement *anti-lucretienne* et *anti-épicurienne*, non seulement sur le point précis de la stérilité du sol, mais aussi d'une façon beaucoup plus générale: ce sont bel et bien deux conceptions du monde qui s'affrontent⁷¹ [...] (ibid., p 300)

⁶⁹ A formulação que o agrônomo dá aqui da teoria da esterilidade crescente do solo é, sem dúvida, a mais precisa que chegou até nós. Ao escrever *defatigatum et effectum solum*, o agrônomo retoma evidentemente a expressão lucreciana *effeta tellus*, que implica uma comparação antropomórfica. Se essa comparação se encontra em Lucrécio, ela se encontrava igualmente em Tremelius Scrofa, de quem Columela nos diz, no Livro II, que comparava a terra a uma velha mulher que se tornara estéril.

⁷⁰ A terra se exauriu, ela perdeu suas forças: é, poderíamos dizer, a explicação "filosófica"; ela se insere em uma concepção do mundo que é notadamente – mas não unicamente – a concepção epicurista, e ela retoma o que escrevia Lucrécio no verso final do Canto II: *spatio aetatis defessa uetusto*. Essa "deterioração" era sem dúvida inevitável, mas ela foi acelerada pelo fato de a terra ter se mostrado demasiado pródiga de seus dons no início: é a isso que Columela fazia alusão no prefácio do Livro I, quando empregou a expressão *ubertate nimia prioris aeui*;

⁷¹ Assim, podemos afirmar que toda essa passagem tem uma ressonância nitidamente *anti-lucreciana* e *anti-epicurista*, não somente sobre o ponto exato da esterilidade do solo, mas também de uma maneira bem mais geral: são bem duas concepções de mundo que se confrontam [...]

Se o embate com uma visão de mundo de matriz epicurista ressoa na obra de Columela, o argumento da eternidade e fertilidade da natureza constitui seu fundamento. Com efeito, se, segundo ele, a natureza foi dotada de uma juventude eterna, cuja fertilidade é um traço característico, a responsabilidade por seu estado de esterilidade não pode ser atribuído a ela, pois isso seria negar-lhe a própria essência.

A segunda das causas apontadas como equivocadas é a influência do clima. Esta causa tem como ponto de partida a experiência cotidiana do cultivador da terra, pois só ele, no seu dia a dia de labuta, poderia identificar uma má influência de um clima violento sobre o solo. O argumento tem, portanto um caráter técnico. No entanto, essa causa tem uma outra faceta que é verificada também no argumento anterior, que é a de atribuir a baixa produtividade do solo constatada na época a uma causa externa, isentando o homem, a cujo cuidado esse solo estaria entregue, da responsabilidade por esse fato. Columela vai se opor vigorosamente a essa posição, atribuindo ao próprio homem que deveria ser o responsável por essa terra – o aristocrata romano, proprietário rural –, a culpa pelo abandono de seus deveres. Columela vai terminar esse parágrafo introdutório, afirmando, então, que:

Nec post haec reor uiolentia caeli nobis ista sed nostro potius accidere uitio, qui rem rusticam pessimo cuique seruorum uelut carnifici noxae dedimus quam maiorum nostrorum optimus quisque et optime tractauerat⁷² (*De R.R.*, I, Praef., 1).

Os elementos estoicos que emergem do texto de Columela serão tratados mais detalhadamente adiante, quando nos ocuparmos do tema em um capítulo específico que o abordará através de um prisma mais voltado para a ética que para a física. Nas linhas seguintes de seu texto, contudo, verificaremos que ele vai mudar o rumo da argumentação, fazendo cair o foco sobre a questão da agricultura como disciplina. Assim, se a culpa pelo atual estado de coisas é do homem – particularmente daquele que deveria ser o responsável original pelo cultivo da terra –, a solução está em uma mudança de sua postura com relação à natureza e ao trabalho rural, assim como em uma tomada de consciência de sua tarefa de se responsabilizar mais diretamente por esse trabalho. Essa mudança de postura tem um de seus principais aspectos anunciados nesse mesmo trecho, quando ele afirma que “quam maiorum nostrorum optimus quisque et optime tractauerat” (Cf. supra, p 70, nota 72). Fica claro, nessa passagem, que Columela tem como referência a tradição romana (*mos maiorum*), e seu projeto será o de recuperar aquelas suas características a que ele atribui a grandeza de Roma,

⁷² E, além disso, não julgo que essas coisas nos aconteçam por causa da violência do clima, mas antes por nossa falta, nós que entregamos o cultivo da terra ao pior dos servos como a um carrasco, e que o melhor de nossos antepassados tinha manejado tão bem.

e que vão se manifestar, principalmente, em seu viés ético, político e na valorização da imagem tradicional do cidadão romano, que tinha como pressupostos, além da participação política no exercício das magistraturas, as suas atividades de camponês e soldado.

Nos parágrafos seguintes, Columela vai lamentar que os cidadãos de seu tempo tenham abandonado os antigos costumes (que caracterizavam o autêntico romano como cidadão-camponês-soldado), substituindo-os por outros que teriam provocado uma perda dessas qualidades que ele considerava essenciais. Para ele, portanto, a renovação da agricultura passaria por uma revitalização do caráter romano. Por isso, o desenvolvimento de sua argumentação apresentará um constante apelo ao *ethos*. No entanto, se a referência moral é a dos antigos, isso não significa um retorno estrito às antigas práticas da agricultura. Na verdade, Columela vai imprimir um novo caráter a essa prática, que resgata a experiência do passado, mas que olha para o futuro, e tem, além de um aspecto econômico inovador, também um viés científico, que busca o desenvolvimento de uma técnica a partir de um conhecimento cada vez mais amplo e profundo de seu objeto.

A partir do parágrafo seguinte, Columela começa a considerar a agricultura como disciplina, seu objeto, suas disciplinas auxiliares e o estado atual de seu desenvolvimento. O agrônomo tem como referência, para o trecho que vem a seguir, o tratado *De Oratore*, de Cícero. Columela toma como modelo o prefácio do texto do orador romano e, a partir dele, desenvolve sua argumentação à maneira de uma *imitatio*. Ele começa tomando a agricultura como ciência e comparando-a a outras disciplinas. Em seguida, contrapõe a atividade agrícola a outras profissões, como a vida militar e o comércio, tal como faz Cícero no referido texto.

Mas o paralelo com o orador não permanece apenas no plano formal da linha de raciocínio e dos muitos trechos parafraseados – em que deixa bem explícita a referência ao modelo ciceroniano. Columela concebe a agricultura como uma disciplina que exige um conhecimento multidisciplinar para que se possa reivindicar uma formação completa. Ela depende do estudo do solo, do clima, das várias espécies cultivadas, da arte da administração e de tantos outros conhecimentos, sem o auxílio dos quais sua execução seria impossível. Cabe lembrar que essa era exatamente a ideia que Cícero fazia da eloquência em seu *De Oratore*, onde apresenta uma concepção de Retórica que era indissolivelmente ligada à Filosofia. Para ele, a mera repetição de exercícios não faz o bom orador, pois a beleza da forma não se sustenta sem o conteúdo e, para dominá-lo, o orador precisa ter um conhecimento geral o mais bem fundamentado possível. Assim, Cícero, para exemplificar o tipo de formação que quer para seu orador, enumera várias disciplinas que devem fazer parte do repertório daquele que pretende dominar essa arte, como a História e o conhecimento das

leis: “Tenenda preaterea est omnis antiquitas exemplorumque uis, neque legum ac iuris ciuilibus scientia negligenda est”⁷³ (*De Or.*, I, V, 18). Cícero vai reforçar, na sequência, a ideia de que a eloquência precisa da aquisição de um conhecimento multidisciplinar para seu pleno desenvolvimento: “Ac mea quidem sententia nemo poterit esse omni laude cumulatus orator, nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus”⁷⁴ (*De Or.*, I, VI, 20).

Vejamos, pois, alguns pontos do *De Oratore* de Cícero que ecoam no projeto de Columela na elaboração de sua arte da agricultura. Cícero, na exposição que faz a seu irmão dos motivos que o impeliram a escrever sua obra, recorda os tempos que serão para ele o modelo dos tempos áureos de Roma: o período após o término das Guerras Púnicas. Note-se que este será o período histórico que ele vai escolher para ambientar seu *De Republica*. Eis a caracterização que faz da época:

[...] Cogitanti mihi saepenumero et memoria uetera repetenti perbeati fuisse, Quinte frater, illi uideri solent qui in optima re publica, quom et honoribus et rerum gestarum gloria florent, eum uitae cursum tenere potuerunt ut uel in negotio sine periculo uel in otio cum dignitate esse possent⁷⁵. (ibid., I, I, 1)

Alguns pontos desse trecho inicial do *De Oratore* mostram como Columela toma o texto ciceroniano como ponto de partida para sua obra. Em primeiro lugar, logo nas primeiras palavras, vemos no agrônomo um eco de Cícero, quando: afirma “Saepenumero ciuitatis nostrae principes audio culpantis [...]” (Cf. supra, p 68, nota 65). Não apenas o advérbio remete ao texto do orador, mas é possível notar, comparando os dois trechos, que Cícero faz menção à nobreza romana “quom et honoribus et rerum gestarum gloria florent”, assim como o faz Columela. Deste modo, percebe-se que ambos se dirigem ao mesmo público: o dos homens que dirigem o Estado e pertencem à nobreza romana. Cícero busca no passado um tempo em que aqueles homens dirigiam o Estado com dignidade e com isso insinua, nas entrelinhas, que eles já não o fazem no presente. Columela acusa diretamente esses homens de não honrarem sua posição, jogando a culpa da situação presente em fatores externos, seja o clima ou a própria disposição da natureza. O agrônomo também vai buscar no passado uma

⁷³ Além do mais, deve ser dominada toda a história e a força dos exemplos, e a ciência das leis e do direito civil não deve ser negligenciada.

⁷⁴ E, na minha opinião, ninguém poderá ser um orador cumulado com todo louvor, se não tiver obtido a ciência de todos os grandes temas e artes.

⁷⁵ [...] A mim que reflito e relembro frequentemente em minha memória os fatos antigos, meu irmão Quinto, costumam parecer terem sido muito felizes aqueles que, na melhor época da República, quando floresciam nas honras e na glória de seus feitos, puderam manter o curso de sua vida de modo que podiam estar ou em uma ocupação sem risco ou em um retiro com honra.

referência. Ela virá da tradição romana, encarnada nos exemplos dos grandes homens romanos, que ele fará reviver em seu texto para legitimar o seu projeto.

Outro ponto que merece destaque é o uso, por Cícero, das expressões *negotio sine periculo* e *otio cum dignitate* (*De Or.*, I, I, 1). Esses são dois valores romanos ressaltados por ele como de grande importância, pois caracterizavam a causa e a consequência de florescerem eles em suas honras e na glória de seus feitos. Columela também fará referência ao *negotium sine periculo*, porém numa expressão ainda mais enfática, como a ressaltar a dissolução da sociedade romana que ele aponta, falará em ver na agricultura um “[...] genus amplificandi relinquendique patrimonii quod omni crimine caret⁷⁶ [...]” (*De R.R.*, I, Praef., 7). Contudo, o agrônomo não vai fazer uma referência explícita ao *otium cum dignitate*, mas vai denunciar um ócio que é, de fato, esbanjador e corrosivo, em que, segundo ele: “[...] quaerimus noctesque libidinibus et ebrietatibus, dies ludo uel somno consumimus, ac nosmet ipsos ducimus fortunatos, quod nec orientem solem uidemus nec occidentem”⁷⁷ (*ibid.*, Praef., 16-7).

Conforme indicamos mais acima, Columela, após o primeiro parágrafo em que indica acerca de qual assunto vai tratar em seu texto e faz uma lamentação sobre o estado de deterioração a que os dirigentes romanos deixaram chegar o cultivo da terra em seu tempo, começa a elaborar a ideia de uma agricultura concebida como técnica, e passível, portanto, de ser estudada, desenvolvida e transmitida por aqueles que dela tiveram a experiência para outros que queiram aprendê-la. Esse ponto é desenvolvido em 3 momentos: em primeiro lugar, ele vai se mostrar admirado de que as pessoas que queiram aprender qualquer disciplina (e seu exemplo inicial é exatamente o do estudo da eloquência) procurem imediatamente mestres para aprendê-las, enquanto ele não vê nem quem queira ensinar, nem aprender a agronomia:

Atque ego satis mirari non possum, quid ita dicendi cupidi seligant oratorem, cuius imitentur eloquentiam [...] sola res rustica, quae sine dubitatione proxima et quasi consanguinea sapientia est, tam discentibus egeat quam magistris⁷⁸ (*De R.R.*, I, Praef., 3-5).

Em seguida, para fazer um contraponto que ressalte sua surpresa, ele começa a mostrar que até os assuntos mais fúteis encontram quem os queira aprender: “[...] quod magis

⁷⁶ [...] método de aumentar e deixar à posteridade o patrimônio que carece de todo crime [...]

⁷⁷ [...] e buscamos passar as noites em licenciosidades e bebedeiras, consumimos os dias no jogo ou no sono, e nos julgamos afortunados, porque não vemos o sol nascer nem se pôr.

⁷⁸ E eu não me canso de admirar de que os desejosos de discursar escolham um orador de quem imitem a eloquência [...] e de que só a agricultura, que é sem dúvida a mais próxima e como que irmã da sabedoria, careça tanto de alunos quanto de mestres.

mirandum est, contemptissimorum uitiorum officinas [...] non solum esse audiui sed et ipse uidi, agricolatione neque doctores [...] neque discipulos cognoui”⁷⁹ (ibid., Praef., 5-6); por fim, ele trata da agricultura como meio de subsistência e de obter riquezas, comparando-a a outras profissões, das quais cita algumas por ele consideradas até como desonestas⁸⁰, dentre elas, a rapina militar e a usura, já condenadas por Catão:

Nam cetera diuersa et quasi repugnantia dissident a iustitia, nisi aequius existimamus cepisse praedam ex militia, quae nobis nihil sine sanguine et cladibus alienis adfert. [...] An faeneratio probabilior sit, etiam is inuisa quibus succurrere uidetur⁸¹? (ibid., I, Praef., 7-9)

Para concluir, retomando o julgamento de Catão, reafirma que a agricultura é a mais honesta das atividades lucrativas: “Quae si et ipsa et eorum similia bonis fugienda sunt, superest, ut dixi, unum genus liberale et ingenuum rei familiaris augendae, quod ex agricolatione contingit”⁸² (ibid. I, Praef., 10-1).

Com efeito, podemos verificar que a argumentação de Columela está baseada na ideia de que a agricultura não parecia ser compreendida como uma disciplina em sua época, pelo menos pelo público em geral, já que, como vimos, não faltavam em seu tempo tratados sobre o assunto. Essa é exatamente a ideia que Cícero procura transmitir com relação à retórica no segundo parágrafo do primeiro livro de seu *De Oratore*: “Ac mihi quidem saepenumero in summos homines ac summis ingeniis praedictos intuenti quaerendum esse uisum est, quid esset cur plures in omnibus rebus quam in dicendo admirabiles exstitissent”⁸³ (*De Or.*, I, II, 6).

Fica claro, pelos trechos examinados acima, que Columela tem em Cícero um modelo para sua composição. Decerto que uma concepção multidisciplinar do conhecimento está presente também nos outros agrônomos latinos, como em Varrão, mais evidentemente, mas até mesmo em Catão, que teria sido um precursor com seus *Praecepta ad filium*. No entanto, uma concepção multidisciplinar da agricultura aparece de maneira muito mais madura em

⁷⁹ [...] o que é mais de se admirar é que não só ouvi dizer de escolas dos vícios mais desprezíveis [...], mas eu mesmo as vi: mas não conheci nem professores nem discípulos de agronomia.

⁸⁰ “[...] dissident a iustitia [...]” (De R.R. I, Praef., 7)

⁸¹ Pois os outros, diversos e como que contrários à agricultura se afastam da justiça, a não ser que consideremos mais justo ter tomado pilhagem de uma campanha militar, que não nos traz nada sem o sangue e a ruína alheia. [...] Ou que seja mais digna de aprovação a usura, que parece odiosa até àqueles a quem ajuda?

⁸² Se os bons devem fugir dessas mesmas coisas e das semelhantes a elas, resta, como eu disse, um método de aumentar o patrimônio nobre e honesto, que provém da agricultura.

⁸³ E quando dirigi o olhar para esses excelentes homens e para aqueles dos mais altos talentos, muitas vezes me pareceu que devia ser perguntado por que antes se sobressaíam muitos mais em outros assuntos que na eloquência.

Columela, e ele parece fazer remontar sua ideia à concepção que Cícero tinha da eloquência, como se pode concluir pela constante referência que ele faz ao texto do orador.

Columela segue sua argumentação com mais uma lamentação, agora com respeito à relação que os homens de seu tempo têm com a agronomia, que constitui quase uma inversão daquela posição tradicional que Catão procura resgatar e que considerava ser esta a mais nobre das atividades. Com efeito, a preferência pela vida urbana que prevalecia na época, com suas comodidades e gosto pelo luxo, depreciava o trabalho manual, relegado aos escravos. A agricultura, assim, não mais parecia digna de um homem livre. Para Columela, porém, como vimos, essa era uma ideia equivocada, cujos efeitos se faziam sentir no afrouxamento dos costumes e na perda de produtividade dos campos, o que o agrônomo via como uma ameaça ao futuro de Roma. Deste modo, seu projeto de renovação da agricultura passa por um projeto ético e político, de resgate dos antigos valores tradicionais romanos (*mos maiorum*), que viam no nobre romano uma fusão do camponês agricultor, que supria com seu trabalho as necessidades de sua família – de acordo com um antigo conceito de autarquia, que ganhará contornos filosóficos com os principais sistemas helenísticos, notadamente epicurismo e o estoicismo -; do soldado, que lutava para defender sua pátria contra as ameaças externas – ideal de uma época em que não havia exército profissional e cada cidadão era um soldado potencial -; e do cidadão, responsável pela administração de sua pátria – o que era cumprido através das magistraturas.

Columela, contudo, julgava que essas três qualidades essenciais do homem romano estavam se degenerando: o trabalho no campo era deixado aos escravos e colonos; o exército era agora profissional, e seus soldados eram recrutados em várias frentes, deixando de ser uma prerrogativa do cidadão romano proprietário das terras; as magistraturas deixaram de ser uma oportunidade de serviço à pátria para se tornar uma disputa pelo poder; e o homem romano, afastado do trabalho do campo e dos deveres militares, ia para a cidade, onde vivia conforme a caracterização que ele nos apresenta.

A partir dessas considerações, é possível compreender o que constata o agrônomo na sequência do texto, onde, conforme mencionamos acima, ele retoma seu lamento pelo estado de abandono em que se encontra a disciplina agrária. Em seguida, remonta aos exemplos dos antepassados, para resgatar a consideração em que era tida essa atividade pelos antigos:

Quae cum animaduertam, saepe mecum retractans ac recogitans quam turpi consensu deserta exoleuerit disciplina ruris, uereor ne flagitiosa et quodam modo pudenda ingenuis aut inhonesta sit. Verum cum complurimis monumentis scriptorum admonear apud antiquos nostros fuisse gloriae curam rusticationis, ex qua Quinctius Cincinnatus, obsessi consulis et exercitus liberator, ab aratro uocatus

ad dictaturam uenerit ac rursus fascibus depositis, quos festinantius uictor reddiderat quam sumpserat imperator, ad eosdem iuencos et quattuor iugerum auitum herediolum redierit; | itemque C. Fabricius et Curius Dentatus, alter Pyrrho finibus Italiae pulso, domitis alter Sabinis, accepta quae uiritim diuidebantur captiui agri septem iugera non minus industrie coluerit quam fortiter armis quaesierat; et ne singulos intempestiue nunc persequar, cum tot alios Romani generis intuear memorabiles duces hoc semper duplici studio floruisse uel defendendi uel colendi patrios quaesitosue finis, intellego luxuriae et deliciis nostris pristinum morem uirilemque uitam displicuisse⁸⁴ (*De R.R.*, I, Praef., 13-5).

Esses *exempla*, inspirados que são nos homens que viviam de acordo com os antigos costumes, são contrapostos ao comportamento daqueles contemporâneos de Columela. No parágrafo seguinte, ele retoma esse tema, citando uma passagem de Varrão (*R.R.*, II, Praef., 3) em que este menciona o gosto pelo teatro que vinha sendo desenvolvido pelos romanos. Cabe lembrar que, em primeiro lugar, Varrão criticava de modo veemente a adoção de costumes estrangeiros, assim como Catão, que via nestes uma distração que afastava os romanos das atividades militares; cabe lembrar também que o teatro latino começa a se desenvolver a partir dos modelos gregos e que as personagens femininas eram representadas por atores homens; em Roma, os locais para representação eram montados e desmontados quando ocorriam os eventos em que as peças eram representadas, e os locais fixos só passaram a ser construídos praticamente na época de Varrão. Deste modo, quando Columela retoma o trecho de Varrão, certamente visa a atingir com sua crítica não o teatro em si, mas essa adoção de costumes estrangeiros que, segundo ele, ameaçavam os valores romanos tradicionais:

Omnes enim, sicut M. Varro iam temporibus auorum conquestus est, patres familiae falce et aratro relictis intra murum correpsimus, et in circis potius ac theatris quam in segetibus ac uineis manus mouemus attonitique miramur gestus effeminatorum, quod a natura sexum uiris denegatum muliebri motu mentiantur decipiantque oculos spectantium⁸⁵ (*De R.R.*, I, Praef., 15-6).

⁸⁴ Quando noto essas coisas, retomando-as e refletindo comigo, por quão grande vil acordo a abandonada disciplina agrária caiu em desuso, temo que pareça desonrosa e de certo modo vergonhosa, ou mesmo desonesta, para os homens livres. No entanto, quando sou advertido pelos muitos testemunhos dos escritores de que, dentre nossos antepassados, era motivo de glória o cuidado da agricultura, da qual Quinctio Cincinato, liberador do cônsul sitiado e seu exército, chamado do arado para a ditadura, veio e, novamente, depositados os feixes, que vitorioso devolvera mais rapidamente do que quando fora elevado a imperador, voltou para os mesmos novilhos e para sua pequena propriedade ancestral de quatro jeiras; da mesma maneira, C. Fabrício e Cúrio Dentato, o primeiro, expulso Pirro das fronteiras da Itália, o outro, tendo submetido os sabinos, cultivou com não menor esforço as sete jeiras recebidas da terra conquistada, que fora dividida para cada soldado e que bravamente obtiveram pelas armas; e para que eu agora não enumere inoportunamente cada um deles, quando vejo que tantos outros de estirpe romana, memoráveis comandantes que floresceram neste duplo empenho de defender ou cultivar os campos pátrios ou conquistados, compreendo que o antigo costume e a vida viril desagradam à nossa luxúria e aos nossos prazeres.

⁸⁵ Pois todos nós, chefes de família, como já se lamentava M. Varrão nos tempos de nossos avós, tendo deixado a foice e o arado, nos esgueiramos por entre os muros e movemos as mãos nos circos e teatros antes que nos campos e vinhas, e perplexos admiramos os gestos dos efeminados, porque eles simulam, com movimentos feminis, o sexo negado aos homens pela natureza, e enganam os olhos dos espectadores.

Columela conclui esse parágrafo contrapondo o efeito do novo estilo de vida dos romanos ao antigo. Ele estabelece uma comparação cujo exegero tem o efeito de uma *amplificatio* que visa destacar seu valor irônico. Neste trecho, o jovem romano das cidades é comparado, por sua falta de vigor, a um cadáver, deixando ao leitor a conclusão implícita de que a vida autêntica se encontra nos campos: “Nam sic iuuenum corpora fluxa et resoluta sunt, ut nihil mors mutatura uideatur”⁸⁶ (ibid., I, Praef., 17).

Finalmente, Columela justapõe os dois estilos de vida para sintetizar a comparação:

At mehercules uera illa Romuli proles adsiduis uenatibus nec minus agrestibus operibus exercitata firmissimis praeualuit corporibus, ac militiam belli, cum res postulauit, facile sustinuit durata pacis laboribus semperque rusticam plebem praeposuit urbanae: ut enim qui in uillis intra consaepta morarentur quam qui foris terram molirentur ignauiores habitos, sic eos qui sub umbra ciuitatis intra moenia desides cunctarentur quam qui rura colerent segniores uisos⁸⁷ (ibid., I, Praef., 17-8).

Com esse trecho, Columela termina o contraponto entre a vida no campo, ligada aos valores tradicionais, e a vida nas cidades, contaminada pelos novos hábitos. Tendo deixado claro que existe a necessidade de um retorno ao campo, passa a uma tentativa de mostrar que o trabalho agrícola que ali se realiza precisa ser valorizado e ter provada sua dignidade. Para ele, o desenvolvimento de uma ciência agrícola tem um papel crucial nesse processo e sua tarefa, agora, será apresentar ao leitor o seu projeto. Antes porém, ele ainda faz uma consideração que estabelece uma transição de um tema para outro, ao lamentar-se ainda uma vez que os habitantes da terra do Lácio, a quem o próprio Saturno havia ensinado a arte de cultivar os campos⁸⁸, tenham deixado de lado a agricultura, de modo que eram eles agora forçados a importar os cereais que os alimentavam: “[...] ut nobis ex transmarinis prouinciis aduehatur frumentum ne fame laboremus⁸⁹ [...]” (*De R.R.*, I, Praef., 20). Enfim, ele conclui seu lamento dizendo que: “Nec mirum, cum sit publice concepta et confirmata iam uulgaris

⁸⁶ Pois assim os corpos dos jovens se tornam frouxos e enfraquecidos, de maneira que a morte parece que em nada os há de mudar.

⁸⁷ Mas, por Hércules, aquela verdadeira descendência de Rômulo, exercitada nas caças frequentes e não menos nos trabalhos agrestes, foi superior pelos corpos mais robustos, e, quando a situação pediu, suportou facilmente, em tempos de guerra, o serviço militar, endurecida pelos trabalhos dos tempos de paz, e sempre antepôs a população rural à urbana. Pois, como aqueles que nas propriedades habitavam nos recintos pareciam ter hábitos mais preguiçosos que aqueles que fora revolviam a terra, assim também aqueles que hesitavam ociosos entre os muros sob a sombra da cidade eram vistos como mais fracos que aqueles que cultivavam os campos.

⁸⁸ “Itaque in hoc Latio et Saturnia terra, ubi di fructus agrorum progeniem suam docuerant [...]” (*De R.R.*, I, prae, 20) E assim, neste Lácio e na terra Saturnia, onde os deuses ensinaram a sua descendência a colheita dos campos [...]

⁸⁹ [...] que nos seja trazido o trigo das províncias transmarinas, para que não soframos de fome.

existimatio rem rusticam sordidum opus et id esse negotium quod nullius egeat magisterio praeceptoue”⁹⁰(loc.cit).

A afirmação implica um desprezo pela própria disciplina que Columela quer promover. Atitude que se contrapõe àquela verificada por Cícero com relação à eloquência, e cuja primeira parte é ecoada, de certo modo, pelo trecho citado acima de Columela:

Ac primo quidem totius rationis ignari, qui neque exercitationis ullam uiam neque aliquod praeceptum artis esse arbitrarentur, tantum quantum ingenio et cogitatione poterant consequerentur; post autem, auditis oratoribus Graecis cognitisque eorum litteris adhibitisque doctoribus, incredibili quodam nostri homines dicendi studio flagrauerunt⁹¹ (*De Or.*, I, IV, 14).

Esse lamento de Columela acima transcrito, que mostra o desinteresse dos romanos pela disciplina da agronomia, introduz o elogio que ele lhe fará, em seguida, expondo a concepção que dela faz e que deseja transmitir ao leitor. O trecho demonstra a paixão de Columela pelo seu estudo. Na sequência, ele verifica a amplitude e complexidade dos conhecimentos necessários para um perfeito domínio da agronomia – e ele repete aqui o adjetivo que Cícero emprega (*perfectus*), para designar o perfeito orador: “[...] statuisti oratorem in omni genere sermonis et humanitatis esse perfectum.”⁹² (*De Or.*, I, IX, 35) -, começa a elencar as diversas disciplinas que fariam parte de seu programa. O trecho de Columela, mais uma vez, retoma o texto ciceroniano, que retomamos a título de comparação:

Quid enim quis aliud in maxima discentium multitudine, summa magistrorum copia praestantissimis hominum ingeniis, infinita causarum uarietate amplissimis eloquentiae propositis praemiis, esse causae putet nisi rei quandam incredibilem magnitudinem ac difficultatem⁹³? (*ibid.*, I, V, 16)

E, após citar uma série de conhecimentos recomendáveis ao bom orador, conclui: “Ac mea quidem sententia nemo poterit esse omni laude cumulatus orator, nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus.”⁹⁴ (*ibid.*, I, VI, 20)

⁹⁰ E não me admiro, já que é publicamente acolhida e confirmada a opinião comum de que a agricultura é um trabalho sem honra de que se trata de uma ocupação que careça de qualquer ensino ou instrução.

⁹¹ Por outro lado, ignorantes de que haja um método, julgam não haver nenhum caminho por exercícios nem algum preceito para a arte, apenas o quanto o talento e a reflexão podiam conseguir; depois, porém, tendo escutado os oradores gregos e conhecido sua obras e se colocado aos pés dos mestres, nossos homens arderam de uma incrível paixão pela eloquência.

⁹² [...] estabeleceste que o orador é completo em toda espécie de discussão e cultura do espírito.

⁹³ Pois quem poderia pensar que dentre a grande multidão de aprendizes, a enorme abundância de professores, os eminentes talentos dos homens, a infinita variedade de causas e os abundantes benefícios oferecidos à eloquência, haveria outra causa (para a falta de bons oradores), senão a incrível amplitude e dificuldade desta arte?

⁹⁴ E, na minha opinião, ninguém poderia ser um orador cumulado por todo louvor, se não tiver obtido a ciência de todos os grandes assuntos e artes.

Podemos verificar, conforme afirmamos acima, que Columela retoma as mesmas ideias de Cícero ao considerar que a agricultura é uma disciplina complexa, que abarca vários ramos do conhecimento e que pressupõe a necessidade de seu domínio pelo aspirante.

At ego, cum aut magnitudinem totius rei quasi quandam vastitatem corporis aut partium eius uelut singulorum membrorum subtilitatem dispicio, uereor ne supremus ante me dies occupet quam uniuersam disciplinam ruris possim cognoscere⁹⁵ (*De R.R.*, I, Praef., 21-2).

Enfim, começa a enumerar as matérias auxiliares:

Nam qui se in hac scientia perfectum uolet profiteri, sit oportet rerum naturae sagacissimus, declinationum mundi non ignarus, ut exploratum habeat quid cuique plagae conueniat, quid repugnet; siderum ortus et occasus memoria repetat, ne imbribus uentisque imminentibus opera incohet laboremque frustretur. Caeli et anni praesentis mores intueatur; neque enim semper eundem uelut ex praescripto habito gerunt, nec omnibus annis eodem uultu uenit aestas aut hiemps, nec pluuium semper est uer aut umidus autumnus, quae praenoscere sine lumine animi et sine exquisitissimis disciplinis non quemquam posse crediderim⁹⁶ (*ibid.*, I, Praef., 22-3).

Ainda dentro da consideração das disciplinas necessárias ao completo domínio da agronomia, ele vai falar da necessidade de se conhecer as variedades de terras, para que se possa estabelecer o que se pode ou não plantar em cada uma delas. Em seguida, vai examinar, retomando a reflexão de Varrão, a conveniência de tratar também da pecuária, admitindo que, embora seja uma prática distinta e um ramo do conhecimento diverso, é, na verdade, uma disciplina que completa a agricultura: “[...] quoniam et hanc adsciuiimus quasi agri culturae partem, cum separata sit ab agricolatione pastoralis scientia;”⁹⁷ (*De R.R.*, I, Praef., 25)

Depois, lembra o cultivo dos pomares e jardins: “[...] quis tanti studii fuit, ut super ista, quae enumerauimus, [...] tot pomorum holerumque cultus exerceret, tot generibus ficorum sicut rosarum impenderet curam⁹⁸ [...]” (*ibid.*, I, Praef., 27)

⁹⁵ Mas, quando eu considero a amplitude de toda a matéria, como se fosse a vastidão de um corpo e das suas partes, ou a minúcia de cada um de seus membros, temo que meu dia final me surpreenda antes que eu possa adquirir o conhecimento de toda a disciplina agrária.

⁹⁶ Pois aquele que quiser se declarar perfeito nesta ciência, convém que seja excelente conhecedor da natureza, não ignorante das variações das latitudes, para que tenha estabelecido o que convém a cada região e o que não convém. E que repita de memória o nascimento e ocaso dos astros, para que não comece suas atividades com a ameaça das chuvas e ventos e o trabalho seja em vão. Que ele examine o proceder do clima e da estação atual, pois nem sempre exibem o mesmo aspecto como se tratasse de uma condição prefixada, nem vem o verão ou o inverno todos os anos com a mesma face, nem a primavera é sempre chuvosa ou o outono úmido; não acreditaria que alguém pudesse conhecer de antemão essas coisas sem a luz do espírito e sem conhecimentos muito refinados.

⁹⁷ [...] uma vez que aceitamos que esta (a pecuária) é como se fosse uma parte da agricultura, embora a ciência pastoral seja dela separada.

⁹⁸ [...] houve alguém de tão grande empenho, que, para além dessas coisas que enumeramos, ainda se ocupasse do cultivo de frutos e hortaliças, que se aplicasse ao cuidado de tantos tipos de figueiras e rosais [...] ?

Enfim, Columela constata que um aspirante a aprendiz poderia se sentir desencorajado a começar seus estudos, por conta da extensão dos conhecimentos que deveria adquirir. No entanto, para estimular os postulantes, afirma que há gradações no domínio da matéria, e que ninguém deve sentir-se menor por não ocupar o primeiro lugar. Em seguida, faz um paralelo do domínio do conhecimento da agronomia com aquele da arte da oratória, citando diversos *exempla* de grandes representantes da eloquência que não se sentiram desencorajados pelos modelos de tantos homens excelentes que os precederam, para depois fazer o mesmo com relação à disciplina agrária.

Nec si uel illa praestantis ingenii uis uel inclitarum artium defecerit instrumentum, confestim debemus ad otium et inertiam deuolui, sed quod sapienter sperauerimus perseueranter consecrari. Summum enim culmen adfectantes satis honeste uel in secundo fastigio conspiciemur. An Latiae Musae non solos adytis suis Accium et Vergilium recepere sed eorum et proximis et procul a secundis sacras concessere sedes? Nec Brutum aut Caelium Pollionemue cum Messala et Caluo deterruere ab eloquentiae studio fulmina illa Ciceronis. Nam neque ipse Cicero territus cesserat tonantibus Demostheni Platonique⁹⁹ [...] (*De R. R.*, I, Praef., 29-30)

A exortação continua no mesmo sentido de fazer ver aos aspirantes ao estudo da agronomia que não devem se sentir desestimulados por não se julgarem capazes de atingir o ápice dos estudos, estabelecendo comparações com outras disciplinas, como as artes plásticas e a filosofia. Depois de citar grandes homens notáveis em seus campos do conhecimento, retorna à agricultura, afirmando que o discípulo não deve se atemorizar com esses exemplos, mas contentar-se com o que puder atingir: “[...] multum tamen profecerit si <quis> usu Tremelios Sasernasque et Stolones nostros aequaret”¹⁰⁰. (*ibid.*, I, Praef., 32-3)

A argumentação de Columela tem claramente por objetivo equiparar a agronomia a outras disciplinas que já haviam adquirido um *status* de nobreza, em particular à retórica em seu modelo ciceroniano. Pois, embora já tivesse havido grandes autores que tinham se dedicado ao assunto, e apesar de sua incontestável importância, ele insiste em constatar que ela era relegada a um segundo plano. Enfim, ratifica a ideia que determinou o curso de sua argumentação de que a agronomia é um ramo do saber digno de ser incluído no rol das

⁹⁹ E se tiver faltado aquela força do notável talento ou o instrumento das ilustres artes liberais, não devemos nos precipitar imediatamente para o ócio e a indolência, mas perseguir com obstinação aquilo que esperamos sabiamente. Pois ambicionando o cume supremo, seremos vistos bastante honestamente no segundo lugar. Ou as musas do Lácio receberam não só, em seus santuários, Ácio e Virgílio, mas também concederam seus assentos aos próximos daqueles e aos que se distanciavam dos segundos? Nem aqueles célebres ímpetos de Cícero afastaram Brutus, ou Célio ou Polião, junto com Messala e Calvo, do estudo da eloquência. Pois nem o próprio Cícero se retirou, aterrorizado pelos trovejantes Demóstenes e Platão [...]

¹⁰⁰ [...] terá avançado muito, porém, se igualar-se na prática a nossos Tremélios, Sasernas e Estolones.

disciplinas ilustres: “Nam illud procul uero est quod plerique crediderunt, facillimam esse nec ullius acuminis rusticationem”¹⁰¹. (*De R. R.*, I, Praef., 33)

O prefácio ao primeiro livro do tratado de Columela termina, então, com essa exortação ao estudo da agronomia. Na sequência, o agrônomo começará a lançar algumas das bases de sua prática. O livro I, após o prefácio, é dividido em nove capítulos, nos quais o autor, retomando os modelos de Catão e Varrão, vai estabelecer as diretrizes para a escolha do local onde estabelecer a propriedade, para a construção dos edifícios que a compõe e para a administração de pessoal.

No que concerne a nossa introdução, não faremos uma exposição pormenorizada do conteúdo de cada capítulo, tal como o fizemos na parte em que tratamos do prefácio, em que se fazia necessária uma exposição mais cuidadosa, uma vez que o texto de Columela, naquele momento, assumia a forma de um discurso deliberativo que tomava nitidamente como modelo o texto ciceroniano do *De Oratore*, tornando indispensável uma apresentação da maneira como Columela se valia de sua fonte de inspiração – de como seu texto lhe tomava de um certo modo a sequência, assim como a linha de sua argumentação e sua estrutura. Nos capítulos seguintes – e no restante da obra -, no entanto, tendo terminado o discurso inicial, seu tom se aproxima muito mais daquele de Catão ou Varrão, em que se dedica a expor os preceitos para a aquisição e administração de uma boa propriedade, assim como para o cultivo da terra e a criação dos animais. Essa exposição, contudo, não se atém a uma lista desses preceitos, daquilo que se deve fazer ou deixar de fazer, mas procura tornar explícita e clara a racionalidade que os sustenta. Nesses capítulos, portanto, ele tratará de expor as causas e consequências sempre que necessário, e não deixará passarem em branco os debates acerca dos temas controversos, apresentando os argumentos de seus adversários e contestando-os.

Conforme veremos em seguida, a argumentação de Columela no que constitui o cerne de sua obra – referimo-nos ao texto posterior ao prefácio, presente nos capítulos que integram o Livro I e nos livros restantes, em que ele desenvolve o tema propriamente dito de seu tratado – está sustentada, no que tange ao conteúdo, por dois eixos: a tradição romana – presente nos *mores* e na valoração da experiência de seus predecessores - e em uma fundamentação filosófica principalmente de cunho estoico - que tem como uma de suas principais funções ratificar a tradição.

Assim, para concluir o propósito desta introdução, um breve comentário acerca do conteúdo de cada capítulo do Livro I será suficiente. Vejamos, pois, sua estrutura:

¹⁰¹ Pois está longe da verdade aquilo em que acreditaram numerosos homens, a saber, que a agronomia é uma disciplina muito fácil e de nenhuma penetração de espírito.

No capítulo I, Columela apresenta as qualidades necessárias para ser um bom empreendedor agrícola. Em seguida, faz uma menção às fontes que deve consultar alguém que deseje se lançar a esse empreendimento – e começar, assim, a se aprofundar no estudo da disciplina. Dentre estas, duas, considerando que o postulante ainda esteja desprovido da experiência própria, são fundamentais, quais sejam, a experiência daqueles que lhe são próximos e os manuais dos escritores que abordaram o assunto, que ele passa a listar em seguida. Finalmente, recomenda a presença constante do proprietário na *uilla*, afastando-se, com isso, daquelas práticas que havia censurado no prefácio e fazendo uma aproximação com a tradição romana por ele já explicitada nesse mesmo prefácio.

No capítulo II, ele vai tratar da localização da propriedade e de algumas das qualidades que o próprio local deve possuir. A localização é importante por conta das facilidades proporcionadas pela proximidade da civilização (vias de transporte, etc.), assim como por conta dos proporcionados pela natureza (clima, existência de água, etc.). Os primeiros são tratados neste capítulo, os seguintes no capítulo III, onde comenta também acerca do tamanho da propriedade, lembrando que Columela busca uma racionalidade econômica no tamanho da propriedade que o aproxima da concepção que tinham Catão e Varrão, ou seja, o problema que determina a lucratividade da propriedade e sua viabilidade não é o tamanho da propriedade, mas a qualidade da administração.

No capítulo IV, vai comentar a importância de se conhecer os tipos de solo disponíveis na propriedade, e a necessidade de visitas frequentes para se adquirir um bom conhecimento desta. Além disso, começa a tratar dos critérios para a construção dos edifícios, tema a que dará continuidade nos capítulos V e VI, onde fará alguns comentários sobre seu posicionamento geográfico, tópico em que vai considerar, por exemplo, a posição da propriedade em relação aos pontos cardeais – pois esta influencia na quantidade e qualidade de luz solar que recebe, assim como ventos e chuvas.

No capítulo VII, começa a tratar dos trabalhadores – escravos e livres – sob o comando do proprietário. Enquanto neste capítulo ele se refere mais especificamente àqueles trabalhadores que estão sob as ordens diretas de alguém, seja o próprio senhor ou o administrador (*uilicus*) da propriedade, no capítulo VIII ele vai falar mais especificamente das qualidades que deve ter o administrador e de suas condições de trabalho.

Enfim, no capítulo IX, ele vai estabelecer alguns princípios relacionados à disciplina dos trabalhadores em geral e à divisão do trabalho em particular.

Todos esses pontos são, conforme tivemos o cuidado de apontar mais acima, fundamentados na tradição romana e ratificados por elementos filosóficos oriundos do

estoicismo. É dessa dupla filiação dos conceitos basilares de Columela que trataremos no capítulo seguinte.

5. TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

René Martin, em seu trabalho sobre os agrônomos latinos, vincula o fundamento da concepção de Columela acerca da natureza ao pensamento estoico. De fato, a obra de Columela se inicia com uma discussão em que são contrapostas as concepções de natureza epicurista - tal como esta se encontra em Lucrecio - e estoica - no que Martin identifica com uma vertente do medio estoicismo particularmente presente em Panécio, que corresponde à visão defendida por Columela. Tivemos oportunidade de examinar até aqui alguns aspectos da obra de Columela que revelam seu elevado grau de complexidade. Com efeito, pudemos verificar que o agrônomo latino toma como referência elementos de autores tão díspares, em se tratando de forma, como Catão, Varrão e Virgílio. Deste modo, há em sua obra ecos das exortações catonianas, assim como das questões discutidas nos diálogos que compõem a obra de Varrão, além da influência de Virgílio, que se torna evidente quando da sua tentativa de escrever um livro cuja necessidade o poeta havia ressaltado e que trata dos jardins, em versos hexâmetros, no livro X. Apesar da diferença entre a forma adotada por esses autores que Columela toma como fontes em suas obras, é possível traçar um fio condutor temático que os une a partir da busca de uma revitalização da tradição romana dos *mores*. Além disso, vimos como, no prefácio ao Livro I, que é também um prefácio geral a sua obra, ele toma como modelo da elaboração de seus argumentos, e, em certos aspectos, da própria constituição teórica da agronomia como disciplina, o *De Oratore* de Cícero. Sabe-se que há um viés claramente estoico que se revela em alguns aspectos das obras de Varrão e de Cícero, que, ademais, foi discípulo direto de Possidônio, o qual, por sua vez, fora aluno de Panécio. Assim, a obra de Columela revela que seu autor possuía um conhecimento que abarcava várias disciplinas e se estendia desde questões as relativas às técnicas da agricultura até o conhecimento das obras dos grandes escritores e filósofos gregos e latinos - o que pode ser constatado nas diversas citações que ele mesmo faz no decorrer de sua obra.

A influência do pensamento estoico é patente na discussão acerca da fertilidade da terra exposta por Columella em seu prefácio ao Livro I, mas esse não é o único ponto em que ela transparece. A formação do *agricola* proposta pelo autor se fundamenta em uma ética que revela evidentes traços estoicos, embora esteja enraizada na tradição romana. Esse compromisso do agrônomo latino com a tradição romana dos *mores* é, na verdade, o cerne de seu pensamento. Com efeito, essa foi uma tradição que se desenvolveu no seio da comunidade romana desde os seus primórdios, ligada a uma aristocracia rural que trabalhava suas próprias terras. Os valores afirmados pela tradição constituíam o âmago da identidade romana e eram

cultivados pela tradição e narrados nos *exempla*, que eram transmitidos no seio familiar e no meio social e introjetados desde a infância, povoando o imaginário romano e as obras dos grandes escritores.

Com a expansão romana, porém, houve grande influxo de novas ideias, que trouxeram novos cultos, novos costumes e novas narrativas acerca da constituição do homem e do universo, e que estavam particularmente presentes nas concepções filosóficas que se espelharam entre os romanos. Apesar de alguns focos de resistência a essas influências externas - como a promovida por Catão, o velho, que tinha na tradição romana seu grande referencial e se opunha aos filo-helênicos, que eram receptivos à cultura grega e a recebiam com entusiasmo -, havia uma atitude de acolhimento a essas novas maneiras de ser e de ver o mundo. Todavia, isso não significava um abandono completo das próprias tradições. Ao contrário, essas estiveram sempre presentes, e, não raro, era a elas que se recorria na busca de soluções para os problemas do dia a dia. Desta maneira, o que se percebe é que os romanos assimilavam às suas tradições diversos elementos novos que tinham por compatíveis com seus costumes. Essa assimilação foi particularmente notável com o estoicismo, que se tornou uma corrente filosófica de grande difusão no mundo romano. A aceitação da filosofia estoica pôde contar com o fato de que esta possuía uma grande afinidade, em muitos pontos, com a própria tradição romana - em especial no aspecto ético. Valores como a moderação, a justiça e a coragem, que eram conceitos centrais da ética estoica, eram já cultivados pelos romanos nos *mores*.

Essa afinidade conferia à filosofia estoica uma legitimidade especial, que a tornava como que uma justificativa teórica para os valores que os romanos já adotavam, e que estavam presentes em sua história. Examinando a aceitação do estoicismo pelos romanos, Moretti (1995) afirma que:

Una fra le principali strategie di penetrazione e diffusione della dottrina stoica – e che avrà parte non piccola nella sua persistente influenza sino alla tarda antichità – è quella di presentarsi con connotati arcaizzanti, sotto i panni rassicuranti di un’etica tradizionalistica. Vengono così valorizzate le testimonianze della sagesse tradizionale (in omaggio alla teoria riguardo ad un’epoca del passato ancora vicina a un ‘vero’ originario); si concentra l’interesse sull’etica, il cui rigorismo e la cui austerità si richiamano ad esempi della tradizione (il mito di Sparta, ancora attivo in ambiente romano, dove verrà associato al mito della Roma arcaica): tutti motivi, questi, che potevano ben trovare consonanza nel tradizionalismo romano¹⁰² (MORETTI, 1995, p 73).

¹⁰² Uma das principais estratégias de penetração e difusão da doutrina estoica – e que terá uma não pequena parte na sua persistente influência até a antiguidade tardia – é a de se apresentar com conotações arcaizantes, sob a aparência tranquilizadora de uma ética tradicional. Vêm assim valorizados os testemunhos da sabedoria tradicional (homenagem à teoria no que diz respeito a uma época do passado ainda vizinha de uma ‘verdade’

Desta forma, é possível constatar que os romanos se serviram do estoicismo para fundamentar filosoficamente certos aspectos de sua tradição, assimilando-o a valores cujas formas já estavam de alguma maneira consolidadas. Moretti comenta esse processo:

[...] nello stile stoico di stretta osservanza, più che in ogni altro stile filosofico del tempo, vi erano molti elementi su cui trovare una piattaforma di coincidenze con la severità della tradizione romana, o almeno con quell'immagine severa della tradizione e del *mos maiorum* che, in quel momento decisivo della penetrazione in Roma di cultura greca, andava stilizzandosi e distillandosi, per reazione, in ambienti e in personaggi come quello di Catone¹⁰³ (MORETTI, 1995, p 79).

Vemos, pois, que esse processo de assimilação do estoicismo pela tradição se apresenta como uma face da construção da identidade romana, que vai se manifestar na produção cultural da época. Conclui Moretti:

La cultura del tradizionalismo a Roma trovava allora nell'austerità stoica non solo tutta una serie di coincidenze e di consonanze: ma anche, proprio nel momento nodale del confronto con il mondo greco, delle formulazioni teoriche coerenti, tali da poter costituire gli elementi con cui costruirsi delle basi programmatiche, con cui prendere – insomma – risentita coscienza di se stessa¹⁰⁴. (ibid., p 80)

Assim, a incorporação do estoicismo não implicava exatamente tornar estoica a tradição romana, mas revestir a tradição de um estoicismo com o qual tinha pontos em comum e do qual podia se servir para adquirir uma maior precisão conceitual e expressiva. Com efeito, é possível encontrar até em Catão, que se colocava francamente em oposição ao filo-helenismo crescente em Roma, não só pontos em comum com a ética estoica, mas até mesmo com sua estilística – como a *breuitas* característica do estilo catoniano, que é uma tendência a expressar os pensamentos de forma sintética, a qual possuía uma correspondência com a *tradizione laconica* (ibid., p 80) dos romanos. Varrão, que tinha familiaridade com o estoicismo, se colocava, em seu *Rerum Rusticarum*, também em oposição a uma adoção

originária); concentra-se o interesse na ética, cujo rigor e cuja austeridade se convocam como exemplo de tradição (o mito de Esparta, ainda ativo em ambiente romano, onde virá associado ao mito da Roma arcaica): todos esses são motivos que podiam encontrar consonância no tradicionalismo romano.

¹⁰³ [...] no estilo estoico de estrita observância, mais que em qualquer outro estilo filosófico do tempo, havia muitos elementos em que se podia encontrar um programa de coincidências com a severidade da tradição romana, ou, ao menos, com aquela imagem severa da tradição e do *mos maiorum* que, naquele momento decisivo de penetração da cultura grega em Roma, ia se estilizando e formando pouco a pouco, por reação, em ambientes e personagens como aquele de Catão.

¹⁰⁴ A cultura do tradicionalismo em Roma encontrava, então, na austeridade estoica, não só toda uma série de coincidências e consonâncias, mas também, no momento verdadeiramente nodal de confronto com o mundo grego, formulações teóricas coerentes, de tal maneira a poder constituir os elementos com os quais poderia construir bases programáticas, com que tomaria, em suma, uma consciência viva de si mesma.

irrestrita dos costumes gregos, e Columela, por sua vez, adota posição similar. Tivemos inclusive oportunidade de observar, mais acima, como o agrônomo espanhol retoma, parafraseando, a crítica de Varrão ao fato de os romanos terem abandonado as colheitas para frequentar os teatros. Columela, ali, menciona o trecho de Varrão e inclui um comentário em que demonstra claramente não só sua censura a uma adesão ampla aos costumes estrangeiros, mas uma clara afirmação dos valores dos *mores*, quando remete a um passado, localizado em um tempo em que o homem romano não estava ainda habituado às sofisticções da vida urbana, em que a simplicidade da vida no campo parecia bastar para a sua realização plena (Cf. supra, p 76).

Nas páginas seguintes, vamos examinar essa relação que aparece na obra de Columela entre a tradição romana e a filosofia estoica, tal como ela se manifesta na caracterização do *perfectus agricola*, e que se dá principalmente através dos elementos éticos ali apresentados. Antes, porém, convém apresentar um panorama do estoicismo que chegou a Roma e cujos traços vão aparecer na obra do agrônomo.

5.1 O estoicismo do mundo grego ao romano

A filosofia estoica teve origem no século IV a.C., em Atenas, com Zenão de Cítio e, quando chegou a Roma, havia já passado por algumas reformulações. Os historiadores da filosofia costumam dividir o estoicismo em três períodos: um estoicismo primitivo (que tem como representantes seu fundador, o próprio Zenão; e Crisipo, um de seus principais compiladores); um estoicismo médio (cujos representantes são Panécio - que vai difundir o estoicismo entre os romanos que apreciavam a cultura grega, como os integrantes do Círculo dos Cipiões -; e Possidônio, que vai influenciar intelectuais como Cícero); além de um estoicismo tardio (em que terão proeminência romanos como Sêneca e Marco Aurélio).

Os estoicos dividiam seus estudos em três ramos do saber: a filosofia da natureza, a lógica e a ética. Havia, no entanto, uma íntima conexão entre essas disciplinas, de modo que elas constituíam como que três maneiras de se abordar o mesmo objeto. Essa interdependência era ilustrada nos símiles usados por eles para explicar como as disciplinas se relacionavam:

Philosophy, for the Stoics, is the ‘practice of wisdom’ or ‘the practice of appropriate science’ (SVF, ii 35, 36), and they explained the relationship of philosophy to its parts in a number of similes: ‘Philosophy is like an animal in which the analogue of bones and sinews is logic, that of the fleshy parts ethics, and that of the soul physics.’ In a second simile philosophy is compared to an egg which has logic as its

shell, ethics as its white and physics as the yolk. And according to a third simile, philosophy resembles a fertile field in which logic corresponds to the surrounding wall, ethics to the fruit and physics to the soil or vegetation (D.L. vii 40).

Clearly the chief object of these curious analogies is to show that philosophy is something organic to which each of its so-called parts makes an integral and necessary contribution. They need not, and I would argue should not, be interpreted as illustrating a hierarchy of subjects¹⁰⁵ (LONG, 1986, p 119).

É possível, contudo, perceber como o estoicismo se alicerça na sua filosofia da natureza, cujo conceito central é o *lógos*, a racionalidade inerente à natureza que, ao mesmo tempo, é sua origem e seu princípio de ordenação, do qual derivam suas leis. A centralidade do *lógos* na filosofia estoica revela também sua herança heraclitiana. Com efeito, sua definição no âmbito do estoicismo ainda carrega alguns dos traços que lhe deu Heráclito. Assim, o *lógos* é definido como um fogo criador, princípio da racionalidade manifesta na regularidade das leis naturais. Os estoicos viam a natureza como uma materialização desse *lógos*, que se infundia na matéria, ordenando-a e criando, de acordo com as possibilidades de sua organização, todos os tipos de entes. Essa ideia implicava uma concepção panteísta do universo, em que este é não apenas um reflexo da força criadora e ordenadora do *lógos*, mas sua própria manifestação no plano material. Com isso, os entes, apesar de sua diversidade, participavam de um todo original, e sua individualidade só poderia ser compreendida quando considerada em relação com esse todo - o que correspondia a uma noção de *simpatia universal*, que era característica dos estoicos e lhes conferia uma cosmovisão peculiar.

Como consequência dessa formulação da filosofia da natureza, a consciência humana era concebida como o ente que manifestava mais completamente as características do *lógos* no plano material. Com efeito, a consciência humana era definida nos próprios termos do *lógos*, como um princípio ordenador e cuja característica mais essencial era a racionalidade, que refletia a racionalidade da natureza e, assim, podia compreendê-la. No entanto, erros de julgamento poderiam fazer com que a consciência tomasse decisões equivocadas e se afastasse, em seu agir, da racionalidade inerente à natureza, em seu próprio prejuízo. Desta maneira, a lógica era considerada como a maneira de tornar o conhecimento humano o mais

¹⁰⁵ A filosofia, para os estoicos, é a ‘prática da sabedoria’ ou ‘a prática da ciência adequada’ (SVF, ii 35, 36), e eles explicam a relação da filosofia com suas partes por meio de um certo número de símiles: ‘A filosofia é como um animal, em que o análogo aos ossos e tendões é a lógica, a carne é a ética, e a alma é a física.’ Em um segundo símile, a filosofia é comparada a um ovo, onde a lógica é a casca, a ética é a clara, e a física é a gema. E, de acordo com um terceiro símile, a filosofia se assemelha a um campo fértil, em que a lógica corresponde ao cercado, a ética ao fruto, e a física ao solo ou à vegetação (D.L. vii 40).

O principal objetivo dessas curiosas analogias é claramente mostrar que a filosofia é algo orgânico, para a qual, cada uma de suas ditas partes faz uma contribuição integral e necessária. Elas não precisam, e eu diria não deveriam, ser interpretadas como ilustrando uma hierarquia de matérias.

próximo possível dessa racionalidade - que fazia com que a consciência refletisse as leis da natureza, que eram, na verdade, suas próprias leis. A partir do momento em que o conhecimento fosse um reflexo dessas leis, o indivíduo poderia tomar suas decisões em conformidade com elas, agindo, assim, em consonância com elas e realizando sua essência de maneira plena: esse era o objetivo da ética. Essa realização plena da consciência que se revelava na sua correspondência com as leis da natureza era a virtude. A correspondência entre a consciência e a natureza gerava a possibilidade de um julgamento correto (reta razão), que era a base de um agir de acordo com a virtude. Se os julgamentos não fossem corretos, a ação do homem poderia ser desviada, ou arrastada por seus apetites (cuja força poderia levar a julgamentos ainda mais equivocados), e ele se afastava, então, do agir virtuoso:

Impulses become passions if they are 'excessive' (SVF iii 479), and their excess manifests itself in the movement of the heart (SVF ii 899). The 'excess' of a passion is comparable to the sense in which a man running 'exceeds' a man walking. Chrysippus also said that passions are false 'judgements' which have as their predicate very good or very bad (SVF iii 466, 480). Fear is 'judgement of an impending evil which seems to be intolerable'. In so far as passions involve value judgements they do not differ from impulses. The difference between them is analysed in terms of 'reason'. Passions, as distinct from mere impulses, are 'not-rational'¹⁰⁶. (LONG, 1986, p 176)

No plano social, o homem era concebido como um ser político, e a participação política era encorajada como fazendo parte do conjunto de ações que contribuía para a realização plena do indivíduo. É possível compreender, assim, a partir dessa breve exposição dos princípios do estoicismo, quais as principais ideias que constituem seu fundamento. Essas são as ideias que estarão, aliadas à tradição dos *mores*, presentes na obra de Columela.

Antes, porém, de considerar quais aspectos do estoicismo aparecem na obra do agrônomo latino e sob que formas eles se revelam, cabe fazer algumas considerações acerca de qual estoicismo chegou a Columela. De fato, vimos acima que o estoicismo costuma ser dividido em três períodos, os quais são associados aos autores que são mais representativos de cada um deles. O estoicismo do período primitivo, com Zenão e Crisipo, desenvolveu particularmente a lógica, que era, para eles, o método para se abordar a natureza. A lógica, neste período, ganhou enorme sofisticação, adquirindo contornos próprios em relação a outros sistemas, como o aristotélico, por exemplo, e lançando a base conceitual de disciplinas que

¹⁰⁶ Impulsos se tornam paixões se são 'excessivos' (SVF iii 479), e seu excesso se manifesta no movimento do coração (SVF ii 899). O 'excesso' de uma paixão é comparável ao sentido em que um homem que corre 'excede' um homem que anda. Crisipo também dizia que paixões são falsos 'julgamentos' que têm por predicado muito bom ou muito mau (SVF iii 466, 480). O medo é 'um julgamento de um mal eminente que parece intolerável'. Na medida em que paixões envolvem julgamentos de valor, elas não diferem dos impulsos. A diferença entre eles é analisada em termos de 'razão'. Paixões, tomadas como distintas dos meros impulsos, são 'não-rationais'.

posteriormente alcançaram o *status* de ciências específicas, como a gramática, cujos conceitos herdamos das reflexões dos estoicos sobre o tema.

Conforme nos aproximamos do médio estoicismo, entretanto, vemos um foco cada vez maior na ética, que começa, além disso, a ganhar feições próprias em relação ao período anterior. A ética do período primitivo, com efeito, era tão rigorosa quanto a lógica que lhe conferia expressão. A conformidade com a natureza, como vimos, era considerada a expressão plena da virtude, que era o fundamento da felicidade. Os primeiros estoicos consideravam que a conformidade com a natureza era algo que ou estava presente de modo completo no indivíduo, ou estava completamente ausente, de maneira que tal conformidade existia, ou não. Assim, não havia um meio termo entre a virtude e o vício, o que tornava efetivamente impossível a realização dos objetivos dessa ética. Já no médio estoicismo, essa noção de virtude começou a ser atenuada por um princípio de realidade, que reconhecia que, pela definição dada anteriormente à virtude, não haveria nenhum virtuoso no mundo. Com isso, passou a considerar-se que a virtude plena era, na verdade, um ideal, do qual os homens atuais poderiam se aproximar ou se afastar.

Essa relativização da ética pelo médio estoicismo foi acompanhada de outras modificações nas ideias originais da escola. Com efeito, apesar do antigo rigor formal, o estoicismo não era tão dogmático quanto se poderia concluir a partir dessa característica. Havia nessa escola um espírito de busca do conhecimento e da verdade, e o caráter público do pórtico - onde seus simpatizantes se reuniam para discutir – alimentava esse espírito. Assim, Panécio incorporou ao estoicismo conceitos advindos do platonismo e do aristotelismo, e realizou uma relativização e humanização da ética. Além disso, são atribuídas a ele algumas modificações nos princípios da filosofia da natureza, como a integração da ideia da renovação da natureza que é adotada por Columela no início de seu tratado. Essa é, basicamente, a configuração do estoicismo que vai se desenvolver em Roma nos tempos de Columela.

5.2 Columela entre a tradição e a inovação: a caracterização do *Perfectus Agricola*

As ideias fundamentais do estoicismo, apesar de observáveis na obra de Columela, não são ali apresentadas com uma linguagem propriamente filosófica. Nem ele se submete de todo aos princípios da escola. Columela é um romano comprometido com o ideal dos *mores*, como evidencia a filiação explícita de seu pensamento àquele de Catão, Varrão, Virgílio e Cícero. Sua postura em relação a essa escola será aquela que enunciamos ao início deste

capítulo e que parece ter sido a posição mais comum entre os romanos: uma apropriação dos conceitos que estivessem de acordo com os princípios já presentes na tradição dos *mores*.

No Livro I do *De Re Rustica*, Columela, conforme já tivemos oportunidade de mostrar, acrescenta uma nova dimensão à agricultura. Com efeito, ele não se restringe, como Catão, a um receituário para estabelecer diretrizes para o cultivo da terra. Para ele, a agricultura deve ser compreendida a partir de sua relação com as disciplinas que lhe são complementares, e deve ter-se em conta a experiência daqueles que vivenciaram sua prática nos mais diversos lugares e tempos. O sucesso da ação do homem que se lança nesse empreendimento não depende apenas de um conhecimento normativo da disciplina. O verdadeiro agricultor é fruto de uma formação ética que o coloca em relação com um âmbito maior da realidade: social, quando se leva em conta o ideal do cidadão romano; e até cósmico, se entendido a partir da concepção estoica da relação entre o homem e o universo.

Deste modo, o grande projeto de Columela no Livro I, ao tentar mostrar a importância de se considerar a agricultura a partir de uma nova dimensão e de lançar-lhe as bases enquanto disciplina, é a construção do ideal do *perfectus agricola*. Esse ideal, como já anunciamos, é caracterizado a partir de uma conjunção dos valores ligados à tradição dos *mores* com a conceituação oriunda da filosofia estoica. Esta, contudo, estará presente, de maneira subjacente e integrada àquela tradição. Assim, o *perfectus agricola* se revelará, em seus traços mais evidentes, como uma encarnação dos valores romanos tradicionais, conjugados com os princípios estoicos.

Este ideal, no entanto, não é percebido como um ideal estático. Ao contrário, o *perfectus agricola* é um homem lançado no tempo, sujeito a suas transformações e sujeito das transformações que realizará em si e no mundo. Ele está atento à influência do ambiente natural e social, além de projetar-se em um movimento em direção ao futuro. Ele tem a consciência de que sempre haverá algo novo a incorporar ao conjunto de seu conhecimento - dadas as limitações da consciência frente à infinidade das manifestações da existência -, e de que mesmo seu aperfeiçoamento enquanto indivíduo moral e social jamais atingirá a antiga virtude perfeita dos primeiros estoicos, mas haverá sempre algo a realizar. Enfim, o *agricola* de Columela não é meramente um técnico ou mercador, e sua formação é, antes, uma formação de caráter. Deste modo, veremos como o autor do *De Re Rustica* se empenha, em especial no decorrer do Livro I de sua obra, em caracterizar o *perfectus agricola*.

O pressuposto do *De Re Rustica*, enunciado, primeiramente, em seu prefácio, é o de que não basta um conhecimento normativo das técnicas da agricultura para realizá-la com

êxito. Na verdade, mesmo esse conhecimento das técnicas deve derivar de um conhecimento de seus fundamentos, pois só assim será possível torná-lo dinâmico e passível do tipo de progresso contínuo que Columela parece desejar imprimir ao estudo e prática da agromomia. Essa ideia de uma prática que se sobrepõe à teoria e a reformula à medida que aprende com a experiência, ele a apresenta claramente no primeiro capítulo do Livro I:

Hos igitur, P. Siluine, priusquam cum agricolatione contrahas, aduocato in consilium, nec tamen sic mente dispositus uelut summam totius rei sententiis eorum consecuturus, quippe eiusmodi scriptorum monumenta magis instruunt quam faciunt artificem. Vsus et experientia dominantur in artibus, neque est ulla disciplina in qua non peccando discatur. Nam ubi quid perperam administratum cessit inprosperare, uitatur quod fefellerat inluminatque rectam uiam docentis magisterium. Quare nostra praecepta non consummare scientiam sed adiuuare promittunt¹⁰⁷ (*De R.R.*, I, I, 15-6)

O ideal de agronomia, portanto, é o de uma disciplina que se desenvolve pela sua relação com outros campos do conhecimento, pela leitura das obras daqueles que sobre ela se debruçaram, assim como pelo confronto com a experiência daqueles que a ela se dedicaram. Mas seu desenvolvimento depende, antes de tudo, da atitude que tem seu postulante para com seu estudo e sua prática. Essa atitude, segundo Columela, corresponde a um determinado tipo de caráter, que ele identifica com aquele cultivado na tradição romana do *mos maiorum*. Conforme tivemos ocasião de examinar mais acima, já havia uma tendência a encontrar no estoicismo um instrumento para sofisticar a expressão da tradição romana, a partir de seu aparato conceitual. Columela se vale, certamente, desse recurso, e é notável a proximidade de suas ideias com as derivadas dessa escola. No entanto, ele obviamente se vale de ideias de vários sistemas de pensamento. Esse caráter eclético e pragmático parece, pois, ser a melhor maneira de definir a postura do agrônomo espanhol.

Isso não significa, porém, que não seja possível identificar algumas linhas mestras, e a conjugação da tradição dos *mores* com o estoicismo é, de fato, uma marca relevante. É possível, portanto, depreender esse traço do modo como o autor caracteriza o *perfectus agricola*, ou seja, o homem que possui as qualidades necessárias para compreender e praticar a agricultura. Este é, de fato, dentro de sua obra, uma criação literária concebida para dar vida a uma concepção idealizada – e filosoficamente fundamentada – do homem que será o

¹⁰⁷ Chama em conselho estes homens, P. Silvino, antes que tenhas negócio com a agricultura, não entretanto com a disposição de conseguires a completude de toda a matéria através de suas máximas, pois as obras de tais escritores mais instruem que fazem o artífice. São a prática e a experiência que dominam nas artes, e não há disciplina em que não se aprenda errando. Pois, quando uma coisa mal administrada resultou em fracasso, evita-se o que tinha levado ao erro, e o ensinamento do mestre ilumina o caminho certo. Por essa razão, nossos preceitos não prometem esgotar a ciência, mas vir em seu auxílio.

resultado de seu projeto pedagógico. Esse ideal se materializa na maneira como Columela o apresenta: através dos *exempla*; das comparações - muitas vezes antitéticas; dos preceitos extraídos de suas fontes, da tradição e da experiência; assim como das descrições de seu modo de ser e agir. Essa imagem do *perfectus agricola* é apresentada como um modelo cujo objetivo é exortar a um estilo de vida que fundamenta a prática da agricultura.

Para compreender por que Columela elabora a imagem de seu *perfectus agricola* utilizando esses recursos, é fundamental conhecer o público para o qual ele escreve. De fato, ele se dirige a um público específico com o qual estabelece um diálogo, que é veiculado por seu texto escrito em forma de epístolas. Esse público fica personalizado na figura de Públio Silvino, seu interlocutor, e se torna objeto da intenção pedagógica transformadora do autor – ou seja, ele é seu *perfectus agricola* em potencial. Trata-se dos homens da aristocracia romana, que constituem sua classe dirigente e representam o ideal romano. Columela começa sua obra com uma referência negativa a esse grupo, e essa negatividade advém de uma postura relativamente recente, que ele atribui a um distanciamento da tradição romana, que gera uma conseqüente decadência da sua atividade econômica primordial. Assim, o primeiro parágrafo do prefácio abre com uma antítese entre o comportamento atual da classe dirigente romana (representada pela palavra *principes*, que aparece logo na primeira frase) e o comportamento daqueles ancestrais que legaram os costumes associados à tradição dos *mores*, a quem o autor atribui a construção da grandiosidade de Roma (e que estão representados pela expressão *maiorum nostrorum*, logo ao final, na última frase do parágrafo) (Cf. supra, p 70, nota 72).

A argumentação é apresentada numa sequência de antíteses no restante do parágrafo. Columela deixa transparecer a natureza filosófica do debate em que se insere ao fazer referência à *ratione certa*, que diz respeito à doutrina epicurista, usada pelos adversários do agrônomo para justificar a falta de fecundidade da terra¹⁰⁸. Segundo ele, certos homens atribuem a culpa¹⁰⁹ desse processo à própria natureza - cuja perda da fertilidade original seria devida a um processo de envelhecimento¹¹⁰ irreversível. A essa postura, oriunda da doutrina epicurista, ele opõe outra que advoga que a natureza é dotada de uma fertilidade perpétua¹¹¹, que implica sua renovação contínua, ou eterna juventude¹¹².

¹⁰⁸ “[...] defatigatum et effectum solum [...]” (Cf. supra, p 68, nota 65)

¹⁰⁹ “[...] culpantis [...]” (Cf. loc.cit.)

¹¹⁰ “[...] consenuisse [...]” (Cf. supra, p 68, nota 68)

¹¹¹ “[...] perpetua fecunditate [...]” (Cf. loc.cit.)

¹¹² “[...] diuinam et aeternam iuuentam [...]” (Cf. loc.cit.)

A referência a uma fecundidade inerente¹¹³ à natureza é, pois, uma marca da vinculação dessas ideias ao sistema dos estoicos, que concebe essa fecundidade como uma característica própria da fonte original da existência - que cria porque é fecunda. Enfim, enquanto os adversários de Columela atribuíam a falta de fertilidade da terra a uma causa incontrolável – como o seu envelhecimento ou o clima -, ele demonstrava que essa causa estava na própria atitude dos proprietários de terras¹¹⁴, que, tendo abandonado o antigo costume de acompanhar de perto o cultivo de suas terras, entregaram-nas a terceiros¹¹⁵. A indignação de Columela com a constatação desses fatos transparece na adjetivação superlativa que contrapõe a falta de compromisso dos que agora cultivam a terra no lugar dos proprietários¹¹⁶ ao que deveria ser a atitude destes: aquela dos antepassados¹¹⁷ que viviam comprometidos com suas terras.

Após o breve exórdio que introduz o tema da obra, Columela passará, como vimos, a definir a agricultura como uma prática alicerçada numa disciplina que é o resultado da integração de vários campos do conhecimento, constituindo, pois, um projeto de um saber multidisciplinar. Ele apresentará sua argumentação através de uma série de analogias entre o estudo da agricultura e de outras disciplinas. Seu foco continua sendo o reconhecimento do estado lamentável da agricultura, cuja prática foi deixada aos escravos e colonos, enquanto seu estudo foi substituído pelo de outras disciplinas nem sempre detentoras do mesmo grau de nobreza. A estratégia argumentativa se mantém como a que notamos no seu primeiro parágrafo: ele ressalta os contrastes através das antíteses, que são amplificadas através de hipérboles e ironias, assim como ilustrados pelos *exempla*. Sua função é a de caracterizar os nobres romanos como um grupo que se afastou de suas raízes, deixando como resultado a decadência da agricultura.

Columela reconhece como origem desses fatos uma postura moral que tem reflexos políticos. Partindo dessa constatação, ele antevê uma futura crise econômica. Essa caracterização negativa da aristocracia romana estabelece um contraste com a do *perfectus agricola*, cuja imagem é, por ora, construída indiretamente, através da lógica implícita da argumentação – ele teria as qualidades opostas aos defeitos que a aristocracia apresenta.

¹¹³ “[...] primus ille mundi genitor [...]” (Cf. supra, p 68, nota 68)

¹¹⁴ “[...] nostro potius accidere uitio [...]” (Cf. supra, p 70, nota 72)

¹¹⁵ “[...] pessimo cuique seruorum [...] dedimus [...]” (Cf. loc.cit.)

¹¹⁶ “[...] pessimo [...]” – ao que ele acrescenta, para amplificar seu efeito, o símile: “[...] uelut carnifici noxae [...]” (Cf. loc.cit.)

¹¹⁷ “[...] maiorum nostrorum optimus [...]” – cujo efeito ele amplifica pela repetição em quiasmo: “[...] optime tractauerat [...]” (Cf. loc.cit.)

O parágrafo em questão (*De R.R.*, I, Praef., 3-6) é dividido em duas partes paralelas. Em ambas, Columela inicia remetendo às disciplinas às quais os romanos costumam dedicar seus estudos e termina se lamentando de que não dão valor ao estudo da agricultura. O início da primeira parte abre com uma afirmação de caráter evidentemente irônico¹¹⁸, enquanto que a segunda parte retoma a primeira, amplificando-a¹¹⁹. Na primeira parte, ele enumera as disciplinas tidas como nobres, começando pela oratória, para reforçar a relação que estabelece entre o modelo desta como ciência multidisciplinar e a agricultura, que será baseada nesse modelo na sequência do texto¹²⁰. Na sequência, outras disciplinas são elencadas a título de *exempla*, mais uma vez, na intenção de se atribuir à agricultura, pela associação com essas disciplinas, um *status* de nobreza:

Atque ego satis mirari non possum quid ita dicendi cupidi seligant oratorem cuius imitentur eloquentiam, mensurarum et numerorum modum rimantes placitae disciplinae consectentur magistrum, uocis et cantus modulatorem nec minus corporis gesticulatorem scrupulosissime requirant saltationis ac musicae rationis studiosi; | iam qui aedificare uelint fabros et architectos aduocent, qui nauigia mari concredere gubernandi peritos, qui bella moliri armorum et militiae gnaros, et ne singula persequar, ei studio quod quis agere uelit consultissimum rectorem adhibeat, denique animi sibi quisque formatorem praeceptoremque uirtutis e coetu sapientium arcessat: sola res rustica, quae sine dubitatione proxima et quasi consanguinea sapientiae est, tam discentibus egeat quam magistris.¹²¹ (*De R.R.*, I, Praef., 3-5)

Neste trecho, é possível notar como, ao evocar o texto ciceroniano do *De oratore*: “[...] et quasi parentem eam, quam φιλοσοφίαν Graeci uocant [...]” (*De Or.*, I, III, 9), quando associa a agronomia à *sapientia*, como faz Cícero com relação à retórica, ele se refere à ciência agrária como uma disciplina irmã da filosofia. É digno de nota que *sapientia*, além de ser um termo que poderia referir-se à filosofia, era uma outra designação de *prudentia*, a sabedoria, considerada pelos estoicos uma virtude cardeal, ou fundamento das virtudes, e que consistia em um conhecimento teórico cuja validade era verificada por seus resultados práticos: “But the Stoics generally held that all wisdom must justify itself by practical results”

¹¹⁸ “[...] Atque ego satis mirari non possum [...]” (Cf. supra, p 73, nota 78)

¹¹⁹ “[...] quod magis mirandum est [...]” (Cf. supra, p 74, nota 79)

¹²⁰ “[...] quid ita dicendi cupidi seligant oratorem cuius imitentur eloquentiam [...]” (Cf. supra, p 73, nota 78)

¹²¹ E não me canso de admirar de que os desejosos de discursar escolham um orador de quem imitem a eloquência; de que os que examinam a dimensão das medidas e dos números sigam um professor da disciplina que lhes agrada, e de que os estudiosos da ciência da música e da dança busquem meticulosamente um maestro da voz e do canto não menos que os pantomimos; além disso, (não me canso de admirar de que) os que querem construir chamem operários e arquitetos, os que desejam confiar navios ao mar chamem peritos na arte da navegação, os que desejam preparar guerras chamem conhecedores das armas e do serviço militar, e, para que eu não enumere cada uma das ações, de que para qualquer estudo que alguém deseje praticar, convide um experiente guia, enfim de que cada um que quer um formador do espírito e preceptor da virtude, o chame da multidão dos sábios: e de que só a agricultura, que é sem dúvida a mais próxima e como que irmã da sabedoria, careça tanto de alunos quanto de mestres.

¹²² (ARNOLD, 1911, p 306). Vemos, deste modo, como Columela se vale das referências às disciplinas para caracterizar, indiretamente, seu *perfectus agricola*, pois vincula as virtudes a elas associadas àquelas por ele atribuídas ao seu ideal de agrônomo.

Na segunda parte do trecho, ele volta a se referir às disciplinas. Agora, contudo, não fala daquelas nobres, mas das que tem por objeto, segundo ele, “os mais desprezíveis dos vícios” :

Adhuc enim scholas rhetorum et, ut dixi, geometrarum musicorumque uel, quod magis mirandum est, contemptissimorum uitiorum officinas, gulosius condiendi cibos et luxuriosius fericula struendi, capitumque et capilorum concinnatores non solum esse audiui sed et ipse uidi, agricolationis neque doctores qui se profiterentur neque discipulos cognoui [...] ¹²³ (*De R.R. I, Praef., 5-6*)

Assim, é possível notar que há um par opositivo central no texto desse parágrafo que contrapõe *sapientia* e *uitium*. Esse par está associado às disciplinas e, indiretamente, àqueles que as cultivam, e estabelece uma oposição entre o *perfectus agricola/sapientia* e os *principes/uitium*, cujo comportamento atual ele censura.

No parágrafo seguinte, ele retoma a exposição em termos semelhantes ao parágrafo anterior, mas com uma mudança de perspectiva a partir da qual vai, agora, considerar a agricultura. Se, no parágrafo anterior, ele considerou a agricultura enquanto objeto de estudo e ensino, ele vai agora considerá-la como uma profissão ou meio de se obter riquezas. O texto remete, na verdade, a uma ideia já presente em Catão, de que a agricultura seria uma atividade econômica essencialmente honesta¹²⁴, estando associada, por isso, ao bom cidadão, cujo protótipo é o cidadão-camponês-soldado, louvado na tradição dos *mores*. Diz o texto de Catão, na abertura de seu *De agri cultura*:

Est interdum praestare mercaturis rem quaerere, nisi tam periculosum sit, et item fenerari, si tam honestum sit. Maiores nostri sic habuerunt et ita in legibus posiverunt, furem dupli condemnari, feneratorem quadrupli. Quanto peiorem civem existimarint feneratorem quam furem, hinc licet existimare. Et virum bonum quom laudabant, ita laudabant, bonum agricolam bonumque colonum. Amplissime laudari existimabatur qui ita laudabatur¹²⁵. (*Agr., I, 1-2*)

¹²² Mas os estoicos geralmente consideravam que toda sabedoria deveria justificar-se pelos resultados práticos.

¹²³ Pois até aqui, não só ouvi, mas eu mesmo vi, como eu disse, escolas de oradores, geômetras e músicos, ou, o que é mais de se admirar, oficinas dos vícios mais desprezíveis, de como temperar os alimentos com mais gula, de como dispor os pratos com mais luxo, e de enfeitadores de cabeças e cabelos; e não conheço doutores da agricultura que se apresentem, nem discípulos.

¹²⁴ “[...] quod omni crimine caret [...]” (Cf. supra, p 73)

¹²⁵ Ocasionalmente, seria preferível obter riqueza do comércio, se não fosse tão perigoso, e igualmente emprestar a juros, se fosse tão honesto. Nossos antepassados assim julgaram e colocaram nas leis: condenar o ladrão em dobro, o usurário em quádruplo. Daí é lícito julgar que eles consideravam o usurário um cidadão pior que o

Columela retoma a temática de Catão, mas estende a comparação a várias profissões, com a finalidade de contrapor o caráter do *perfectus agricola*, que se dedica a uma profissão em que o homem colabora com a natureza, gerando uma riqueza que não existiria sem essa relação, com o caráter do homem romano de seu tempo, que muitas vezes busca obter riquezas que ele mesmo não produziu, mas que chegam a suas mãos através de algum tipo de rapina, como no exemplo da rapina de guerra. A consideração de Columela, neste trecho, revela que ele tinha uma intuição das questões que vieram, em seguida, a integrar o debate acerca da origem e finalidade da riqueza - que tem início na Antiguidade e perpassa, posteriormente, toda a história do pensamento econômico -, assim como das relações desta questão com seu aspecto ético. Com efeito, Aristóteles já condenava a usura com base na ideia de que esta era uma atividade em que se buscava a riqueza como um fim. Ele, no entanto, em sua *Política*, defendia que a riqueza é sempre um meio para se obter algo mais nobre, nunca um fim em si mesma:

What is wealth, Aristotle asks? Is it, as Solon had said, limitless? Or is it a means to an end and therefore limited by that end? The answer is categorical. Wealth is a means, necessary for the maintenance of the household and the *polis* (with self-sufficiency a principle in the background), and, like all means, it is limited by its end. Of course, he continues, there is the second, money-making sense of *chrematistike*, and that is what has led to the false opinion that there is no limit to wealth and property. This attitude to wealth indeed sees it as limitless, but it is against nature and therefore not a proper subject of ethical or political discourse, on his fundamental principle that ethics has a natural basis.¹²⁶ (FINLEY, 1970, p 16)

Columela parte, portanto, de um princípio semelhante, mas que considera a própria origem da riqueza e sua relação essencial com a ética. A agricultura não tem apenas a propriedade de ser a fonte primordial da riqueza¹²⁷, mas também a de conformar o homem às leis da natureza - princípio fundamental da ética estoica - uma vez que, em sua prática, o homem deve aprender a conhecer essas leis e agir de acordo com elas. A agricultura torna-se, assim, uma verdadeira escola de formação de valores, em que os princípios da *prudencia*,

ladrão. E quando louvavam um homem bom, assim o louvavam: Bom agricultor e bom fazendeiro! Quem era assim louvado julgava ser esplendidamente louvado.

¹²⁶ O que é a riqueza? pergunta Aristóteles. Seria ela, como afirmou Sólon, ilimitada? Ou seria um meio para atingir um fim e, portanto, limitada por esse fim? A resposta é categórica. A riqueza é um meio, necessário para a manutenção da família e da *polis* (com a auto-suficiência como princípio em sua base), e, como todo meio, ela é limitada por esse fim. É claro, continua ele, que há o segundo sentido, lucrativo, da *chrematistike* (arte de ganhar dinheiro), e foi isso que levou à falsa opinião de que não há limite para a riqueza e a propriedade. Essa atitude para com a riqueza, na verdade, a vê como ilimitada, mas isso é contra a natureza e não é, portanto, apropriado como matéria de um discurso ético ou político, devido a seu princípio fundamental de que a ética tem uma base natural.

¹²⁷ A origem da riqueza é o tema central da obra de Adam Smith, que inaugura a disciplina econômica, introduzindo o debate acerca de sua fonte: se o valor trabalho ou o valor utilidade.

iustitia, *fortitudo* e *temperantia* – virtudes cardeais da escola estoica que, ademais, possuem seus correspondentes na tradição dos *mores* - são cultivados pelo espírito como o solo é cultivado pelo homem, e são gerados, junto com os frutos da terra, pelo labor do dia a dia. Diz ele:

Quo magis prodigio simile est quod accidit, ut res corporibus nostris uitaeque utilitati maxime conueniens minime usque in hoc tempus consummationem haberet, idque sperneretur genus amplificandi relinquendique patrimoni quod omni crimine caret. Nam cetera diuersa et quasi repugnantia dissident a iustitia, nisi aequius existimamus cepisse praedam ex militia, quae nobis nihil sine sanguine et cladibus alienis adfert. An bellum per obsessa maris et negotiationis alea sit optabilior, ut rupto naturae foedere terrestre animal homo uentorum et maris obiectus irae fluctibus pendeat, semperque ritu uolucrum longinqui litoris peregrinus ignotum pererret orbem? An faeneratio probabilior sit, etiam is inuisa quibus succurrere uidetur? Sed ne caninum quidem, sicut dixere ueteres, studium praestantius locupletissimum quemque adlatrandi et contra innocentis ac pro nocentibus, neglectum a maioribus, a nobis etiam concessum intra moenia et in ipso foro latrocinium¹²⁸. (*De R.R.*, I, Praef., 7-9)

Conforme apontamos mais acima, é possível verificar como Columela constrói a caracterização de seu *perfectus agricola* pela oposição com o comportamento de seus contemporâneos representantes da aristocracia romana. É essa oposição que se manifesta quando ele trata das atividades humanas, estabelecendo um contraponto entre a agricultura e aquelas outras em que a obtenção da riqueza não lhe parece legítima, numa clara referência à conformidade dessas atividades com a *iustitia*. Veremos, mais adiante, como a *iustitia* é um conceito que adquire especial relevância no pensamento de Columela, estando particularmente ligado à ética estoica e à tradição romana. No trecho examinado, por exemplo, nota-se que a agricultura é por vezes mencionada através de qualidades que destacam essa conformidade, como quando ele destaca a necessidade vital que temos de seus produtos e recorda que o ser humano integra, em última instância, a própria natureza¹²⁹. Em

¹²⁸ Por isso parece mais assombroso o que acontece: que o bem mais conveniente para o proveito de nossos corpos e vida tivesse até este tempo uma menor realização e que a maneira de aumentar e transmitir o patrimônio que carece de todo crime fosse desprezada. Pois as demais se afastam da justiça, opostas e como que contrárias a ela; a menos que julguemos mais justo tomar espólios da guerra, que não nos traz nada sem o sangue e a ruína alheia. Acaso, para os que detestam a guerra*, seria preferível a sorte do mar e do negócio; que o homem, este animal terrestre, tendo rompido o contrato da natureza, lançado à ira dos ventos e do mar, penda das ondas, e erre sempre, no costume dos pássaros, peregrino de um litoral longínquo, pelo orbe desconhecido? Acaso a usura, odiada até por aqueles a quem parece socorrer, é mais louvável? Mas tampouco seria mais louvável a inclinação canina, como diziam os antigos, de ladrar a cada distinto ricaço, contra os inocentes e em favor dos culpados, desprezado pelos antepassados, crime ainda admitido por nós entre nossas muralhas e no próprio fórum.

*bellum per obsessa] bellum perosis ç (RODGERS, 2010, p 3)

¹²⁹ “[...] res corporibus nostris uitaeque utilitatti maxime conueniens [...]” (Cf. supra, p 98, nota 128)

outro momento, ele considera a agricultura uma atividade econômica livre de vícios e de acordo com a justiça¹³⁰.

As outras formas de se obter riquezas são, portanto, apontadas como estando em oposição à *iustitia*: a rapina militar, o comércio – em especial através do transporte de mercadorias por via marítima –, a usura e a prática desonesta da advocacia. Para Columela, portanto, a conformidade de uma atividade com a *iustitia* transparece na sua relação com as leis naturais, como ocorre com a agricultura. Ele marca o distanciamento dessas leis, estabelecendo uma série de pares opositivos que se baseiam numa correspondência fundamental entre campo/cidade - justiça/injustiça. Em alguns momentos, ele marca esse afastamento de modo explícito¹³¹, em outros, se limita a fazer uma alusão mais branda a uma ideia de natureza humana, deixando implícita a necessidade de se cultivar uma conformidade com essa natureza¹³², que, se não realizada, caracterizaria um afastamento da sua humanidade essencial¹³³. Esse afastamento da natureza é apresentado como equivalente a um afastamento da justiça¹³⁴, e se revela, aqui, na condenação do espólio de guerra, como injustiça em relação ao outro¹³⁵, e, em seguida, na condenação da usura¹³⁶.

O emprego das antíteses reflete, pois, aquela tendência estoica de contrapor para ressaltar, através de um efeito de *amplificatio*, que era o fundamento de sua lógica e se manifestava com uma força peculiar nos *paradoxa*, que não tinham, na época, uma acepção idêntica à que têm hoje na retórica moderna, mas designavam um tipo de raciocínio que tinha por objetivo um distanciar-se do pensamento comum (*doxa*). Esse era um tipo de raciocínio essencialmente silogístico e configurado como um entimema, cujas premissas implícitas o ouvinte/leitor devia depreender para que sua compreensão fosse realizada plenamente. Embora na época de Columela o recurso à lógica estoica original já tivesse perdido força, inclusive pela intervenção dos representantes do estoicismo médio e pela tendência eclética que marcou o estoicismo romano – vale lembrar que ali tinha maior relevância a ética que a lógica ou a filosofia da natureza –, é possível verificar que a argumentação do agrônomo, assim como sua compreensão da natureza, apresenta, também, características próprias dessa escola – ainda que, no âmbito da retórica, não use, certamente, os *paradoxa* em sentido estrito, mas apenas as antíteses, como uma forma diluída de efeito semelhante.

¹³⁰ “[...] genus amplificandi relinquendique patrimonio quod omni crimine caret [...]” (Cf. supra, p 98, nota 128)

¹³¹ “[...] rupto naturae foedere [...]” (Cf. loc.cit)

¹³² “[...] ritu uolucrum [...]” (Cf. loc.cit)

¹³³ “[...] longinqui litoris peregrinus ignotum pererret orbem? [...]” (Cf. loc.cit)

¹³⁴ “[...] dissident a iustitia [...]” (Cf. loc.cit)

¹³⁵ “[...] cepisse praedam ex militia, quae nobis nihil sine sanguine et cladibus alienis adfert [...]” (Cf. loc.cit)

¹³⁶ “[...] An faeneratio probabilior sit etiam inuisa...? [...]” (Cf. loc.cit)

Moretti, que examina detalhadamente essas características da retórica estoica e sua apropriação por escritores romanos, destaca, inclusive, que havia no recurso aos *paradoxa* uma tentativa de colocar em evidência a conformidade da natureza humana ao *lógos*, uma vez que a consciência do homem dele se aproximava pelo traço da racionalidade:

Nel sistema stoico, i paradossi svolgono evidentemente una funzione per dir così di spiazzamento intellettuale del pubblico: l'etica della Stoà, distinguendo nettamente i giudizi valutativi basati sulla *φύσις* animale da quelli basati sulla *φύσις* razionale, sul *λόγος*, si oppone esplicitamente, proprio attraverso i paradossi, al senso comune, per proporre un nuovo sistema normativo¹³⁷. (MORETTI, 1995, p 164)

Mais adiante, Moretti vai ratificar a ideia de que os argumentos, na tradição estoica, eram apresentados com o recurso fundamental às antíteses, o que representava uma herança de sua dialética:

Troviamo riconfermato qui quel legame con la dialettica stoica che si era sottolineato nel capitolo precedente: nello stesso tempo, diventa abbastanza chiaro come dalla base dialettica e sillogistica si sviluppi una tradizione di *sententiae* a base antitetica que si svincolano dalle loro origini vivendo di una vita propria, dotata di straordinaria incisività letteraria¹³⁸. (ibid., p 167)

Conforme aponta a autora, essa tradição ‘se desvincula de suas origens’, sendo incorporada a uma tradição literária mais ampla, da qual Columela é, certamente, um herdeiro, como procuramos demonstrar acima.

É conveniente ressaltar, contudo, que Columela estabelece essas oposições com base em valores já cultivados nos *mores*. A contraposição estabelecida entre a rapina militar, ou a usura, e a agricultura, por exemplo, também está presente em outros autores que fazem uma defesa da tradição romana. A ambição desenfreada na prática da advocacia, a que Columela se refere, já era condenada pela tradição: no referido trecho ele a caracteriza como ‘inclinação canina’, como diz que a chamavam os antigos¹³⁹. Depois, ele esclarece que esta era a atitude

¹³⁷ No sistema estoico, os paradoxos desempenham evidentemente uma função, por assim dizer, de deslocamento intelectual do público: a ética da Estoa, distinguindo nitidamente os juízos valorativos baseados na *φύσις* animal daqueles baseados na *φύσις* racional, no *λόγος*, se opõe explicitamente, precisamente através dos paradoxos, ao senso comum, para propor um novo sistema normativo.

¹³⁸ Encontramos novamente confirmado aquele elo com a dialética estoica que foi sublinhado no capítulo anterior: ao mesmo tempo, torna-se bastante claro como da base dialética e silogística se desenvolveu uma tradição de *sententiae* de base antitética que se desvinculou de suas origens, vivendo uma vida própria, dotata de extraordinária eficácia literária.

¹³⁹ “[...] caninum [...], sicut dixere ueteres, studium [...]” (Cf, supra, p 98, nota 128)

daqueles que ladravam ‘contra os inocentes e em favor dos celerados. Segundo ele, quem agia assim se afastava dos antepassados¹⁴⁰.

A vinculação de suas ideias à tradição do *mos maiorum* revela-se, pois, notadamente, na referência constante aos antigos. Sempre que Columela quer ratificar alguma de suas posições e conferir-lhe legitimidade, é aos antigos que ele recorre, valendo-se dos *exempla*. Este era um recurso retórico amplamente usado na transmissão da tradição dos *mores*. Lausberg, em seu minucioso estudo da retórica, ressalta que o *exemplum* se define pelo recurso a uma fonte externa, seja de caráter histórico ou literário, que constitui prova capaz de justificar uma alegação através de uma relação de semelhança (*similitudo*) (LAUSBERG, 1975, pp 204-5). Esse recurso é amplamente usado por seu forte apelo ético e pode ser considerado através de uma ótica positiva ou negativa – caso em que, geralmente, é usado para produzir um efeito de contraposição. Sua eficácia se dá, pois, através da semelhança (*exemplum simile*) ou da diferença (*exemplum contrarium*). Columela se vale dos *exempla* em toda sua amplitude de possibilidades, recorrendo a fatos e personagens históricos ou literários, caracterizando uma determinada virtude com a ilustração de uma personagem nobre, ou estabelecendo um contraste com um exemplo negativo, no intuito de gerar um sentimento de desgosto ou desprezo, caso em que o recurso às antíteses é particularmente eficaz. Assim, Columela constrói a imagem de seu *perfectus agricola*, que é, na verdade, a representação de um ideal, buscando dar-lhe o máximo de materialidade, através dos *exempla*.

O *perfectus agricola* é, pois, antes de tudo, um modelo moral, como o é o *perfectus orator* ciceroniano, e implica a necessidade - para atingir a completude - de uma formação de caráter que é fundamental para a plena realização das qualidades indispensáveis para as suas atividades. Este aspecto fica particularmente evidente quando Columela, da mesma maneira que Cícero, destaca que a mera introjeção de determinados preceitos técnicos não atinge o essencial e forma apenas um mero repetidor de fórmulas, inapto para lidar de maneira criativa com as situações sempre novas que a realidade lhe impõe e com as consequências éticas e políticas de sua atividade, que implicam uma responsabilidade que transborda da esfera individual para a social.

A partir deste momento, deter-nos-emos na elaboração conceitual das virtudes que Columela atribui a seu *agricola* e na apropriação que delas faz para sua caracterização. Com efeito, essa caracterização do *perfectus agricola* se dá através das virtudes romanas retratadas na narrativa do *mos maiorum*, mas elas podem apresentar uma roupagem conceitual oriunda

¹⁴⁰ “[...] neglectum a maioribus [...]” (Cf. supra, p 98, nota 128)

da elaboração estoica ou serem por elas complementadas. Essa elaboração conceitual das virtudes constitui, pois, a matéria prima com a qual o autor constrói seu agricultor ideal, e ela está presente, explícita ou implicitamente, nas imagens e argumentos que integram seu texto.

Embora seja possível encontrar variações na enumeração das virtudes (PEREIRA, 2009), costuma-se apontar a existência de um grupo de virtudes cardeais já identificadas pelo menos desde Platão. Em artigo sobre o assunto, Wallace-Hadrill afirma que o cânone das virtudes seria socrático em sua origem e constituído das seguintes: coragem (*ἀνδρεία*), temperança (*σωφροσύνη*), justiça (*δικαιοσύνη*) e sabedoria. (*φρόνησις, σοφία*) (Cf. WALLACE-HADRILL, 1981). O autor ressalta que esse cânone sofreu algumas alterações, mas foi retomado pelos estoicos mais ou menos nas mesmas bases, até ser incorporado à tradição romana. Com relação a esse percurso, Wallace-Hadrill afirma que:

It is the Stoics who confirm the idea of a canon, reestablishing the Platonic four, and turning other virtues into subspecies of these. By the time of Cicero this is firmly established, and he constantly rehearses the four as an assumed fact of moral philosophy: he renders them as *fortitudo* (not *virtus*), *temperantia/continentia*, *iustitia* and *prudentia/sapientia*. What canonised this group perhaps more effectively than Stoic systematization were the rigid prescriptions of rhetoric: in rhetorical handbooks, whether Cicero and Quintilian, or the arid imperial tracts collected in Spengel's *Rhetores*, the prescription is constant, that to praise a man, in particular a king, the orator must demonstrate the four virtues¹⁴¹. (WALLACE-HADRILL, 1981, p 301)

Já E. Vernon Arnold (1911), em seu clássico trabalho sobre o estoicismo, *Roman Stoicism*, enumera essa mesma lista de quatro virtudes cardeais, acrescentando que um detalhamento de suas variantes pode incluir várias outras subespécies:

But generally speaking the division of Virtue into the four cardinal virtues of Wisdom, Justice, Courage and Soberness is accepted as sufficient; by subdivision the number of virtues may be increased to any extent; and in the scholastic classifications of virtue we find lists which have multiplicity for their direct aim¹⁴². (ARNOLD, 1911, p 305)

¹⁴¹ São os estoicos que confirmam a ideia de um cânone, reestabelecendo as quatro virtudes de Platão e fazendo com que outras virtudes integrassem subespécies das originais. No tempo de Cícero, esse cânone já está firmemente estabelecido, e ele constantemente enumera as quatro virtudes como um fato assumido da filosofia moral: e ele as traduz como *fortitudo* (e não *virtus*), *temperantia/continentia*, *iustitia* and *prudentia/sapientia*. O que canonizou esse grupo mais efetivamente que a sistematização estoica foram as rígidas prescrições retóricas: nos manuais de retórica, seja de Cícero ou Quintiliano, nos áridos textos imperiais coletados nos *Rhetores* de Spengel, é constante a prescrição de que para louvar um homem, em particular um rei, o orador deve demonstrar as quatro virtudes.

¹⁴² Contudo, falando em termos genéricos, a divisão da Virtude nas quatro virtudes cardeais da Sabedoria, Justiça, Coragem e Sobriedade é aceita como suficiente. Por subdivisão, o número de virtudes pode ser aumentado indefinidamente; e nas classificações escolásticas da virtude encontramos listas que encontram uma multiplicidade adequada para seu objetivo.

Em nota a esse trecho, Arnold acrescenta uma lista das virtudes encontrada em Sêneca, que vale reproduzir aqui. Diz ele:

For the virtues recognised by Chrysippus and other see Arnim, iii 262-293; we find a sufficiently long list in Seneca: *fortitudo, fides, temperantia, humanitas, simplicitas, modestia ac moderatio, frugalitas et parsimonia, clementia*, Ep. 88, 29 and 30¹⁴³. (ARNOLD, 1911, p 305)

A lista de Sêneca é particularmente interessante para a identificação das virtudes na obra de Columela, uma vez que, em vários momentos, ele remete às virtudes do *perfectus agricola* – teremos oportunidade de comentar esses trechos e verificar a correspondência com o cânone das virtudes elencado pelos estoicos. No decorrer de sua obra, essas virtudes aparecem, na verdade, ilustradas através dos *exempla*, devendo o leitor reconhecê-las pelas manifestações das qualidades por eles apresentadas. A lista de Sêneca oferece exemplos de virtudes que parecem integrar subdivisões de algumas das virtudes cardeais (como *simplicitas, modestia* e *frugalitas* - associadas à *temperantia*), assim como de virtudes mais relacionadas à tradição dos *mores*, como a *fides*; e que são mais facilmente identificáveis no texto de Columela.

Arnold oferece, em seu trabalho, uma definição de cada uma das virtudes cardeais que reproduzimos aqui para que se tenha uma ideia mais clara de como essas virtudes eram compreendidas no mundo antigo. Vejamos, pois, o essencial da definição de cada uma delas. Com relação à sabedoria, afirma Arnold:

Wisdom (*φρονησις, prudentia*) is considered by Zeno not only as the first of the virtues, but as the foundation of all; so that Courage is wisdom in suffering, Justice is Wisdom in distribution, and Soberness is Wisdom in enjoyment. His successors treated Science (*επιστημη, scientia*) as the parent virtue, thus placing Wisdom side by side with the other cardinal virtues, yet losing the point of Zeno's genealogy. The writers of the later periods desired to recognise separately contemplative wisdom, and therefore introduced as a subdivision of the first cardinal virtue 'Speculation' (*σοφια, sapientia*). But the Stoics generally held that all wisdom must justify itself by practical results¹⁴⁴. (ibid., p 306)

¹⁴³ Para as virtudes reconhecidas por Crísipo e outros, veja-se Arnim, iii 262-293; encontramos uma lista suficientemente longa em Sêneca: *fortitudo, fides, temperantia, humanitas, simplicitas, modestia ac moderatio, frugalitas et parsimonia, clementia*, Ep. 88, 29 e 30.

¹⁴⁴ A Sabedoria (*φρονησις, prudentia*) é considerada por Zenão não apenas como a primeira das virtudes, mas como o fundamento de todas elas; assim, a Coragem é a sabedoria no sofrimento, a Justiça é a sabedoria na distribuição, e a Sobriedade é a sabedoria na fruição do prazer. Seus sucessores trataram a Ciência (*επιστημη, scientia*) como uma virtude original, colocando a Sabedoria lado a lado com as outras virtudes cardeais, perdendo, assim, o ponto da genealogia de Zenão. Os escritores de períodos posteriores quiseram reconhecer separadamente uma sabedoria contemplativa e introduziram, como uma subdivisão da primeira virtude cardinal a Contemplação (*σοφια, sapientia*). Mas os estoicos geralmente consideravam que a sabedoria deveria justificar-se através de resultados práticos.

A segunda virtude cardeal, a justiça, Arnold assim a define:

The second cardinal virtue is Justice (*δικαιοσύνη, iustitia*) [...]. Cicero distinguishes Justice in the narrower sense from ‘Beneficence’. Justice proper is a political virtue, and consists in respect for the rights and property of individuals. By nature indeed all things are common; but since they have become private property by occupation, conquest, law, contract, and so forth, individuals may keep their own, provided they do not forget that they have always the duty of contributing to the common good, and that even slaves have reasonable claims upon them. Beneficence needs the guidance of principle, and must be determined by considerations of person and occasion. The claims of persons upon us depend on propinquity; country, parents, wife and children must be first considered, then other relatives, then fellow-citizens, lastly men in general. [...] The virtue of Justice appealed specially to the statesman in both its applications, and is dealt with fully by Panaetius, and by Cicero after him¹⁴⁵. (ARNOLD, 1911, p 307)

A virtude da coragem tem desdodamentos de especial importância:

The third cardinal virtue is Courage (*ανδρεία, fortitudo*), which retains the tradition of the ‘strength and force’ of Socrates. This again, according to Cicero, has two parts, one passive, which consists in despising fortune and its buffets, and is in harmony with the picture of the wise man as usually drawn; the other part, which we may call Greatness of Soul (*μεγαλοψυχία, magnitudo animi*) is shown in the undertaking of great enterprises. The virtue of Courage is characteristically Stoic, and may be considered, like its counterpart Wisdom, as the foundation and source of all virtues; the knowledge of good and evil can only be attained by the soul that is duly strung to vigorous resolution. The Stoics of the principate perhaps insist most of all on this virtue, which alone makes men independent of all that it lies with Fortune to give and to take away. The man of courage will therefore detach himself from fortune’s gifts; he will treat them as household furniture lent to him which may be at any moment recalled.

Courage appears in its highest development in the face of tyranny and death. [...] To pain he answers ‘if I can bear it, it will be light; if I cannot bear it, it cannot be long’. Amidst all the extremities of fire and rack men have been found who never groaned, never begged for mercy, never answered a question, and, indeed laughed heartily¹⁴⁶. (ibid., p 308-9)

¹⁴⁵ A segunda virtude cardeal é a Justiça (*δικαιοσύνη, iustitia*) [...]. Cícero faz uma distinção entre Justiça em um sentido mais estrito de ‘Beneficência’. Justiça, propriamente falando, é uma virtude política e consiste no respeito aos direitos e propriedade dos indivíduos. Por natureza, todas as coisas são comuns; mas desde que elas se tornam propriedade privada por conta de ocupação, conquista, lei, contrato, e assim por diante, cada indivíduo deve manter a sua, desde que não esqueça que eles têm sempre o dever de contribuir para o bem comum, e que até os escravos têm reivindicações razoáveis sobre eles. A beneficência precisa da orientação de um princípio, e deve ser determinada por considerações de pessoa e ocasião. Os direitos das pessoas sobre nós dependem da proximidade: país, pais, esposa e crianças devem ser consideradas antes de outros familiares, então os compatriotas, e finalmente os homens em geral. [...] A virtude da Justiça diz respeito especialmente ao homem de Estado em ambas as suas aplicações, e foi considerada largamente por Panécio, e por Cícero depois dele.

¹⁴⁶ A terceira virtude cardeal é a Coragem (*ανδρεία, fortitudo*), que mantém a tradição do ‘vigor e força’ de Sócrates. Novamente, de acordo com Cícero, ela tem duas partes, uma passiva, que consiste no desprezo da sorte e seus golpes, e está em harmonia com a imagem do homem sábio tal como ela é frequentemente descrita; a outra parte, que podemos chamar de Grandeza de Espírito (*μεγαλοψυχία, magnitudo animi*) se revela na iniciativa de grandes empreendimentos. A virtude da Coragem é tipicamente estoica, e pode ser considerada, assim como a sua contraparte – a Sabedoria -, como fundamento e fonte de todas as virtudes; o conhecimento do bem e do mal só pode ser atingido pela alma que é devidamente retesada para um vigoroso propósito. Os estoicos do principado são talvez os que mais insistem nessa virtude, que sozinha torna o homem independente de tudo que depende de ser dado ou retirado pela Sorte. O homem de coragem, portanto, desprende-se dos dons

Como se pode notar pela descrição dada por Arnold para o bravo, a história de Roma, ao menos aquela lendária que integrava a narrativa do *mores*, está repleta de exemplos de homens que demonstravam essa virtude – como Horácio Cocles ou Múcio Cévola –, ratificando sua importância para a identidade do homem romano.

Mais adiante, ele acrescenta algumas palavras acerca do aspecto ativo da coragem:

The ‘free departure’ is the most striking illustration of passive courage, but even before it was abused Cicero at least had perceived the attraction which this attitude of soul possesses, and its opposition to the spirit of active enterprise which he calls Greatness of Soul, and which he advocates perhaps more on Academic than on Stoic lines. Still the Stoics had already defined Courage as ‘virtue fighting in the front rank in defense of justice’. A good man must indeed regard power and wealth as things indifferent; but he is to be blamed if he makes this an excuse for avoiding public life, and leaving to others magistracies at home or commands in the war¹⁴⁷. (ARNOLD, 1911, p 311)

Finalmente, diz ele acerca da temperança:

The fourth cardinal virtue is Soberness (*σωφροσύνη, temperantia*). Of this there are various definitions, and amongst them that it is the principle which regulates our natural appetites so that they are neither in excess nor in defect. From Cicero’s point of view Soberness embraces all the virtues, for it is in the due regulation of the impulses that virtue consists¹⁴⁸. (ibid., p 312)

Procuramos mostrar que Columela constrói a imagem do *perfectus agricola* através, exatamente, de sua caracterização por meio das virtudes, o que ocorre principalmente nos *exempla*, e que estes podem ser positivos ou negativos, caso em que funcionam, basicamente, por contraste, tendo aí um papel fundamental as antíteses. Através das definições de virtude que Arnold nos oferece ao tratar da ética estoica, podemos constatar, comparando com as

da sorte; ele os trata como uma mobília doméstica que lhe é emprestada e pode ser requisitada a qualquer momento.

A Coragem se manifesta em seu mais alto grau em face da tirania e da morte. [...] O bravo responde à dor: ‘se eu posso suportá-la, ela será leve; se eu não posso, não poderá ser longa’. Em meio aos extremos do fogo e tormenta, houve homens que nunca gemeram, nunca imploraram por clemência, nunca responderam a uma questão e, na verdade, riram entusiasticamente.

¹⁴⁷ A ‘morte voluntária’ é a mais admirável ilustração da coragem passiva, mas, mesmo antes que fosse usada excessivamente, Cícero, ao menos, percebeu a atração que essa atitude da alma possuía, e sua oposição ao espírito do empreendimento ativo que ele chama de Grandeza de Espírito, e que ele defende talvez em linhas mais acadêmicas que estoicas. No entanto, os estoicos já haviam definido a Coragem como ‘virtude que luta na linha de frente em defesa da justiça’. Um homem bom deve, na verdade, considerar o poder e a riqueza como coisas indiferentes; mas ele será censurado se fizer disso uma desculpa para fugir à vida pública, e deixar a outros as magistraturas na pátria, ou os comandos das guerras.

¹⁴⁸ A quarta virtude cardinal é a Sobriedade (*σωφροσύνη, temperantia*). Há várias definições dessa virtude, e, dentre elas, a de que é o princípio que regula nossos apetites naturais, de maneira que não haja nem excesso, nem falta. Do ponto de vista de Cícero, a Sobriedade abarca todas as virtudes, pois a virtude consiste propriamente na devida regulação dos impulsos.

virtudes propostas por Columela, que são essas, de maneira geral, as mesmas virtudes que ele atribui ao *perfectus agricola*.

Columela, contudo, não se restringe, como já demonstramos, à configuração estoica das virtudes na caracterização do *perfectus agricola*, mas realiza, na verdade, uma integração entre estas e aquelas cultivadas na tradição dos *mores*. Assim, por exemplo, o agrônomo apresenta, no início do Livro I, após o prefácio, uma curiosa relação das qualidades específicas que o agricultor deve possuir para conduzir seu empreendimento com sucesso. Essa relação apresenta uma adaptação dos conceitos filosóficos à realidade prática da propriedade rural. Com efeito, ao comentar as qualidades que deve ter o agricultor ao início de seus trabalhos, ele afirma que:

Qui studium agricolationi dederit, antiquissima sciat haec sibi aduocanda: prudentiam rei, facultatem inpendendi, uoluntatem agendi. Nam is demum cultissimum rus habebit, ut ait Tremelius, qui et colere sciet et poterit et uolet. Neque enim scire aut uelle cuiquam satis fuerit sine sumptibus quos exigunt opera, nec rursus faciendi aut inpendendi uoluntas profuerit sine arte, quia caput est in omni negotio nosse quid agendum sit, maximeque in agri cultura, in qua uoluntas facultasque citra scientiam saepe magnam dominis adferunt iacturam cum imprudenter facta opera frustrantur inpensas. Itaque diligens pater familiae, cui cordi est ex agri cultu certam sequi rationem rei familiaris augendae, maxime curabit ut et aetatis suae prudentissimos agricolas de quaque re consulat et commentarios antiquorum sedulo scrutetur atque aestimet quid eorum quisque senserit, quid praeceperit; an uniuersa quae maiores prodiderunt huius temporis culturae respondeant an aliqua dissonent¹⁴⁹. (*De R.R.*, I, I, 1-4)

O trecho citado pertence ao início do Livro I, após o prefácio, e traz o início das considerações de Columela acerca da propriedade, sua aquisição, organização e administração. Neste momento, o autor, que logo em seguida vai tratar da compra do terreno – e, por conta disso, vai avaliar sua melhor localização, as potencialidades do solo e as características da vizinhança -, começa seu texto com uma mudança de tom em relação ao texto anterior. No prefácio, havia a necessidade de justificar a agricultura como prática e disciplina. Ali, ele demonstrava sua necessidade, sua nobreza e as consequências de seu

¹⁴⁹ Aquele que se dedicar à agricultura, saiba que deve empregar estas coisas muito preciosas: conhecimento do assunto, capacidade de investir e vontade de fazer. Pois terá, enfim, um campo muito bem cultivado, como diz Tremélio, aquele que saiba, possa e queira cultivar. Pois não seria suficiente a alguém saber e querer, sem os dispêndios que os trabalhos exigem; nem, ao invés, adiantaria a vontade de fazer ou investir, sem o conhecimento, porque é essencial em todo negócio conhecer o que se deve fazer, e principalmente na agricultura, na qual a vontade e a capacidade, sendo o conhecimento insuficiente, frequentemente trazem grande prejuízo aos senhores, quando os trabalhos realizados imprudentemente frustram os investimentos. E assim, o diligente chefe de família a quem é do agrado seguir um meio seguro de aumentar o patrimônio a partir do cultivo da terra cuidará de consultar os mais experientes agricultores de seu tempo sobre cada assunto, assim como examinar atentamente e valorizar os comentários dos antigos, o que cada um deles julgou, o que aconselhou, ou se todas as coisas que os antepassados transmitiram satisfazem à cultura de nosso tempo ou se em alguma coisa destoam.

abandono, e, em seguida, apresentava o ideal do *perfectus agricola*. A partir do início do Livro I propriamente dito, o texto assume um outro tom e se torna mais prescritivo: as imagens tornam-se mais concretas e descritivas, e há um uso abundante do imperativo e do subjuntivo jussivo tal como é possível observar também no *De agri cultura* de Catão.

Nesse início do Livro I, antes de transferir seu foco para a propriedade, Columela trata por alguns instantes das qualidades do *perfectus agricola*. Aqui, ao invés de usar as imagens retiradas da tradição para apresentar as virtudes do homem romano, ele cita nominalmente as qualidades que julga indispensáveis para que alguém possa iniciar um empreendimento agrícola: *prudentia rei, facultas impendendi, voluntas agendi*. Essa relação apresenta algumas características que devem ser observadas. A primeira das qualidades remete diretamente às virtudes cardeais que examinamos mais acima (*prudentia*), embora a especifique de maneira a relacioná-la diretamente à prática da agricultura (*prudentia rei*). A última das qualidades (*voluntas agendi*) relaciona diretamente a prática à sua força motriz, a vontade, vinculando-a à *fortitudo* e à *temperantia*. Podemos verificar que, nessas qualidades, Columela remete a dois princípios da consciência reconhecidos pela psicologia dos antigos (papel que cabia à *Ética*): um princípio cognitivo e outro volitivo – ligando-os a suas respectivas virtudes. A *voluntas agendi*, nesse caso, manifesta-se com aquela propriedade da propensão à realização de grandes empreendimentos citada por Arnold, a *magnitudo animi*.

Também relacionada a esta virtude está uma qualidade específica do *perfectus agricola* enquanto alguém que exerce uma atividade econômica e pertence a uma determinada classe, a *facultas impendendi*¹⁵⁰. Não temos aqui uma qualidade do espírito, como são as demais virtudes, mas uma qualidade associada a um fator social que depende, inicialmente, de um fator externo: o acaso. Os estoicos, em princípio, não costumavam incluir esse tipo de fator dentre as circunstâncias que promoviam a felicidade, que era fruto da virtude somente, e dependia, portanto, apenas do empenho individual. Aristóteles, contudo, admitia a necessidade de fatores externos favoráveis - como amigos e riquezas - como uma circunstância necessária à realização da felicidade - que, para o Estagirita, assim como para os estoicos, nada mais era que o resultado da plena realização humana. Ainda assim, ele não admitia esses fatores sem restrições.

O fato de Columela incluir a capacidade de investir como elemento essencial para o sucesso do empreendimento agrícola revela-se ligado de alguma forma a uma tradição que já existia e à qual ele se refere – uma vez que ele mesmo remete a Tremélio Escrofa como fonte

¹⁵⁰ Capacidade de investir.

dessa afirmação. Se essa observação é devida ao próprio Escrofa, a um conhecimento já arraigado e reconhecido (oriundo da experiência), ou se remonta a algum sistema de pensamento como o estoico ou o aristotélico, é uma questão em aberto. No entanto, há, nessa passagem, a curiosa inserção da referência a uma qualidade que parece indicar apenas um elemento econômico.

A inclusão da *facultas impendendi* no rol de qualidades admitidas por Columela levanta uma questão importante acerca do espírito empreendedor do homem romano. Vimos que alguns autores contemporâneos afirmam que o investimento não era empregado, no mundo romano, como estímulo para um desenvolvimento dito “tecnológico”, e que o pouco investimento que de fato havia era direcionado, justamente, para a compra de terras. Columela, ao se referir à capacidade de investimento, indica que havia um reconhecimento de que a aquisição de uma propriedade poderia dar retornos financeiros. Essa constatação nada tem de estranha, pois encontra-se mais ou menos explícita em sua obra como um todo, assim como está alinhada com as ideias que encontramos em Catão e Varrão. Contudo, também vemos em Columela uma confirmação de que boa parte dos ganhos obtidos pelos membros da aristocracia romana pareciam ser direcionados para o consumo de luxo – ou, quando muito, para projetos políticos. Quando algum capital era voltado para o investimento em terras, esse investimento parecia consistir apenas em aquisição de mais terras, e não em busca de aumento de produtividade. Uma confirmação dessa ideia é o fato, mencionado pelo agrônomo, de que os proprietários deixavam as terras ao cuidado de terceiros – fato que não seria, em princípio, de grande importância, pois o próprio Columela admite essa prática e apresenta algumas sugestões para realizá-la de modo a garantir aumento, e não diminuição, de produtividade, como quando fala da necessidade de um *uilicus* que cuide da propriedade na ausência do senhor e de sua formação: ali ele vai falar do *perfectus uilicus*. Mas ele ressalta que essa prática era realizada numa atitude de surpreendente descaso para com a importância da atividade agrícola, uma vez que as terras eram deixadas de lado, aos cuidados do “pior dos servos”¹⁵¹. Assim, vemos no projeto de Columela uma substancial mudança de postura que está sintetizada nas qualidades fundamentais que ele atribui ao *agricola* (*prudencia rei, facultas impendendi, uoluntas agendi*) e se realiza no desenvolvimento de uma disciplina agrária indissociável de sua prática.

Com efeito, a menção a uma *facultas impendendi* não parece se referir apenas a uma capacidade proporcionada pela posse do capital, pois ela só teria sentido se correspondesse a

¹⁵¹ “[...] pessimo seruorum [...]” (De R.R. I, Praef., 3)

uma necessidade de fazer com que esse capital fosse produtivo, gerando riqueza para seu possuidor e para a comunidade. Deste modo, a *facultas inpendendi* só se realizaria, na verdade, se tivesse como pressuposto a importância de tornar esse investimento produtivo através da agricultura. Todavia, para que essa intenção se realize de fato, o agrônomo destaca, também, a necessidade de tornar a própria atividade da agricultura mais produtiva. Para isso, é necessária a *prudencia rei*, cujo objeto é matéria da ciência agrária, a qual consiste no atento estudo da natureza e das técnicas que, implementadas pelo homem, intensificam a capacidade geradora inerente à própria natureza. Há, pois, nesse processo, uma colaboração entre o homem e a natureza que é promovido pela intervenção da atividade racional daquele no sentido de amplificar a força criadora desta. Essa intervenção só é possível se houver uma *uoluntas agendi*, uma atuação da vontade, que só pode existir se houver a consciência de sua importância e eficácia. Esse é, exatamente, o cerne do *De Re Rustica*: mais que uma obra informativa, destinada a fornecer uma determinada quantidade de preceitos acerca da agricultura, trata-se de uma obra formativa, cujo objetivo é conquistar o seu leitor e despertar nele o desejo de promover a agricultura enquanto conhecimento e prática.

Todo esse projeto é explicitado, de início, no prefácio, onde Columela constrói a imagem do *perfectus agricola* que ele desenvolverá e ratificará através da obra. Com efeito, o prefácio tem essa função de atingir o imaginário do leitor para mover a sua vontade: *docere, delectare et mouere*, tal como recomendava Cícero (Cf. *De Or.*). Nessa perspectiva, encontramos o agrônomo de Gades em sua dimensão de educador, que ele soma à de agricultor. Ele sabe que, para que tenha êxito em seu propósito, tem a árdua tarefa não só de conquistar seu público, mas de nele imprimir o desejo de desenvolver aquelas qualidades que vão promover o sucesso de seu empreendimento. Assim, no prefácio, ele apresenta essas qualidades revestidas pela tradição dos *mores*, pelos exemplos dos escritores e pelos conceitos dos filósofos. No início do Livro I, ele nomeia e apresenta aquelas qualidades indispensáveis que acabamos de comentar e que constituem a base de sustentação da formação e da atividade do *agricola*. Ao longo da obra, embora ele não abandone as referências às discussões iniciais, será apresentado o *agricola* em ação, e este será o momento em que ele vai provar o valor daquelas qualidades que demonstrou no começo da obra. Neste ponto de seu tratado, ele deixa de falar do *perfectus agricola*, que corresponde ao ideal de um projeto pedagógico, e passa a referir-se ao *prudens agricola*, conforme teremos ocasião de observar, que é o *agricola* formado pela experiência e descrito na prática de seu ofício.

Resumindo, vimos que essas qualidades correspondem a certas virtudes que remontam à tradição romana, além de integrarem uma reflexão filosófica por parte de vários autores

desde a Grécia. Podemos estabelecer de que maneira a conjunção dessas tradições converge para um determinado número de virtudes cardeais e mostrar como certas circunstâncias podem acrescentar variações a esse conjunto central. As qualidades da *prudentia rei*, da *facultas inpendendi* e da *uoluntas agendi* aparecem, pois, como uma das possibilidades dessas variações, aplicada à formação do tipo particular de indivíduo que é o *perfectus agricola* e que determina sua base de sustentação. No entanto, aquele conjunto das virtudes cardeais mantém sua importância nessa formação. Vejamos, agora, como Columela apresenta essas virtudes em alguns de seus momentos mais significativos.

A *prudentia* é a primeira virtude a ser mencionada por Columela. Ele a menciona logo no primeiro parágrafo do prefácio. Ali, essa virtude aparece associada ao reconhecimento de uma concepção de natureza atribuída aos estoicos e que se opõe, como vimos, à ideia epicurista de uma natureza que envelhece progressivamente: “[...] neque prudentis est credere Tellurem, quae diuinam et aeternam iuuentam sortita communis omnium parens dicta sit [...]” (Cf. supra, p 68, nota 68).

A referência à *prudentia*, nesse caso, se dá pela sua consideração como uma virtude que é atribuída a um determinado tipo de homem: o *prudens*. Esse homem, segundo Columela, não aceita a concepção epicurista da natureza. Ele a concebe, na verdade, à maneira estoica, que vê a natureza dotada de uma eterna juventude que lhe proporciona uma renovação constante. René Martin, que aponta com propriedade a vinculação de Columela ao pensamento estoico, vê no uso da expressão *neque prudentis est* uma contraparte de vários termos usados nessa passagem que sugerem uma associação¹⁵² que ele identifica como “[...] de caractère quasi-religieux [...] réellement mystique [...]”¹⁵³ (MARTIN, 1971, p 299). Com efeito, ele afirma que:

[...] Il est en effet tout à fait curieux de constater que, par l’expression *neque prudentis*, Columelle introduit la notion de raisonnable dans un contexte parfaitement irrationnel¹⁵⁴ (ibid., p 299).

Ele mesmo esclarece, em seguida, a vinculação filosófica do termo:

Dès l’abord Columelle donne ainsi à un ouvrage technique une dimension philosophique – et même religieuse; la seconde est donnée par le terme *fas*, et la première par *prudentis*: non seulement le philosophe épicurien est impie – se qui va

¹⁵² “[...] neque fas est [...] primus ille mundi genitor [...] Tellurem [...] diuinam et aeternam [...]” (Cf. supra, p 68, nota 68)

¹⁵³ [...] de caráter quase-religioso [...] realmente místico [...]

¹⁵⁴ [...] com efeito, é absolutamente curioso constatar que, com a expressão *neque prudentis*, Columela introduz a noção de racionalidade em um contexto perfeitamente irracional.

de soi -, mais il ne possède même pas la vertu de *prudentia*¹⁵⁵ (MARTIN, 1971, p 300).

Martin, embora associe o termo *prudens* a um contexto filosófico, parece confirmar, aqui, a noção de que o estoicismo não se opunha completamente ao sistema religioso romano, mas via nele uma manifestação de fenômenos para os quais a filosofia oferecia uma perfeita justificativa. Assim, é certo que *creator* é uma designação do *lógos*, que para os estoicos era um princípio criador, mas era também o princípio de racionalidade inerente à natureza e que lhe garantia a ordem através de suas leis. Os estoicos consideravam que os deuses eram personificações dessas leis – e por isso reconheciam sua validade -, e vemos exatamente que Columela chama a natureza de *Tellus* – também chamada *Terra mater* -, associada à Gaia dos gregos, deusa que personificava a terra que gera e nutre.

Entretanto, Martin aponta com propriedade que Columela vê o epicurista como alguém desprovido da virtude da *prudentia*. De fato, uma vez que uma opção pela virtude depende, para os estoicos, de uma correta avaliação da realidade – que é proporcionada justamente pela *prudentia* -, não só o epicurista carece de *prudentia*, como de todas as outras virtudes. Columela estende essa avaliação aos seus contemporâneos, pois, ou justificam a falta de fertilidade da terra pelo argumento de base epicurista¹⁵⁶, ou se comportam em oposição à ética estoica, que exorta o homem a cultivar as virtudes, confirmando a ausência da sabedoria.

Na verdade, já no início do prefácio, Columela introduz uma antítese cara aos estoicos e que opunha o sábio (*sapiens*), que ele chama de *prudens*, ao *stultus*. Essa antítese era um lugar comum da retórica estoica. Moretti comenta acerca desse tema, que aparece como motivo em várias *sententiae* estoicas, afirmando que:

Ma osservando più attentamente queste *sententiae* che, como concludevamo al capitolo precedente, nascono da un'etica di impostazione radicale, giocata su blocchi concettuali nettamente contrapposti (il *sapiens* da una parte, gli *stulti* dall'altra, senza mediazione di sorta), si deve constatare che al fondo di esse si cela una ben definita struttura antitetica¹⁵⁷. (MORETTI, 1995, p 162)

¹⁵⁵ Desde logo, Columela imprime, assim, a uma obra técnica uma dimensão filosófica – e mesmo religiosa; a segunda é dada pelo termo *fas*, e a primeira pelo termo *prudens*: não somente o filósofo epicurista é um ímpio – o que é óbvio -, mas ele não possui nem mesmo a virtude da *prudentia*.

¹⁵⁶ “[...] ciuitatis nostrae principes [...] uelut certa ratione mitigantis [...]” (Cf. supra, p 68, nota 65)

¹⁵⁷ Mas observando mais atentamente essas *sententiae* que, como concluímos no capítulo precedente, nascem de uma ética de determinação radical, apresentada em blocos conceituais nitidamente contrapostos (o *sapiens* de uma parte, os *stulti* de outra, sem mediação de nenhuma espécie), deve-se constatar que em seu fundo se oculta uma bem definida estrutura antitética.

Esse contraste entre o *sapiens* e o *stultus* está na base da caracterização do *perfectus agricola*, que adquire contornos ainda mais definidos quando sua imagem é contraposta aos exemplos antitéticos identificados na referência ao estilo de vida da aristocracia romana contemporânea de Columela, como ocorre no trecho que examinamos. Apenas vale lembrar que aquela rigidez da ética estoica mencionada por Moretti já havia sido relativizada no estoicismo médio. Essa relativização foi tão assimilada por Columela que aparece também associada ao domínio da disciplina que ele exigia de seu postulante. Assim, ao final do prefácio, após demonstrar a vasta extensão da ciência agrônômica, ele afirma que não é necessário conhecê-la toda ou ter-lhe um domínio completo¹⁵⁸, demonstrando, com relação à aquisição do conhecimento, essa relativização que já os estoicos aceitavam com relação à ética.

O contraste entre o *sapiens (prudens)* e o *stultus* se revela, portanto, pela primeira vez, na oposição que Columela estabelece entre a visão estoica e a epicurista acerca da fertilidade da terra. A posição por ele defendida, contudo, que afirmava ser a natureza dotada de uma fertilidade eterna, não parece ser uma posição exclusiva dos estoicos, mas encontra eco na tradição romana. Com efeito, a referência a *Tellus* parece sugerir uma concepção da natureza de matriz originalmente romana que coincide com a estoica. Martin parece deixar em aberto essa interpretação ao considerar que:

La doctrine de la stérilité croissante (ou de l'épuisement progressif) du sol apparaissait au premier siècle de notre ère comme une théorie ancienne (*uetus*), qui était vraisemblablement apparue en Grèce et qui avait dû être soutenue par un grand nombre d'agronomes helléniques¹⁵⁹; (MARTIN, 1971, p 296)

Em seguida, ele conclui:

Dans ces conditions, il n'est peut-être pas très exact de dire avec M. Suaudeau que Columelle était le protagoniste de la thèse "*noua*", par opposition à la thèse "*antiqua*" qui serait celle de la stérilité croissante du sol. Car si cette dernière était effectivement ancienne, il n'en reste pas moins qu'à Rome elle était, au premier siècle de notre ère, relativement récente, ne s'y étant répandue que postérieurement à Varron, soit depuis une soixantaine d'années environ. Columelle, en la combattant, n'opposait pas une théorie nouvelle à une théorie ancienne, mais dénonçait une doctrine d'origine étrangère et contraire à la tradition romaine¹⁶⁰. (ibid., p 296)

¹⁵⁸ “[...] Summum enim culmen adfectantes satis honeste uel in secundo fastigio conspiciemur [...]” (*De R.R.*, I, Praef., 29)

¹⁵⁹ A doutrina da esterilidade crescente (ou esgotamento progressivo) do solo aparecia no primeiro século de nossa era como uma teoria antiga (*uetus*), que havia aparecido verdadeiramente na Grécia e que devia ter sido sustentada por um grande número de agrônomos helênicos;

¹⁶⁰ Nessas condições, não é exato, talvez, dizer com M. Suaudeau que Columela foi o protagonista da tese “*noua*”, por oposição à tese “*antiqua*” que seria a da esterilidade crescente do solo. Pois se essa última fosse efetivamente antiga, não haveria como ela ser, em Roma, no primeiro século de nossa era, relativamente recente,

Assim, vemos que também Martin admite que há em Columela uma convergência do pensamento estoico com a tradição romana, embora ele pareça, em alguns momentos, manter a ênfase na influência dessa escola. No entanto, é exatamente essa convergência que parece ser a base de sustentação da argumentação de Columela em defesa de uma ciência agrária e de um estilo de vida rural, na caracterização do *agricola*, pois, se a filosofia proporciona uma argumentação mais sofisticada, a tradição, por sua vez, garante a autoridade (*auctoritas*) que a legitima.

Vimos que a virtude da *prudentia* estava associada ao conhecimento, e, portanto, à filosofia (sabedoria), sendo definida por seu aspecto teórico, mas sempre confirmada, para os estoicos, por seus resultados práticos. Columela estabelece a relação entre a virtude da *prudentia* e aquele que a possui, o *prudens*. A *prudentia* será representada, pois, em seu texto, em sua realização no homem em quem ela se manifesta e que aparecerá retratado em ação, nos afazeres cotidianos do agricultor: este será o *prudens agricola*. Assim, o agir do *prudens agricola* virá associado a essa virtude. Vejamos, no trecho a seguir, como o agir com a *prudentia* para o *agricola* implica a um cuidado especial para com sua atividade, relacionado ao conhecimento e à experiência, além de ratificado pela tradição, representada, nesse caso, pelo recurso a Catão:

Quicquid uero dabitur occasionis ruri moretur, quae non sit mora segnīs nec umbratilis. Nam diligentem patrem familiae decet agri sui particulas omnis et omni tempore anni frequentius circumire, quo prudentius naturam soli siue in frondibus et herbis siue iam maturis frugibus contempletur nec ignoret quicquid in eo recte fieri poterit. Nam illud uetus est Catonis: agrum pessime mulcari cuius dominus quid in eo faciendum sit non docet sed audit uilicum¹⁶¹. (*De R.R.*, I, II, 1-3)

A associação direta da *prudentia* com a tradição e a experiência aparece, também, através de exemplos negativos, fazendo a antítese do *prudens* com aquele a quem falta a *prudentia*, o *stultus*. Note-se o humor de Columela ao retratar o proceder do *stultus*, gerando um efeito de *amplificatio* na contraposição com o agir do *prudens*:

não tendo ali se difundido que posteriormente a Varrão, desde cerca de uns sessenta anos. Columela, ao combatê-la, não opunha uma teoria nova a uma teoria antiga, mas denunciava uma doutrina de origem estrangeira e contrária à tradição romana.

¹⁶¹ Mas seja qual for a ocasião que se dê, demore-se no campo, e que não seja uma demora preguiçosa e passada à sombra. Pois convém que o diligente chefe de família percorra mais frequentemente cada pequena parte de sua terra e em cada estação do ano, para que mais sabiamente observe a natureza do solo, seja nas folhagens e nas relvas ou nos grãos já maduros, e não ignore o que quer que nele puder ser bem feito. Pois diz um velho ditado de Catão que o campo mais severamente castigado é aquele cujo senhor não instrui o que nele se deve fazer, mas ouve o capataz.

Porcius quidem Cato censebat inspiciendo agro praecipue duo esse considerata: salubritatem caeli et ubertatem loci. Quorum si alterum deesset ac nihilominus quis uellet incolere, mente esse captum atque eum ad agnatos et gentilis deducendum. Neminem enim sanum debere facere sumptus in cultura sterilis soli, nec rursus pestilenti quamuis feracissimo pinguique agro dominum ad fructus peruenire. Nam ubi sit cum Orco ratio ponenda, ibi non modo perceptionem fructuum, sed et uitam colonorum esse dubiam, uel potius mortem quaestu certiore¹⁶². (*De R.R.*, I, III, 1-3)

Ele conclui o pensamento com uma *sententia* antitética (*prudens/stultus*) que demonstra conformidade com os exemplos apresentados por Moretti, a quem nos referimos acima, ao tratar da expressão do pensamento estoico e seu estilo: “Nam quem ad modum sapientis est fortuitos casus magno animo sustinere, ita dementis est ipsum sibi malam facere fortunam¹⁶³ [...]” (ibid., I, III, 5).

Logo adiante, Columela vai reforçar essa ideia, quando, ainda tratando da escolha do local da propriedade, vai falar da importância de se observar bem a vizinhança para evitar problemas. Neste caso, ele recomenda que o *prudens* evite a proximidade de pessoas a quem falte o bom senso:

Malo enim praeteritorum quam praesentium meminisse, ne uicinum meum nominem, qui nec arborem prolixiore stare nostrae regionis nec inuiolatum seminarium nec pedamenta ad nexum uinae nec etiam pecudis neglegentius pasci sinit. Iure igitur, quantum mea fert opinio, M. Porcius talem pestem uitare censuit et in primis futurum agricolam praemonuit ne sua sponte ad eam perueniret¹⁶⁴. (ibid., I, III, 7)

A *stultitia* é caracterizada, então, por oposição à *prudentia*, como uma ausência de racionalidade: *mente esse captum* (Cf. supra, p 114, nota 162)/ *dementis est* (Cf. supra, p 114, nota 163). Essa ausência de racionalidade aparece, também, caracterizada em outros aspectos do cotidiano, como no trecho em que, fazendo considerações acerca da atitude *uilicus*,

¹⁶² Pórcio Catão, na verdade, julgava que duas coisas em especial deviam ser consideradas no exame da propriedade: a salubridade do clima e a fertilidade do solo, se faltasse um desses e não obstante alguém quisesse (ali) habitar, ele teria perdido o juízo e deveria ser escoltado para a guarda de seus familiares*. Pois ninguém em sã consciência faria despesa no cultivo de um solo estéril, nem, por outro lado, com um clima insalubre, embora em uma terra muito fértil e fecunda, o senhor chegaria à colheita. Pois, quando forem acertadas as contas com Orco, ali não apenas a colheita dos frutos, mas a vida dos colonos é incerta, ou, melhor dizendo, a morte é mais certa que o lucro.

*Trata-se de expressão legal oriunda das leis das Doze Tábuas e que atribuía a guarda dos que perderam a lucidez a seus parentes. (Cf. ASH, 1941, pp 42-3, notas)

¹⁶³ Pois, do mesmo modo que é próprio do sábio suportar os acontecimentos fortuitos com boa disposição, assim também é próprio do insano criar para si próprio a má fortuna [...]

¹⁶⁴ Pois eu prefiro me lembrar dos homens dos tempos passados que dos tempos presentes, para não nomear um vizinho meu que não permite nem que uma árvore mais alta se encontre entre nossas propriedades, nem intacto um alfofre ou as estacas para enlaçamento da vinha, nem mesmo os rebanhos pastarem mais descuidadamente. Com justiça, portanto, até onde vai minha opinião, M. Pórcio Catão recomendou que se evitasse tal peste e advertiu, antes de mais nada, que não se aproximasse dele por vontade própria.

recomenda que ele se afaste de adivinhações e outras práticas supersticiosas: “Haruspices sagasque, quae utraque genera uana superstitione rudis animos ad inpensas ac deinceps ad flagitia compellunt, ne admiserit¹⁶⁵ [...]” (*De R.R.*, I, VIII, 6-7).

Conforme tivemos oportunidade de observar mais acima, o *prudens agricola* que surge após o prefácio à obra nada mais é que a realização material do ideal estabelecido na caracterização do *perfectus agricola*. A mudança de denominação revela a consciência que tinha Columela da impossibilidade de uma concretização plena desse ideal. A conduta do *prudens agricola* se caracteriza pela racionalidade implícita na *prudentia*, a qual é fundamentada no exame do conhecimento acumulado pela tradição e na experiência do *agricola*, além de ratificada pelo seu aspecto prático, na efetividade de seus resultados. Além disso, ela parte do pressuposto de que uma mente inclinada à busca do conhecimento examina o ambiente que a cerca e confronta o saber adquirido com a realidade. Essas são as qualidades que o agrônomo opõe, portanto, à *stultitia* a que se referia nos trechos que acabamos de examinar.

O *prudens agricola*, ademais, é apresentado como um agricultor em ação, e seu agir é sempre guiado pelo conhecimento adquirido e equilibrado pelas virtudes: “Exploratum tamen habebit prudens agricola genus uitis habile campo, quod nebulas pruinamque sine noxa perfert; colli, quod siccitatem uentosque patitur.¹⁶⁶” (*ibid.*, III, I, 5). O fundamento último, porém, desse conhecimento é sempre a experiência:

Sagittam rustici uocant nouissimam partem surculi [...] Hanc ergo prudentissimi agricolae negauerunt conseri debere; nec tamen sententiae suae rationem prodiderunt, uidelicet quia ipsis in re rustica multum callentibus prompta erat et ante oculos paene exposita.¹⁶⁷ (*ibid.*, III, XVII, 2-3)

Enfim, o *prudens agricola*, em seu agir, tem um objetivo claro, que é o aumento da produtividade de sua propriedade: “Prudentis igitur agricolae est uitem, quam praecipue probauerit, nulla interueniente alterius notae stirpe conserere, numerumque quam maximum eius semper augere¹⁶⁸” (*ibid.*, III, XX, 1). A *prudentia*, portanto, é uma virtude de importância central na formação do *agricola*. Importância essa de tal magnitude que ele é representado

¹⁶⁵ Não admita ele adivinhos e bruxas que ambos os tipos compelem os espíritos incultos, através da vã superstição, a gastos elevados e, em seguida, a ações vergonhosas [...]

¹⁶⁶ O sábio agricultor, todavia, terá examinado o tipo de vinha conveniente: para a planície, porque suporta as névoas e a geada sem dano; para a colina, porque tolera a secura e os ventos.

¹⁶⁷ Os camponeses chamam de *sagitta* a parte mais nova do ramo [...] Como eu dizia, os mais sábios agricultores negaram que esta devesse ser plantada, e todavia não revelaram a razão de seu parecer; evidentemente, porque, sendo eles próprios muito experimentados na agricultura, essa era patente e como que exposta diante dos olhos.

¹⁶⁸ É próprio do sábio agricultor plantar a vinha que ele particularmente aprova sem que nenhuma espécie de outra qualidade intervenha, e sempre aumentar a quantidade dela ao máximo.

como aquele que demonstra essa qualidade em sua ação e que, além disso, tem essa virtude como sua designação principal.

Um aspecto curioso da *prudentia* surge na relação do *agricola* com o *uilicus*. Columela, embora lamente o absentéismo que se tornara prática comum em seu tempo e chegue mesmo a atribuir-lhe a razão da baixa produtividade da agricultura, admite que o proprietário não pode estar sempre na sua fazenda, seja porque tem compromissos na cidade, seja porque tem propriedades em localidades diferentes e distantes. Nesses casos, o proprietário não tem alternativa que não seja confiar suas terras a um capataz (*uilicus*). Mas não pode confiar as terras a qualquer um. De acordo com Columela, o proprietário deve cuidar para que o *uilicus* tenha não só os mesmos conhecimentos teóricos e práticos que seu senhor, mas também as mesmas virtudes. Tal atitude se caracteriza, em primeiro lugar, como uma manifestação da *prudentia* do senhor, mas significa que também o *uilicus* deve ser um homem dotado dessa virtude. A atenção do proprietário na escolha do *uilicus* se revela, então, como essa manifestação da *prudentia*, que vai se concretizar na busca de um ideal de capataz: o *perfectus uilicus*. Vejamos como Columela retrata essa interação entre as qualidades do proprietário e seu capataz:

Vilicum fundo familiaeque praeponi conuenit aetatis nec primae nec ultimae; nam seruitia sic tirunculum contemnunt ut senem, quoniam alter nondum nouit opera ruris, alter exsequi iam non potest, atque hunc adulescentia neglegentem, senectus illum facit pigrum. Media igitur aetas huic officio est aptissima, poteritque ab anno quinto et tricesimo usque in sexagesimum et quintum, si non interuenient fortuita corporis uitia, satis ualidi fungi muneribus agricolae. Quisquis autem destinabitur huic negotio, sit oportet idem scientissimus robustissimusque, ut et doceat subiectos et ipse commode faciat quae praecipit. Siquidem nihil recte sine exemplo docetur aut discitur, praestatque uilicum magistrum esse operariorum, non discipulum, cum etiam de patre familiae prisci moris exemplum Cato dixerit: Male agitur cum domino, quem uilicus docet¹⁶⁹. (*De R.R.*, XI, I, 3-5)

¹⁶⁹ Convém colocar à frente da fazenda e dos escravos um capataz nem do primeiro período da vida nem do último. Com efeito, os de condição servil desprezam tanto o novato quanto o velho, uma vez que um ainda não conhece os trabalhos do campo e o outro já não pode executá-los, e ainda a juventude o torna desleixado, enquanto a velhice o torna preguiçoso. A meia idade, portanto, é a mais adequada a essa função, e poderá executar com bastante vigor as tarefas do agricultor dos trinta e cinco até os sessenta e cinco anos, se não intervierem ocasionais defeitos do corpo. Mas quem quer que seja destinado a este trabalho, convém que seja muito conhecedor e muito vigoroso, para que tanto ensine os subordinados como ele próprio facilmente execute as coisas que prescreve. Visto que nada é ensinado ou aprendido retamente sem exemplo e é melhor que o capataz seja mestre, e não discípulo, dos trabalhadores. Já que também Catão, exemplo do costume antigo, dizia acerca do pai de família: As coisas vão mal com o senhor a quem o capataz ensina.

Logo em seguida, ele cita um trecho de Xenofonte que diz: “Ego uero, inquit, ipse instituo. Etenim qui me absente in meum locum substituitur et uicarius meae diligentiae succedit, is ea quae ego scire debet¹⁷⁰” (*De R.R.*, XI, I, 5).

Mais adiante, ele continua a especificar as qualidades do *uilicus*, ressaltando que o conhecimento e a aptidão não são suficientes sem a confiança. Note-se que Columela sempre ratifica seu parecer com referências aos autores e à tradição, como faz ao citar Catão e Xenofonte nos trechos anteriores. Em seguida, além disso, ele faz uma referência explícita à *fides*, uma das virtudes mais valorizadas na tradição romana, imprescindível para um *uilicus* bem qualificado:

Quare, sicut dixi, docendus et a pueritia rusticis operibus edurandus multisque prius experimentis inspiciendus erit futurus uilicus, nec solum an perdidicerit disciplinam ruris, sed an etiam domino fidem ac beneuolentiam exhibeat, sine quibus nihil prodest uilici summa scientia¹⁷¹. (*ibid.*, XI, I, 7)

Enfim, para ressaltar a necessidade de que o *uilicus* possua os conhecimentos e qualidades de seu senhor, Columela retoma o trecho de seu prefácio em que lamenta a escassez de professores de agronomia e compara esta disciplina à oratória. O efeito dessa retomada é o óbvio estabelecimento de uma identidade entre o *agricola* e o *uilicus*, de cuja formação o senhor não deve descuidar, pois, assim como ele se empenhou em sua própria formação, ele tem agora por objetivo obter um *perfectus uilicus*:

Quare satis admirari nequeo, quod primo scriptorum meorum exordio iure conquestus sum, ceterarum artium minus uitae necessariorum repertos antistites, agriculturae neque discipulos neque praeceptores inuentos; nisi magnitudo rei fecerit reuerentiam uel discendi uel profitendi pene immensam scientiam, cum tamen non ideo turpi desperatione oportuerit eam neglegi. Nam neque oratoria disciplina deseritur, quia perfectus orator nusquam repertus est, nec philosophia, quia nullus consummatae sapientiae, sed e contrario plurimi semet ipsos exhortantur uel aliquas partes earum addiscere, quamuis uniuersas percipere non possint. Etenim quae probabilis ratio est obmutescendi, quia nequas orator esse perfectus, aut in socordiam compelli, quia desponderis sapientiam? Magnae rei, quantulumcumque possederis, fuisse participem, non minima est gloria. Quis ergo, inquis, docebit futurum uilicum, si nullus professor est? et ego intellego, difficillimum esse ab uno uelut auctore cuncta rusticationis consequi praecepta. Verumtamen ut uniuersae disciplinae uix aliquem consultum, sic plurimos partium eius inuenias magistros, per quos efficere queas perfectum uilicum¹⁷². (*ibid.*, XI, I, 10-2)

¹⁷⁰ Mas eu próprio o ensino, diz ele, pois quem é colocado em meu lugar quando estou ausente e ocupa o posto como substituto no governo da casa, deve saber as coisas que eu sei.

¹⁷¹ Por isso, como eu disse, o futuro capataz deverá ser ensinado desde a infância e endurecido pelos trabalhos do campo, e primeiramente examinado em muitas provas, não só para ver se aprendeu bem a ciência do campo, mas também para ver se demonstra fidelidade e boa vontade para seu senhor, sem o que o elevado conhecimento do capataz nada adianta.

¹⁷² Por isso, não canso de me admirar de que lamentei com justiça no primeiro exórdio de meus escritos que são encontrados mestres de todas as outras artes menos necessárias à vida, mas não são encontrados nem professores

O cuidado com a formação não deve, porém, ser uma preocupação exclusiva do senhor, mas deve integrar a própria personalidade do *uilicus*: “In uniuersum tamen hoc maxime obtinendum ab eo est, nequid se putet scire quod nescit, quaerat semper addiscere quod ignorat¹⁷³” (*De R.R.*, I, VIII, 14).

A *prudentia* parece, pois, ser uma virtude central na obra de Columela e consequentemente na caracterização do *agricola*. Seria possível mesmo considerar que dela dependem as outras virtudes, já que aquele que atua de acordo com a *iustitia*, a *temperantia* ou a *fortitudo* nada mais faz que agir de acordo com a *prudentia*, que lhe aponta o caminho para uma ação mais eficaz.

Em seguida, veremos como o agrônomo caracteriza o *perfectus agricola* através das outras virtudes.

Com relação à *iustitia*, ela se apresenta, pela primeira vez, quando Columela lamenta a falta de interesse pela agronomia. Segundo ele, se a agricultura é a fonte natural e original da riqueza, ela é concebida como essencialmente justa:

Quo magis prodigio simile est quod accidit, ut res corporibus nostris uitaeque utilitati maxime conueniens minime usque in hoc tempus consummationem haberet, idque sperneretur genus amplificandi relinquendique patrimoni quod omni crimine caret. (Cf. supra, p 98, nota 128)

Vimos que, após essa lamentação, ele enumera uma série de atividades econômicas¹⁷⁴ e põe em dúvida sua verdadeira legitimidade¹⁷⁵, estabelecendo uma oposição entre elas e a agricultura, no sentido de que, além auferirem lucro de uma atividade que, por si mesma, nada produz, ainda são procuradas por aqueles que buscam a riqueza por si mesma. Essa é uma atitude que se desvia da racionalidade ética que considera que a riqueza é um meio e não um

de agricultura nem alunos; a menos que a magnitude da matéria tenha produzido um temor de aprendê-la ou exercer-lhe a profissão, como se fosse uma ciência sem limites, mas contudo não conviria, por isso, negligenciá-la por causa de um vergonhoso desespero. Pois nem o estudo da oratória é abandonado, porque em lugar algum foi achado um perfeito orador; nem a filosofia, porque não foi achado ninguém de sabedoria consumada; mas, ao invés, muitíssimos encorajam a si mesmos a aprender algumas partes delas, embora não possam compreendê-las inteiramente. Com efeito, qual a provável razão de emudecer? Porque não podes ser um perfeito orador? Ou qual a provável razão de seres compelido para a preguiça, porque renunciaste à sabedoria? Por menos que a tenhas possuído, não é menor a glória de ter sido partícipe de uma grande matéria. Portanto, dizes, quem ensinará o futuro capataz, se não há professor? E eu reconheço ser difícil obter todos os preceitos da agronomia, por assim dizer, de um único autor. Mas todavia assim como dificilmente encontrarás alguém conhecedor de toda a matéria, também encontrarás muitíssimos mestres de suas partes, pelos quais serás capaz de produzir um perfeito capataz.

¹⁷³ Em geral, contudo, isto principalmente deve ser obtido dele: que não julgue saber o que não sabe, mas sempre aprenda o que ignora.

¹⁷⁴ “[...] praedam ex militia [...] negotiationis alea [...] faeneratio [...]” (Cf. supra, p 74, nota 81)

¹⁷⁵ “[...] dissident a iustitia [...]” (Cf. loc.cit.)

fim. Columela, contudo, não considerava a agricultura em seu aspecto meramente econômico, mas a concebia como um ramo do conhecimento: “et quasi consanguinea sapientiae [...]” (Cf. supra, p 73, nota 78). Esse fato conferia uma distinção particular à agricultura. Com efeito, Columela parece associar a ela uma atividade essencialmente racional, que se manifesta em seu caráter de objeto do conhecimento e em suas implicações éticas.

De fato, para os estoicos, cada esfera da ação humana derivava de uma lei natural que a determinava. Para eles, o instinto de auto-preservação era considerado o primeiro impulso de qualquer ser vivo e aquele que o fazia buscar aquilo que fosse necessário para preservar a sua existência. Long comenta essa tendência:

All creatures are so constituted by Nature that they are ‘well-disposed towards themselves’. The word translated ‘well-disposed’ (*oikeios*) is commonly used in Greek to mean ‘related/akin/belonging to’; but the Stoics are expressing a technical concept which can fairly be regarded as original, though Zeno, if Antiochus is to be believed, was influenced by the Academic Polemo (Cic. *Fin.* iv 45). *Oikeiôsis* determines an animal’s relationship to its environment, but that to which it is primarily well-disposed is itself (D.L. vii 85). Its self-awareness is an effective relationship, and all behavior can be interpreted as an extension or manifestation of the same principle. Thus the direction of an animal’s impulses is determined both by what it senses and by its innate capacity to recognize things which belong to itself¹⁷⁶. (LONG, 1986, p 172)

No caso do homem, o princípio que governa esses impulsos e determina sua inclinação é a razão:

The faculties which have been described so far are common to animals and men alike (SVF ii 979, 991). The possession of a governing-principle entails the capacity to select from the environment those things which are necessary for a creature’s self-preservation. It does not necessarily entail the possession of reason. Rationality is only characteristic of the governing-principle in mature men. The infant is ‘not yet rational’ (Sen. *Ep.* 124, 9) for *logos* takes seven (or fourteen) years to develop. Impulse, the primary determinant of animal behavior, is also the faculty which governs human beings in their earliest years, so that their first thought is self-preservation. But gradually, as a child develops, its governing-principle is modified fundamentally by the accretion of reason, *logos*. [...] In the Stoic view of human development, innate impulses are so transformed by the flowering of reason that they cease to exist as an independent faculty. They are taken over by reason. Human nature is so constituted that it develops from something non-rational and animal-like into a structure which is governed

¹⁷⁶ Todas as criaturas são constituídas de tal maneira que são ‘favoráveis para com elas próprias’. A palavra traduzida por ‘favorável’ (*oikeios*) é comumente usada em grego para significar ‘relacionado/afim/pertencente a’; mas os estoicos expressam com ela um conceito técnico que pode claramente ser considerado original, embora Zenão, se podemos acreditar em Antíoco, tenha sido influenciado pelo acadêmico Polemão (Cic. *Fin.* iv 45). *Oikeiôsis* determina a relação de um animal com seu ambiente, mas aquilo para o que ele é primeiramente favorável é ele mesmo (D.L. vii 85). Sua auto-consciência é uma relação efetiva, e todo seu comportamento pode ser interpretado como uma extensão ou manifestação do mesmo princípio. Assim, a direção dos impulsos de um animal é determinada tanto por seus sentidos quanto por sua capacidade inata de reconhecer as coisas que dizem respeito a ele.

throughout by reason. [...] New objects of desire take precedence over the satisfaction of basic bodily needs. Virtue is found to be something which ‘belongs to a man’ in a more fundamental sense than food, drink, shelter and so forth¹⁷⁷ (Cic. *Fin.* iii 20ff.). (LONG, 1986, p 173-4)

Desta forma, Columela pode afirmar que a agricultura, além de ser a atividade que proporciona ao homem seu sustento da maneira mais natural “[...] res corporibus nostris uitaeque utilitati maxime conueniens [...]” (Cf. supra, p 98, nota 128), deve ser, também, levada a cabo com o uso da razão: “[...] proxima et quasi consanguinea sapientiae [...]” (Cf. supra, p 73, nota 78). Sendo, pois, orientada por um princípio racional, sua boa condução deve, além de ser ordenada através da *prudentia*, obedecer aos princípios da ética e, portanto, da *iustitia*.

A preocupação com o agir de acordo com a justiça, se manifesta também em outros aspectos, como o que relaciona a atividade do indivíduo com seus pares. Assim, por exemplo, ao estabelecer as diretrizes para a aquisição da propriedade, ele insiste em que esta não deve ter uma extensão sem limites, mas ser restrita àquilo que um proprietário é capaz de gerir. Nesse sentido, recorre ele à tradição, citando, em primeiro lugar, Virgílio: “laudato ingentia rura/Exiguum colito”¹⁷⁸ (*Georg.* II. 412-3, in *De R.R.*, I, III, 8). Em seguida, afirma ele mesmo que: “Nec dubium quin minus reddat latus ager non recte cultus quam angustus eximie [...]”¹⁷⁹ (*De R.R.*, I, III, 9-10). Enfim, recorre aos *exempla*, para ratificar a tradição: “Ideoque post reges exactos Liciniana illa septena iugera quae plebis tribunus uiritim diuiserat maiores quaestus antiquis rettulere quam nunc nobis praebent amplissima uetereta”¹⁸⁰ (ibid., I, III, 10). É certo que, além de ilustrar a realização da *iustitia* por parte do *perfectus agricola*,

¹⁷⁷ As faculdades que foram descritas acima são comuns tanto aos animais quanto aos homens (SVF ii 979, 991). A posse de um princípio governante implica a capacidade de selecionar do ambiente aquelas coisas que são necessárias para auto-preservação da criatura. Ela não implica necessariamente a posse da razão. A racionalidade é unicamente característica do princípio governante do homem. Uma criança ‘não é ainda racional’ (Sen. *Ep.* 124, 9), pois o *lógos* leva sete (ou quatorze) anos para se desenvolver. O impulso, o primeiro determinante do comportamento animal, é também a faculdade que governa o ser humano em seus primeiros anos, de maneira que seu primeiro pensamento é a auto-preservação. Mas gradualmente, enquanto a criança se desenvolve, seu princípio governante é modificado fundamentalmente pelo acréscimo da razão, o *lógos*. [...]

[...] Na visão estoica do desenvolvimento humano, os impulsos inatos são tão transformados pelo desabrochar da razão que cessam de existir como uma faculdade independente. Eles são tomados pela razão. A natureza humana é constituída de tal forma que se desenvolve de algo não-racional e quase-animal em uma estrutura governada totalmente pela razão. [...] Novos objetos de desejo adquirem precedência sobre as necessidades básicas do corpo. A virtude é então considerada como algo que ‘pertence ao homem’ em um sentido mais fundamental que a comida, a bebida, o abrigo e assim por diante (Cic. *Fin.* iii 20ff.).

¹⁷⁸ louva as grandes fazendas/ Cultiva as pequenas.

¹⁷⁹ Não há dúvida de que um campo extenso não cultivado corretamente traz um retorno menor que um campo pequeno cultivado com perícia.

¹⁸⁰ Por essa razão, aquelas sete jeiras de terra da Lei Licínia que o tribuno da plebe distribuiu a cada homem, após a expulsão dos reis, restituíram maiores lucros aos nossos antepassados que agora nos rendem nossos extensos campos incultos.

os trechos acima caracterizam também, de certo modo, sua *temperantia*, pois indicam claramente a necessidade de moderação no que diz respeito ao lucro, que não deveria ser buscado por si mesmo, de acordo com Aristóteles.

Uma outra manifestação da *iustitia* aparece, curiosamente, sob seu aspecto de *clementia*, na referência ao tratamento dispensado aos empregados, onde, buscando respaldo na tradição dos *mores*, ele recomenda não tratá-los com excessivo rigor:

Sed nec dominus in unaquaque re cui colonum obligauerit tenax esse iuris sui debet, sicut in diebus pecuniarum aut lignis et ceteris paruis accessionibus exigendis, quarum cura maiorem molestiam quam inpensam rusticis adfert. Nec sane est uindicandum nobis quicquid licet, nam summum ius antiqui summam putabant crucem¹⁸¹. (ibid., I, VII, 2)

Assim, o *perfectus agricola* é caracterizado como um homem que possui a virtude da *iustitia* em várias de suas acepções. A referência ao tamanho da propriedade e à relação com os empregados, sejam escravos ou colonos, demonstra o quanto a *iustitia* era compreendida como uma virtude de caráter social. Do mesmo modo, o romano proprietário de terras era também aquele que participava da vida política da cidade. Essa participação política era uma atividade fundamental dentro da concepção estoica de realização plena do ser humano. Os estoicos concebiam os homens como tendo as mesmas capacidades, independentemente de sua condição social ou de gênero, e essa consciência de uma inserção na condição humana implicava uma obrigação de cada membro para com seus pares. Essa consciência de uma condição humana não acarretava, certamente, uma condenação da escravatura, por exemplo, mas trazia consigo uma responsabilidade em relação aos próximos e subordinados, assim como uma necessidade de se promover o bem comum. Embora seja possível remeter essa preocupação com a comunidade a uma fundamentação estoica, ela também reflete, de certo modo, uma virtude tipicamente romana: a *pietas*, que surge, então, como uma manifestação da *iustitia*.

Também o *uilicus* deveria agir de acordo com a *iustitia*. O capataz tinha, com efeito, uma boa quantidade de homens sob seu comando. Columela ressalta a importância de sua conformidade com a *iustitia*, e aqui ele conjuga suas convicções com o aspecto prático do trabalho agrícola, uma vez que ele demonstra claramente que, além de manifestarem um

¹⁸¹ Mas o senhor não deve ser insistente em seu direito em qualquer assunto a que obrigar o colono, como nos dias de cobrar pagamento ou de exigir a lenha e outros pequenos trabalhos adicionais, cujo cuidado traz aos empregados maior incômodo que gasto; e não é ajuizado reivindicar qualquer coisa que nos é de direito, pois já os antigos julgavam a justiça extrema como o extremo tormento.

aperfeiçoamento do caráter, as virtudes também apresentam um resultado prático. Com efeito, ele diz do *uilicus* no Livro I:

Nec tantum operis agrestis sit artifex sed et animi, quantum seruile patitur ingenium, uirtutibus instructus, ut neque remisse neque crudeliter imperet semperque aliquos ex melioribus foueat, parcat tamen etiam minus bonis ita, ut potius timeant eius seueritatem quam crudeliter detestentur¹⁸². (*De R.R.*, I, VIII, 10)

Mais adiante, reforça essa ideia, mostrando que a *iustitia* se revela também no *uilicus* como *clementia*, e que, embora o capataz deva possuir o dom do comando que lhe garante a *fortitudo* - e que o define como aquele camponês-soldado valorizado pelos romanos -, ele deve demonstrar o cuidado para com seus trabalhadores:

Hoc igitur custodire oportet uilicum, ne statim a prima luce familia cunctanter et languide procedat, sed uelut in aliquod proelium cum uigore et alacritate animi praecedentem eum tamquam ducem strenue sequatur, uariisque exhortationibus in opere ipso exhilaret laborantes et interdum, tamquam deficienti succursurus, ferramentum auferat parumper et ipse fungatur eius officio moneatque sic fieri debere, ut ab ipso fortiter sit effectum¹⁸³. (*ibid.*, XI, I, 17-8)

Finalmente, mostra como esse cuidado tem fundamental importância no agir do *uilicus*, que deve conviver com o restante dos servos amigavelmente, mas sempre consciente de que é para eles um exemplo:

[...] sed agat cuiusque maxime curam. Siue quis, quod accidit plerumque, sauciatus in opere noxam ceperit, adhibeat fomenta, siue aliter languidior est, in ualetudinarium confestim deducat et conuenientem ei ceteram curationem adhiberi iubeat. Eorum uero, qui recte ualebunt, non minor habenda erit ratio, ut cibus et potio sine fraude a cellariis praebatur, consuescatque rusticos circa larem domini focumque familiarem semper epulari atque ipse in conspectu eorum similiter epuletur sitque frugalitatis exemplum¹⁸⁴; (*ibid.*, XI, I, 18-9)

¹⁸² Que ele não seja apenas perito no trabalho rural, mas também no do espírito, o quanto permite um talento servil, instruído nas virtudes, para que não comande frouxa ou cruelmente, e sempre encoraje aqueles dentre os melhores, respeite, contudo, até os menos bons, de tal modo que antes tenham sua severidade que maldigam sua crueldade.

¹⁸³ Portanto, convém que o capataz vigie para que os escravos não avancem lenta e frouxamente logo desde o alvorecer, mas, como se fossem para alguma batalha, com vigor e entusiasmo de espírito, sigam-no, caminhando ele adiante vivamente como um general; com várias exortações anime em sua própria obra os que trabalham e, de vez em quando, assim como há de socorrer o que perdeu as forças, retire por pouco tempo seu instrumento e ele próprio execute seu serviço e lhe advirta que assim deve ser feito, para que seja concluído bravamente por ele mesmo.

¹⁸⁴ [...] mas aja com o cuidado, principalmente, de cada um. Ou se alguém, como geralmente ocorre, tendo sido ferido no trabalho, contrai uma enfermidade, que aplique remédios, ou se, de outro modo, alguém está mais abatido, conduza-o imediatamente para a enfermaria e ordene que se lhe aplique o restante do tratamento adequado. Mas não se deverá ter menos zelo por aqueles que estiverem bem de saúde, para que o alimento e a bebida sejam oferecidos pelo despenseiro sem perigo, e habitue os camponeses a banquetear em volta da lareira e do fogo familiar do senhor, e ele próprio do mesmo modo sempre faça refeição à vista deles e seja um exemplo de frugalidade;

O trecho acima mostra uma manifestação evidente da necessidade de uma ação pautada pela *iustitia* por parte do *uilius*, mas remete claramente às virtudes da *fortitudo* e da *temperantia*, apresentada aqui em seu aspecto de *frugalitas*. Passemos, pois, a essas virtudes.

A *fortitudo* e a *temperantia*, ao contrário da *iustitia*, que tem uma configuração mais social, são virtudes que dependem mais imediatamente do aspecto volitivo do espírito e, por isso, manifestam-se com maior evidência no plano individual. Assim, se Columela mostra a *iustitia* na relação de uma pessoa com seus pares, enfatizando seu caráter social, enquanto a *fortitudo* e a *temperantia* como traços particulares do caráter de um determinado indivíduo.

A *fortitudo* (coragem) é associada mais comumente à guerra. Com efeito, trata-se da virtude por excelência do soldado, integrando aquela concepção tradicional do homem romano como camponês-soldado-cidadão. No entanto, a *fortitudo* não é uma virtude cultivada apenas nos exercícios militares e nos campos de batalha. A tradição romana, e Columela é um herdeiro desta, é unânime em relacionar o vigor do trabalho no campo ao desempenho do soldado. Em tempos de paz, o romano é endurecido pelos trabalhos do campo, conforme afirmará Columela:

At mehercules uera illa Romuli proles adsiduis uenatibus nec minus agrestibus operibus exercitata firmissimis praeualuit corporibus, ac militiam belli, cum res postulauit, facile sustinuit durata pacis laboribus semperque rusticam plebem praeposuit urbanae[...] ¹⁸⁵. (*De R.R.*, I, Praef., 17)

Essa associação do trabalho do campo com o serviço militar implica uma outra associação frequente na obra de Columela, que é a da coragem – virtude do espírito – com a força física – qualidade do corpo. Com efeito, na sua caracterização do homem do campo, ele várias vezes faz menção a essa qualidade. No trecho abaixo, ele troça da atitude de alguns de seus contemporâneos que não dão o devido valor à vida rural e, ao designar as tarefas do trabalho do campo a seus empregados, o fazem com total imperícia e displicência:

Sed siue fundum locuples mercatus est, e turba pedisequorum lectariorumque defectissimum annis et uiribus in agrum relegat, cum istud opus non solum

¹⁸⁵ Mas, por Hércules! Aquela verdadeira raça de Rômulo, exercitada nas caçadas frequentes e não menos nos trabalhos do campo, foi superior por seus corpos mais robustos e suportou facilmente o serviço militar, endurecida pelos trabalhos da paz, quando a situação o pediu, e sempre antepôs a gente do campo à urbana.

scientiam, sed et uiridem aetatem cum robore corporis ad labores sufferendos desideret¹⁸⁶; (*De R.R.*, I, Praef. 12)

Em seguida, ele ensina como escolher o empregado que deve estar à frente da administração da propriedade na ausência do senhor. A primeira imagem apresenta um exemplo negativo repleto de ironia, que faz a antítese com o que deve ser de fato o agricultor:

Igitur praemoneo ne uilicum ex eo genere seruorum qui corpore placuerunt instituamus, neue ex eo quidem ordine qui urbanas ac delicatas artis exercuerunt. Socors et somniculosum genus id mancipiorum, otiis campo circo theatris aleae popinae lupanaribus consuetum, numquam non easdem ineptias somniat¹⁸⁷ [...] (ibid., I, VIII, 1-2)

No trecho seguinte, ele traz a imagem do que deve ser de fato esse homem: “Eligendus est (uilicus) rusticis operibus ab infante duratus et inspectus experimentis. Si tamen is non erit, de is praeficiatur qui seruitutem laboriosam tolerauerunt.”¹⁸⁸ (ibid., I, VIII, 2)

Finalmente, ele ratifica que o trabalhador do campo deve ser vigoroso e robusto: “Mediae igitur sit aetatis et firmi roboris, peritus rerum rusticarum aut certe maximae curae quo celerius addiscat.”¹⁸⁹ (ibid., I, VIII, 3)

Há, pois, uma complementaridade do vigor físico e do espiritual. No prefácio, Columela apresenta um exemplo negativo, que o trecho acima ecoa, ao descrever os hábitos do homem urbano, usando as mesmas características: o homem que frequenta as tabernas, dado às bebedeiras, assim como ao jogo e aos espetáculos:

[...] patres familiae falce et aratro relictis intra murum correpsimus et in circis potius ac theatris quam in segetibus ac uineis manus mouemus [...] dies ludo uel somno consumimus, ac nosmet ipsos ducimus fortunatos, quod nec orientem solem uidemus nec occidentem. (Cf. supra, p 76, nota 85)

A conclusão desse trecho apresenta um exemplo oposto à virtude da *fortitudo*, em que Columela, para exortar à sua prática, faz uma caricatura de seu contrário: “[...] nam sic

¹⁸⁶ Mas se um homem de posses comprou uma propriedade, da multidão de acompanhantes e carregadores de liteira ele envia para o campo o mais desgastado em anos e forças, quando esse trabalho requer não só conhecimento, mas também uma idade vigorosa e robustez de corpo para suportar os trabalhos; [...]

¹⁸⁷ Portanto, em primeiro lugar eu advirto que não escolhamos um capataz daquele tipo de servos que agradam pela beleza do corpo, tampouco daquela classe que tenha exercido as artes refinadas e elegantes. Desleixado e sonolento é este tipo escravo; e, acostumado ao ócio, à praça, ao circo, aos teatros, ao jogo, à taberna e aos prostíbulos, sempre sonha com essas mesmas frivolidades.

¹⁸⁸ Deve ser escolhido um capataz endurecido nos trabalhos do campo desde a infância e provado pela experiência. Se não houver alguém assim, que se ponha no comando algum daqueles que suportaram uma servidão rigorosa;

¹⁸⁹ Que ele seja de meia idade e de corpo robusto, experiente nos assuntos agrícolas ou ao menos que tenha o maior interesse em aprender o mais rápido possível.

iuuenum corpora fluxa et resoluta sunt, ut nihil mors mutatura uideatur" (Cf. supra, p 77, nota 86)

O exemplo acima, além de ilustrar a importância da *fortitudo*, é também uma ilustração, por oposição, da *temperantia*, o que demonstra que essas duas virtudes estão tão intimamente relacionadas no pensamento do agrônomo, que uma é praticamente consequência da outra. Assim, a vida e o trabalho no campo, ao proporcionarem uma vida moderada, geram as condições do vigor físico e espiritual que caracterizam o camponês-soldado-cidadão, que é o modelo da tradição dos *mores* e que Columela pretende resgatar com seu *perfectus agricola*, cuja imagem se reflete no *perfectus uilicus*. Essa relação entre a *temperantia* e a *fortitudo* é evidente no exemplo que damos a seguir:

Igitur conplurium agrestium formatus artibus, qui susceperit officium uilicationis, in primis conuictum domestici multoque magis exteri uitet. Somni et uini sit abstinentissimus, quae utraque sunt inimicissima diligentiae. Nam et ebrioso cura officii pariter cum memoria subtrahitur et somnuculo plurima effugiunt. Quid enim possit aut ipse agere aut cuiquam dormiens imperare? Tum etiam sit a ueneris amoribus auersus; quibus si se dediderit, non aliud quicquam possit cogitare quam illud, quod diligit. Nam uitii eiusmodi pellectus animus nec praemium iucundius quam fructum libidinis nec supplicium grauius quam frustrationem cupiditatis existimat. Igitur primus omnium uigilet familiamque semper ad opera cunctantem pro temporibus anni festinanter producat et strenue ipse praecedat¹⁹⁰. (*De R.R.*, XI, I, 13-4)

A partir dos exemplos apresentados acima, é possível, pois, verificar a importância do aspecto ético na caracterização do *perfectus agricola* na obra de Columela, uma vez que sua imagem é construída, de modo geral, através do jogo de antíteses que o autor estabelece entre as virtudes, que são suas qualidades e devem ser cultivadas, e os vícios, que são a ausência dessas qualidades. Essa caracterização se estende tanto à representação do *prudens agricola*, que nada mais é que o *perfectus agricola* retratado em sua dimensão prática, quanto à de seu substituto, o *uilicus*, caracterizado idealmente como *perfectus uilicus*.

A partir dos trechos que destacamos, podemos comprovar que o estímulo da produtividade da terra e a gestão eficiente da propriedade, embora constituam o tema

¹⁹⁰ Portanto, instruído nas artes de todas as coisas do campo, aquele que tomar a tarefa da administração da propriedade acima de tudo evite a intimidade do doméstico e muito mais do estranho. Seja abstinentíssimo do sono e do vinho, que são ambos muito inimigos do zelo. Pois tanto o cuidado do dever escapa ao ébrio, quando a memória é juntamente subtraída, quanto muitas coisas escapam ao sonolento. O que poderia alguém, dormindo, fazer ele próprio ou ordenar a alguém? Seja então, ainda, avesso aos amores de Vênus, aos quais, se ele se entregar, não poderá pensar em nada além daquilo que ama. Pois o espírito atraído por vícios deste tipo não considera recompensa mais agradável que o fruto da luxúria, nem castigo mais pesado que a frustração do desejo. Portanto, primeiro de tudo fique desperto e, em conformidade com as estações do ano, conduza avante apressadamente para os trabalhos os escravos que hesitam e, vigorosamente, caminhe ele próprio adiante.

propriamente dito do *De Re Rustica*, só poderiam, na visão de Columela, ser promovidos por um tipo de homem cujo caráter fosse adequado ao trabalho rural: ele deveria, assim, ter o gosto pela vida simples no campo e pelo duro trabalho da terra. Essas características são retratadas na tradição romana dos costumes dos antepassados, que vai fornecer os exemplos ratificados pela experiência e pela história, e no pensamento estoico, cuja ética oferecia uma justificativa filosófica para o tipo de conduta ali representado. Assim, o gosto pela vida simples aparece como uma consequência da *moderatio*, e o gosto pelo trabalho duro como consequência da *fortitudo*.

Além disso, o agricultor ideal devia possuir um espírito propenso à investigação, que soubesse identificar os problemas e buscar as soluções, partindo da observação e confiando, em última instância, na experiência. Columela, confrontado com a realidade cotidiana da prática do trabalho rural, constata que a agronomia é uma ciência de extrema complexidade, o que o leva a buscar os registros de vários autores que abordaram o tema em inúmeras obras onde os princípios dessa disciplina são discutidos. Da mesma forma, para ele, aquele que quisesse se dedicar ao estudo e à prática da agronomia deveria examinar esses textos e confrontá-los com a prática. A associação da teoria à prática estaria relacionada à virtude da *prudentia*, que proporcionaria, através da investigação racional, uma base para uma ação eficaz. Enfim, a administração da propriedade incide sobre seu corpo de trabalhadores. Por isso, o proprietário, assim como o administrador, deveria ter um compromisso com a *iustitia*, para garantir que as relações humanas não fossem perturbadas por excessos que, além do mais, prejudicariam a produção.

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho, abordamos o *De Re Rustica* de Columela, em que o autor, partindo da constatação de que se verifica, em sua época, uma queda da produtividade rural na região do Lácio, elabora um tratado em que oferece as diretrizes para o desenvolvimento de uma ciência agrária que contemple não apenas as técnicas para um eficaz cultivo do solo, mas também outras que dizem respeito a atividades afins, como a pecuária. Com este intuito, ele concebe essa ciência numa perspectiva multidisciplinar, baseada em um modelo de conhecimento que remete ao projeto ciceroniano exposto no *De Oratore*. A principal meta desse projeto é um melhor aproveitamento da terra através do aumento de sua produtividade e de uma gestão mais eficiente da propriedade rural.

O autor julga que a causa da baixa produtividade do solo se devia a uma atitude de desinteresse pela atividade rural por parte da classe dos proprietários, que, ao preferir a vida nas cidades e a busca de riquezas em outras atividades, deixavam suas propriedades aos cuidados de terceiros. Para estimular o retorno dessa classe ao campo, o autor faz um elogio da vida rural que estabelece um vínculo entre esta atividade e o estilo de vida que levavam os romanos nas origens de sua civilização e que figurava nas narrativas da tradição romana ligadas ao *mos maiorum*. Essas narrativas apresentavam o homem romano através de sua caracterização como camponês-cidadão-soldado, cujas qualidades remetiam à vida simples e dura do trabalho no campo, que formavam o caráter disciplinado e valoroso do soldado, o qual tinha como principais tarefas cuidar da proteção da cidade e dedicar sua vida, como cidadão, a sua pátria. Essas qualidades estão relacionadas ao seu modelo de agricultor ideal o *perfectus agricola*.

O *perfectus agricola*, portanto, reflete, quanto ao seu caráter, os ideais da tradição romana. Seu modelo são aqueles antepassados que viviam e trabalhavam em suas propriedades rurais e com elas garantiam o sustento de suas famílias. Mas essa nostalgia dos valores romanos originais é complementada por uma atitude de busca do conhecimento e da inovação. Com efeito, Columela está consciente das necessidades econômicas e sociais de sua época, assim como da evolução das técnicas agrícolas atestada por uma tradição já bastante consolidada de uma literatura agrária representativa e por sua observação da experiência tanto própria como alheia. Se o caráter fundado nos valores tradicionais é a base para a vida no campo, a atividade rural depende de um conhecimento em constante aperfeiçoamento para alcançar os resultados que ele pretende. Esses são os alicerces sobre os quais o agrônomo constrói seu projeto de ciência agrária.

Pudemos verificar, ao ressaltar a importância da agricultura na economia e no imaginário romano, que esta exerceu forte influência na vida daquele povo, tendo papel importante na formação de suas classes. Vimos também que ao longo do tempo muitos fatores que influenciaram positiva ou negativamente a produtividade dos campos, como os efeitos das guerras, das condições climáticas ou da preferência por determinado tipo de produção (agricultura ou pecuária). Nesse processo, verificamos que a figura do camponês-cidadão-soldado teve um papel fundamental na formação do caráter romano e que, para Columela, esse caráter foi um fator determinante da grandeza de Roma. Do mesmo modo, ele considerava que a perda gradual das qualidades romanas devida a transformações no estilo de vida foi a principal causa da perda do interesse pela vida rural e a consequente queda da produtividade da agricultura.

Com relação às fontes que Columela usou como base e que constituem o ponto de partida para seu trabalho, atestamos que ele se volta para uma longa tradição de autores de literatura agrária. O autor se vale dos elementos que retoma destas fontes para empreender uma revitalização da atividade agrária que depende da valorização da vida rural e da preocupação com o desenvolvimento das técnicas de cultivo e de gestão da propriedade. Para levar a cabo esse empreendimento, é necessário um tipo de homem que possua características específicas, que ele identifica com aquelas do *perfectus agricola*. Com efeito, Columela se dedica, em seu prefácio ao Livro I, à tarefa de construir uma imagem desse agricultor ideal. Essa imagem do *perfectus agricola* é construída através dos *exempla* extraídos da tradição romana. O cerne da mensagem dos *exempla* são as virtudes romanas, identificadas pelo autor, em vários momentos, com as virtudes cardeais estoicas. Columela apresenta uma imagem positiva do agricultor quando a caracteriza com as virtudes, mas não raro ele procura amplificar esse efeito pela contraposição dessa imagem com aquela do homem urbano com seus vários vícios. Ao longo de seu tratado, contudo, quando ele aborda os aspectos mais práticos do trabalho rural, é aos exemplos de homens reais que ele recorre para ratificar suas ideias, ou ainda ao testemunho dos escritores confirmado pela experiência. Nesse caso, ele deixa de se referir ao agricultor como *perfectus* para designá-lo como *prudens agricola*, denominação que sugere uma associação com a *prudentia* (sabedoria). A filosofia estoica, portanto, desempenha um papel essencial na obra de Columela, estando presente tanto em sua concepção de natureza, que autoriza seu projeto de ciência agrária, como na caracterização do *perfectus agricola*. Finalmente, Columela considera a possibilidade da ausência do proprietário de suas terras. Nesse caso, o *agricola* é substituído pelo *vilicus*, que, por estar no lugar de seu senhor, possui as mesmas responsabilidades e tarefas, sendo, por isso, caracterizado em sua imagem

ideal de *perfectus uilicus* com as mesmas virtudes, exceto pelo fato de que, devido à relação hierárquica que há entre os dois, ele deve ainda possuir a virtude da *fides*, que seria a garantia de que atuaria no interesse de seu senhor.

7. BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Guy (Trad.). **Rhétorique à Herennius**. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

AGUILAR, David Paniagua. **El panorama literario técnico-científico en Roma (siglos I – II d.C) “Et docere et delectare”**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

ALFOLDI, Géza. **História Social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ARISTOTE. **Économique**. Trad. B.A. van Groningen & A. Wartelle. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. **Éthique à Nicomaque**. Trad. Richard Bodéüs. Paris: Éditions Flammarion, 2004.

_____. **La Politique**. Trad. J. Tricot. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2005.

_____. **Rhétorique**. Trad. Pierre Chiron. Paris: Éditions Flammarion, 2007.

ARNOLD, E. Vernon. **Roman Stoicism: being lectures on the history of the stoic philosophy with special reference to its development within the Roman Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015 [1911].

AYMARD, A. & AUBOYER, J. **Rome et son Empire**. 6^a ed. Paris: PUF, 1954.

BALDWIN, Barry. Columela's sources and how he used them. **Latomus**, Bruxelles, T. 22 Fasc. 4 (OCTOBRE-DÉCEMBRE 1963), pp. 785-791.

BLOCH, Raymond & COUSIN, Jean. **Roma e seu destino**. Trad. Maria Antonieta M. Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1964.

BOWMAN, Alan & WILSON, Andrew. **The Roman Agricultural Economy – Organization, Investment, and Production**. Oxford: OUP, 2013.

BRÉHIER, Émile. **Histoire de la Philosophie**. 2 T. Paris: PUF, 1967.

BRESSON, Alain. Au delà du Primitivism et du Modernism. Max Weber ou Jonh Nash?, **Pallas**, No 74, ÉCONOMIES ET SOCIÉTÉS: en Grèce classique et hellénistique, pp. 17-30, 2007.

BRUNT, P.A. **Social Conflicts in the Roman Republic**. New York: W.W. Norton & Company, 1971.

CARLÀ, Filippo & MARCONE, Arnaldo. **Economia e finanza a Roma**. Bologna: Società editrice il Mulino, 2011.

CARROLL, Peter D. Columela the Reformer. **Latomus**, Bruxelles, T. 35, Fasc. 4 (OCTOBRE-DÉCEMBRE 1976), pp. 783-790

CICÉRON. **Discours. Tome IX. (Sur la loi agraire et Pour C. Rabirius)**. Trad. André Boulanger. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. **De L' Orateur**. Trad. François Richard. Paris: Garnier, s/d.

_____. **L'Orateur: du meilleur genre d'orateurs**. Trad. Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

COLUMELLA, L. I. M. **On Agriculture**. Trad. Harrisin Boyd Ash. Cambridge: Harvard University Press (LOEB), 1941.

_____. **L'Arte dell'Agricoltura**. Trad. Rosa Calzecchi Onesti. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.

_____. **Libro de los Áboles & La Labranza (L. I-V)**. Trad. José Ignacio García Armendáriz. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1981].

DUMONT, Jean Christian. Columela and Vergil. **Vergilius (1959-)**, Vol. 54 (2008), pp. 49-58.

ERDKAMP, Paul. **The Grain Market in the Roman Empire. A Social, Political and Economic Study**. New York: Cambridge University Press, 2005.

FINLEY, M. I. **The Ancient Economy**. California: University of California Press, 1999.

_____. Aristotle and Economic Analysis. **Past & Present**, Oxford, No. 47 (May, 1970), pp. 3-25. 1970.

FORSTER, E. S. Columela and his Treatise on Agriculture. **Graec & Rome**, Cambridge, Vol. 19, No. 57 (Oct., 1950), pp. 123-128.

GARNSEY, Peter & SALLER, Richard. **The Roman Empire: Economy, Society and Culture**. 2nd ed. California: University of California Press, 2015.

GIARDINA, Andrea. **O Homem Romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GIARDINA, Andrea & SCHIAVONE, Aldo. **Storia di Roma**. TORINO: Giulio Einaudi Editore, 1999.

GIBBON, Edward. **The History of the Decline and Fall of the Roman Empire**. 2 V. London: Penguin Books, 2005.

GREENE, Kevin. **The archeology of the Roman economy**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2006.

GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa: Edições 70, 2009 [1984].

GRUMMERUS, Herman. **De Columela Philosopho**. California: University of California Libraries, 1910.

HEITLAND, W. E. **Agricola: A Study of Agriculture and Rustic Life in the Greco-Roman World from the Point of View of Labour**. London: Cambridge University Press, 1921.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Trad. Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2008.

HINARD, François (Edit.). **Histoire Romaine. Tome I: Des origines à Auguste**. France: Librairie Arthème Fayard, 2000.

HOMO, Léon. **Les Institutions Politiques Romaines**. Paris: Éditions Albin Michel, 1950.

_____. **Nouvelle Histoire Romaine**. Paris: A. Fayard, 1958.

HOOPER, William D. & ASH, Harrison Boyd. **Cato and Varro: On Agriculture**. Cambridge: Harvard University Press (LOEB), 1935.

JOLY, Fábio Duarte. Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela. **Revista Brasileira de História**, , Sao Paulo, vol. 23, no 45, jul. 2003.

KOTTMANN. **De Elocutione L. Junii Moderati Columelae**. Rottweil: M Rothschild's Buchdruckerei, 1903.

KRONENBERG, Leah. **Allegories of Farming from Greece and Rome: Philosophical Satire in Xenophon, Varro and Virgil**. New York: Cambridge University Press, 2009.

LAUSBERG, Heinrich. **Manual de Retórica Literária: fundamentos de una ciencia de la literatura**. 2 T. Trad. José Pérez Riesco. Madrid: Editorial Gredos, 1999 [1960]

- LONG, A.A. **Hellenistic Philosophy: Stoics, Epicureans, Sceptics**. 2nd ed. California: University of California Press, 1986 [1974].
- LUCRÈCE. **De la Nature**. 2 T. Trad. Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 2007.
- LUNDSTRÖM, V. L. **Iuni Moderati Columelae opera quae exstant**: fasc. 1 (*De Arb.*), Upsala, 1897; fasc. 6 (L. X), Upsala, 1902; fasc. 7 (L. XI), Upsala, 1906; fasc. (L. I-II), Göteborg, 1917; fasc. 4 (L. VI-VII), Göteborg, 1940.
- MAROUZEAU, J. **Traité de Stylistique Latine**. Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- MARTIN, René. **Recherches sur les Agronomes Latins et leurs Conceptions Économiques et Sociales**. Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- _____. & GAILLARD, Jacques. **Les Genres Littéraires à Rome**. Paris: Éditions Nathan, 1990.
- MOMMSEN, Theodor. **Histoire Romaine**. 2 V. Trad. C. A. Alexandre. Paris: Éditions Robert Laffont, 1985.
- MORIER, Henri. **Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique**. Paris: PUF, 1998 [1961].
- MORETTI, Gabriella. **Acutum Dicendi Genus: brevità, oscurità, sottigliezze e paradossi nelle tradizioni retoriche degli Stoici**. Bologna: Pàtron Editore, 1995.
- NISARD, M. **Les Agronomes Latins: Caton, Varron, Columelle et Palladius**. Paris: Firmin Didot Frères Libraires, 1856.
- PERCIVAL, John. **The Roman Villa**. London: B.T. Batsford LTD, 1976.
- PERNOT, Laurent. **La Rhétorique dans L'Antiquité**. Paris: Le Livre de Poche, 2000.
- PIGANIOL, André. **Histoire de Rome**. Paris: PUF, 1954.
- _____. **La Conquête Romaine**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1930.
- QUESNAY, François. **Physiocratie: Droit naturel, Tableau économique et autres textes**. Paris: Éditions Flammarion, 2008.
- RAHE, Paul A. **Republics Ancient and Modern**. 3 Vols. San Bernardino: The University of North Carolina Press, 1994.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. 5 V. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

REIBIG, André. **The Bücher-Meyer Controversy: the nature of the ancient economy in modern ideology**. (PhD Thesis) Department of Philosophy, University of Glasgow, 2001.

ROBERT, Jean-Noel. **La Vie à la Campagne dans l'Antiquité Romaine**. Paris: Les Belles Lettres, 2009.

RODGERS, R. H. **Columellae Res Rustica & Incerti Auctoris Liber de Arboribus**. New York: Oxford University Press, 2010.

RONCAGLIA, Alessandro. **The Wealth of Ideas: a History of Economic Thought**. New York: Cambridge University Press, 2005.

ROSTOVITZ, M. **The Social and Economic History of the Roman Empire**. 2nd Ed. 2 Vols. New York: Oxford University Press, 1998 [1957].

_____. **História de Roma**. Trad. Waltensir Dutra. 5^a ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983 [1960].

ROWE, Christopher & SCHOFIELD, Malcom. **The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought**. New York: Cambridge University Press, 2010.

RYAN, Alan. **On Politics: a History of Political Thought from Herodotus to the Present**. 2 V. New York: Liveright Publishing Corporation, 2012.

SAEED, John. **Semantics**. 2^a ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003 [1997].

SALES, Véronique (Edit.). **Os Historiadores**. Trad. Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHEIDEL, Walter. **The Cambridge Companion to the Roman Economy**. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. (et alii). **The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of Economic Analysis**. London: Allen & Unwin Ltd, 1954.

STEINER, Grundy. Columella and Martial on Living in the Country. **The Classical Journal**, Vol. 50, No. 2 (Nov., 1954), pp. 85-90.

TEMIN, Peter. **The Roman Market Economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

THÉOCRITE. **Bucoliques Grecs**. Trad. P.-E. Legrand. Paris: Les Belles Lettres, 2010.

VERGILE. **Bucoliques**. Paris: Les Belles Lettres, 2014.

_____. **Géorgiques**. Paris: Les Belles Lettres, 2014.

XÉNOPHON. **Économique**. Trad. Pierre Chantraine. Paris: Les Belles Lettres, 2011.

WALLACE-HADRILL, Andrew. The Emperor and his Virtues. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Bd. 30, H. 3 (3rd Qtr., 1981), pp. 298-323.

WEBER, Max. **História agrária romana**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WHITE, K. D. **Agricultural Implements of the Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2010 [1967].

_____. **Farm Equipament of the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [1975].

_____. **Roman Farming**. New York: Cornell University Press, 1970.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na Literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZECCHINI, Giuseppe. **Il pensiero politico romano: Dall'età arcaica alla tarda antichità**. Roma: Carocci Editore, 2015 [1997].